



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO - PPG
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEDC/CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE - PPGEDUC**

MARIA DA SOLEDADE CARDOSO LANDIM BATISTA

**FORMAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA E AS TIC: UM
ESTUDO DE CASO SOBRE O CURSO DE FORMAÇÃO DE
SOLDADOS DA PMBA**

Salvador
2019

MARIA DA SOLEDADE CARDOSO LANDIM BATISTA

**FORMAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA E AS TIC: UM
ESTUDO DE CASO SOBRE O CURSO DE FORMAÇÃO DE
SOLDADOS DA PMBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, da Universidade do Estado da Bahia (PPGEduC/UNEB), como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mary Valda Souza Sales.

Salvador
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

B333p Batista, Maria da Soledade Cardoso Landim.
Formação em Segurança Pública e as TIC: Um Estudo de Caso sobre o
Curso de Formação de Soldados da PMBA. / Maria da Soledade Cardoso
Landim Batista. -- Salvador, 2016.
141 f.; il.

Orientador: Profª. Drª. Mary Valda Souza Sales

TCC (Dissertação) – Mestrado em Educação e Contemporaneidade -
Universidade do Estado da Bahia – Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-
Graduação - Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade,
2016.

1. Polícia Militar - BAHIA. 2. Segurança Pública. 3. TIC. 4. Formação. 5.
Curso de Formação de Soldados PM. 6. Processos Comunicativos. 7. Rede
Cooperativa. I. Sales, Mary Valda Souza – Profª. Drª. (Orientador). II. Título.

CDD 353.9

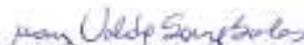
Ficha catalográfica elaborada por Dourival da S. Guimarães Sobrinho.
CRB-5/1365

FOLHA DE APROVAÇÃO

FORMAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA E AS TIC: UM ESTUDO DE CASO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA PMBA

MARIA DA SOLEDADE CARDOSO LANDIM BATISTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, em 05 de maio de 2016, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:


Prof. Dra. Mary Valde Souza Sales
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil


Prof. Dr. João Apolinário da Silva
Universidade Salvador - UNIFACS
Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano
Universidade Salvador, UNIFACS, Brasil


Prof. Dr. Emanuel do Rosário Santos Nonato
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Difusão do Conhecimento
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil


Prof. Dra. Tania Maria Nekrowski
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil

Dedico ao futuro da Corporação Policial-Militar...

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, e a todos que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho.

É grande a ciência dos homens, mas ainda maior é o próprio homem. (Josué de Castro)

BATISTA, Maria da Soledade Cardoso Landim. **Formação em segurança pública e as TIC: um estudo de caso sobre o Curso de Formação de Soldados da PMBA** 140f. 2016. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC/UNEB), Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2016.

RESUMO

A pesquisa trata da investigação sobre as possibilidades das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na formação em Segurança Pública, com base no seguinte problema: **de que forma o uso das TIC nos processos comunicativos potencializa o desenvolvimento de uma rede cooperativa no Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar da Bahia (PMBA)?** Sua principal finalidade é compreender como a utilização das TIC pode contribuir para o desenvolvimento de uma rede cooperativa no Curso de Formação de Soldados da PMBA (CFSd PM), tendo como objetivos específicos: contextualizar o processo de desconcentração da formação profissional dos Soldados da PMBA, ocorrido nos últimos 10 anos, destacando sua trajetória, marcos legais e estrutura, no sentido de compreender o processo de formação atual; identificar como as TIC são utilizadas, atualmente, no acompanhamento e desenvolvimento do Curso de Formação de Soldados, realizadas pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da PMBA; e, por fim, analisar a viabilidade do uso potencial das TIC como estratégia para o desenvolvimento de uma rede cooperativa na formação de Soldados da PMBA. A intenção é de submeter à análise científica as inquietações experimentadas pela pesquisadora sobre o CFSd PM, realizado pelos Núcleos de Formação, integrantes do Sistema de Ensino da PMBA (SEPM), que, embora legalmente estruturado, não se reconhece como rede. A pesquisa é orientada pelo fundamento epistemológico da Fenomenologia, tem o estudo de caso como método, para o qual foram utilizados o questionário misto *online*, a pesquisa documental e a descrição de contexto como instrumentos de coleta de dados e informações para alcance dos objetivos propostos. O campo empírico desta investigação foi constituído pelos vinte e três Núcleos de Ensino que receberam a primeira edição do CFSd PM, ocorrida no ano de 2014. Os dados obtidos permitiram indicar o uso instrumental das TIC para efeito de controle, por meio de uma comunicação unidirecional entre os órgãos envolvidos na formação dos Soldados PM. Em contrapartida, foi observada a viabilidade de utilização do potencial comunicativo das TIC para favorecer a integração, diálogo e cooperação desse sistema. A pesquisa apontou como resultado a possibilidade de constituição de uma rede cooperativa, com a inserção do uso potencial das TIC nos processos comunicativos no CFSd PM, resguardando funções e responsabilidades, bem como a hierarquia e disciplina, princípios fundantes da PMBA.

Palavras-chave: TIC. Formação - Segurança Pública - Curso de Formação de Soldados PM. Processos Comunicativos. Rede Cooperativa.

BATISTA, Maria da Soledade Cardoso Landim. **Formação em Segurança Pública e as TIC: um estudo de caso sobre o Curso de Formação de Soldados da PMBA** 140f. 2016. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC/UNEB), Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2016.

ABSTRACT

The research deals with the reflection on the possibilities of Information and Communication Technologies (ICT) in education in Public Safety, based on the following problem: how the use of ICT in communication processes enhances the development of a cooperative network at the Training Course Soldiers of Police of Bahia Military (PMBA)? Its main purpose is to understand how the use of ICT can contribute to the development of a cooperative network in the course of PMBA Soldiers Training (CFSD PM), with the following objectives: to contextualize the devolution process of training of soldiers of the PMBA, occurred in the last 10 years, highlighting its history, legal frameworks and structure, in order to understand the current training process; identify how ICT is used currently, monitoring and development of Soldiers Training Course, conducted by the Center for Training and PMBA Squares Improvement; and, finally, to analyze the viability of the potential use of ICT as strategy for the development of a cooperative network Soldiers in formation of PMBA. The intention is to submit to scientific analysis the concerns experienced by the researcher on the CFSD PM, performed by training centers, members of PMBA Teaching System (SEPM), which, although legally structured, is not recognized as a network. The research is guided by the epistemological foundation of phenomenology, is the case study as a method, for which we used the online mixed questionnaire, documentary research and the context description as data collection tools and information to reach the proposed goals. The empirical field of this research was formed by twenty three Education Centers that welcomed the first edition of CFSD PM, during the year 2014. The data obtained allowed to conclude the instrumental use of ICT for control purposes, through a one-way communication between bodies involved in the training of soldiers PM. In contrast, the feasibility of using the communicative potential of ICT was seen to favor integration, dialogue and cooperation that system. The survey indicated as a result the possibility of setting up a cooperative network with the insertion of the potential use of ICT in communication processes in CFSD PM, safeguarding roles and responsibilities as well as the hierarchy and discipline, founding principles of PMBA.

Keywords: ICT. Training - Public Security - PM Soldiers Training Course. Communicative processes. Cooperative Network.Abstract

LISTA DE FIGURAS

Figura	1 –	Realização da pesquisa de estudo de caso.....	37
Figura	2 –	Núcleos de Ensino do CFSd PM/ 2014 situados no interior da Bahia.....	40
Figura	3 –	Núcleos de Ensino do CFSd PM/ 2014 situados na Região Metropolitana de Salvador (RMS).....	41
Figura	4 –	Unidades educacionais do Sistema de Ensino da PMBA.....	73
Figura	5 –	Fluxo de informações no processo de acompanhamento e desenvolvimento do CFSd PM/ 2014.....	87
Figura	6 –	Rede de Comunicação Regular do CFSd PM/ 2014.....	111
Figura	7 –	Rede de Comunicação em “Prioridade Máxima” do CFSd PM/ 2014.....	113
Figura	8 –	Proposta de Rede Cooperativa na Formação dos Soldados PM.....	121

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Adesão à pesquisa.....	91
Gráfico 2 –	Opinião dos Instrutores-chefe sobre a realização do planejamento das ações educacionais do CFSd PM/ 2014.....	98
Gráfico 3 –	Opinião dos Instrutores-chefe sobre a transmissão de determinações e orientações referentes ao funcionamento do CFSd PM/ 2014.....	100
Gráfico 4 –	Opinião dos Instrutores-chefe sobre a realização da avaliação do CFSd PM/ 2014.....	102
Gráfico 5 –	Recursos tecnológicos mais utilizados pelos Instrutores-chefe durante a realização do CFSd PM/ 2014.....	106
Gráfico 6 –	Processo comunicativo regular efetivado pelos Instrutores-chefe no desempenho de suas funções, durante a realização do CFSd PM/ 2014.....	110
Gráfico 7 –	Processo comunicativo emergencial efetivado pelos Instrutores-chefe no desempenho de suas funções, durante a realização do CFSd PM/ 2014.....	112
Gráfico 8 –	Canais de comunicação utilizados pelos Instrutores-chefe no desempenho de suas funções, durante a realização do CFSd PM/ 2014.....	114
Gráfico 9 –	Opinião dos Instrutores-chefe sobre o processo comunicativo do CFSd PM/ 2014.....	116
Gráfico 10 –	Opinião dos Instrutores-chefe sobre o compartilhamento de experiências e informações entre os órgãos responsáveis pela realização do CFSd PM/ 2014.....	118
Gráfico 11 –	Percepção dos Instrutores-chefe sobre o compartilhamento de experiências e informações entre si, durante a realização do CFSd PM/ 2014.....	119
Gráfico 12 –	Opinião dos Instrutores-chefe sobre a troca de experiências e informações entre si, durante a realização do CFSd PM/ 2014.....	123
Gráfico 13 –	Opinião dos Instrutores-chefe sobre o uso das TIC como auxílio à troca de experiências e informações, durante a realização do CFSd PM/ 2014.....	124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Núcleos de Ensino do CFSd PM/ 2014.....	39
Quadro 2 –	Relação dos Documentos e Dispositivos Legais analisados na Pesquisa.....	43
Quadro 3 –	Escala Hierárquica da Polícia Militar da Bahia.....	71
Quadro 4 –	Evolução do Ensino na Polícia Militar da Bahia.....	74
Quadro 5 –	Uso das TIC nas ações de acompanhamento e desenvolvimento do CFSd PM/ 2014.....	107
Quadro 6 –	Sugestões para melhoria dos processos comunicativos entre os órgãos envolvidos na realização do CFSd PM.....	125

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APM	Academia de Polícia Militar
Al Cb PM	Aluno-a-Cabo Policial-Militar
Al Of PM	Aluno-a-Oficial Policial-Militar
Al Sd PM	Aluno-a-Soldado Policial-Militar
Al Sgt PM	Aluno-a-Sargento Policial-Militar
BEIC	Batalhão de Ensino Instrução e Capacitação
BGO	Boletim Geral Ostensivo
BPM	Batalhão de Polícia Militar
CAS	Curso de Aperfeiçoamento de Sargento
CDF	Controle Diário de Frequência
CE	Constituição Estadual
CESP	Curso de Especialização em Segurança Pública
CEGESP	Curso de Especialização em Gestão Estratégica em Segurança Pública
CF	Constituição Federal
CFAP	Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
CFC PM	Curso de Formação de Cabos Policiais Militares
CFES PM	Curso de Formação Especial de Sargentos Policiais Militares
CFO PM	Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares
CFOA	Curso de Formação de Oficiais Auxiliares
CFS PM	Curso de Formação de Sargentos Policiais Militares
CFSd PM	Curso de Formação de Soldados Policiais Militares
CRS	Centro de Recrutamento e Seleção
DE	Departamento de Ensino
DGE	Diretriz Geral de Ensino
DOE	Diário Oficial do Estado
DP	Departamento de Pessoal
EB	Exército Brasileiro
EFAP	Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
Esqd Mcl	Esquadrão de Motociclistas
GI	Gestão da Informação
IEP	Instituto de Ensino e Pesquisa

IGPM	Inspetoria-Geral das Polícias Militares
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
MJ	Ministério da Justiça
NE	Núcleo de Ensino
OPM	Organização Policial-Militar
PGE	Plano Geral de Ensino
PM	Polícia Militar
PMBA	Polícia Militar da Bahia
PP	Pesquisa Prática
PPGEduC	Programa de pós-graduação em Educação e Contemporaneidade
PPS	Prática Policial Supervisionada
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SAEB	Secretaria da Educação do Estado da Bahia
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SEPM	Sistema de Ensino Policial Militar
SSP/BA	Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UDE	Unidade de Desenvolvimento Educacional
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	17
	OBJETO.....	20
	PROBLEMA E OBJETIVOS.....	23
	ORGANIZAÇÃO DO TEXTO.....	24
1	PERCURSO METODOLÓGICO.....	26
1.1	FUNDAMENTO ONTOLÓGICO.....	28
1.2	FUNDAMENTO EPISTEMOLÓGICO.....	31
1.3	FUNDAMENTO METODOLÓGICO.....	35
1.3.1	Estudo de Caso.....	35
1.3.2	Lócus e Sujeitos da Pesquisa.....	38
1.3.3	Dispositivo de Coleta de Dados.....	42
1.3.4	Pressupostos para a Análise de Dados.....	46
2	TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: O USO POTENCIAL NO CONTEXTO EDUCACIONAL.....	47
2.1	CENÁRIOS DA TECNOLOGIA NA CONTEMPORANEIDADE.....	51
2.2	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) E A EDUCAÇÃO.....	55
2.3	O POTENCIAL DE COMUNICAÇÃO DAS TIC.....	58
2.4	A INFORMAÇÃO E A COOPERAÇÃO NO CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA.....	61
3	PROCESSO FORMATIVO EM SEGURANÇA PÚBLICA E AS TIC: FLUXO DE INFORMAÇÕES NO CFSD PM.....	67
3.1	O SISTEMA DE ENSINO DA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA.....	69
3.2	CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS PM: CADEIA FORMATIVA.....	82
3.3	O PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO E O FLUXO DE INFORMAÇÕES DO CFSD PM.....	85
4	ANÁLISE DOS DADOS.....	90
4.1	FORMAÇÃO.....	95
4.2	PROCESSOS COMUNICATIVOS.....	104
4.2.1	O uso das TIC.....	104
4.2.2	Ações comunicacionais.....	109
4.3	REDE COOPERATIVA.....	117
4.4	IDEIAS PARA CONFORMAÇÃO DE UMA REDE COOPERATIVA NO CFSD PM.....	122

CONCLUSÃO.....	130
REFERÊNCIAS.....	134
APÊNDICES.....	137

INTRODUÇÃO

O debate sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) vem se tornando cada vez mais frequente em diversas áreas do conhecimento, considerando as múltiplas possibilidades de uso e aplicação de seus potenciais. Mas, estudos têm avançado, especialmente, em razão dos impactos que vem promovendo na forma de comunicação e de aproximação entre as pessoas.

Assim, um dos desafios da atualidade é justamente pensar em novas formas de interligar e compartilhar informações e experiências, a partir das potencialidades que as TIC oferecem, de forma a transformar o modo como interagimos e aprendemos.

Nesse sentido, a educação se estabelece como um espaço privilegiado para análise das TIC. As iniciativas com vistas a ressignificar o processo ensino e aprendizagem vem ganhando destaque nas escolas e ampliando o rol de possibilidades de uso das TIC, inclusive em outros ambientes de efetivação de processos educativos, alcançando um número cada vez maior de pessoas, para além dos muros escolares, chegando a organizações privadas e públicas.

Por isso, é fundamental pensar em novas estratégias formativas, apoiadas nos potenciais das TIC, que cumpram suas finalidades de planejar, acompanhar e avaliar as ações educacionais, de forma dinâmica, horizontalizada, participativa e integrada, para mobilizar os esforços de maneira efetiva, com vista ao alcance dos objetivos educacionais, inclusive em estruturas organizacionais como a da Polícia Militar da Bahia (PMBA), alicerçadas nos pilares da hierarquia e da disciplina.

Dessa forma, o cenário contempla, ou ao menos sugere, uma atuação conjunta, integrada e articulada que explore uma perspectiva da construção coletiva na tomada de decisões como uma possibilidade de participação de todos os envolvidos no acompanhamento educacional, na medida de seus papéis e

responsabilidades.

Contudo, permanece o questionamento de como viabilizar essa integração em um sistema de ensino presencial, a exemplo da PMBA, distribuído em todo território baiano e, portanto, fragmentado.

Nesse sentido, as TIC surgem como alternativa para unir e integrar os pontos do sistema de ensino da PMBA¹, de forma a promover um ambiente cooperativo mútuo, especialmente entre os responsáveis pelas ações de acompanhamento e desenvolvimento do Curso de Formação de Soldados (CFSd PM), realizado pelo/ no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), situado na capital baiana, bem como nos Batalhões de Ensino, Instrução e Capacitação (BEIC) e os Núcleos de Ensino (NE), situados no interior.

Essa composição básica, responsável pela formação de Praças da PMBA, ainda se relaciona com outros órgãos do nível estratégico da corporação policial-militar, sinalizando a necessidade de estruturar ou mesmo dinamizar processos sistêmicos que permitam uma atuação em rede, com aporte no potencial comunicativo das TIC, com o objetivo de permitir e promover a reflexão, difusão e socialização de informações e trocas de experiências vivenciadas, embasando as ações de acompanhamento e desenvolvimento do curso.

Sobre esse aspecto, Lévy (1999) enfatiza que:

[...] devemos construir novos modelos do espaço dos conhecimentos. No lugar de uma representação em escalas lineares e paralelas, em pirâmides estruturadas em “níveis”, organizadas pela noção de pré-requisitos, e convergindo para saberes “superiores”, a partir de agora devemos preferir a imagem de espaços de conhecimentos emergentes, abertos, contínuos, em fluxo, não lineares, se reorganizando de acordo com os objetivos ou os contextos, nos quais cada um ocupa uma posição singular e evolutiva (LÉVY, 1999, p. 160).

Os novos modelos do espaço do conhecimento não devem ser refletidos como antíteses à estrutura tradicional da PMBA. Busca-se localizar e compreender como os esforços de diálogo são realizados na atualidade, ou ainda, como o fluxo de

¹ O autodenominado sistema de ensino da PMBA é regulado pela Diretriz Geral de Ensino 2012-2015, expedida pela Polícia Militar da Bahia, em 30 de julho de 2012, tendo como base legal o artigo 83 da Lei Nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases - LDB), que admite a regulação do ensino militar em legislação própria.

informações transcorre por entre esse sistema de formação e, partindo dessas constatações, analisar que uso das TIC favorecem a articulação e aproximação dos nós da rede, de forma a reorganizar “os espaços de conhecimento”, para potencializar a difusão de saberes e experiências fundamentais à formação policial-militar.

Com isso, surge uma possibilidade de realizar a formação dos Soldados PM de forma integrada, conforme a demanda de cada realidade regional, através da análise da perspectiva de atuação em uma rede cooperativa, nas ações de desenvolvimento e acompanhamento do processo formativo dos futuros policiais, possibilitando uma efetiva colaboração e construção coletiva, de novos posicionamentos, apoiados na utilização do potencial comunicacional das TIC.

Nesse ponto, não se pretende estabelecer um protocolo rígido e imutável de como deve ocorrer esse processo. Mas, oferecer possibilidades de agir no fluxo *construção-desconstrução-reconstrução* desses “modelos”, pois, conforme Lima Jr. e Sales (2012):

[...] entendemos que a validação de uma modelagem se refere a um processo que, necessariamente, comporta lacunas, incompletudes em certo “modelo” construído num dado momento, o que oportuniza seu permanente aperfeiçoamento e, mais do que isso, sua reconstrução e singularização em cada contexto, fazendo do processo específico de construção de modelo, um processo dinâmico, aberto e discursivo, voltado, portanto, para a ação do sujeito sobre aquilo que está disponibilizado e instituído socialmente. Onde se dá a incompletude permanente do conhecimento, dá-se também a incompletude dos processos que o geram e das dinâmicas cognitivas internas aos sujeitos que os constroem, variando, inclusive, de acordo com a apropriação de cada sujeito epistêmico/cognitivo. (LIMA JR; SALES, 2012, p. 134).

Portanto, a intenção de análise do uso das TIC não pretende focar apenas em um produto final, com a consecução de um “modelo fechado” de atuação em rede, para efetivar a interação entre os diversos sujeitos envolvidos na formação de Praças PM. Tal posicionamento excluiria as etapas de reflexão para construção dessa rede, ou seja, o processo também é um resultado a ser considerado e, dessa forma, “comporta lacunas”.

Por isso, outro aspecto observado refere-se à “incompletude dos processos”, considerado não como uma fragilidade, mas como abertura às

oportunidades, acolhendo as peculiaridades e variações regionais e, respeitando essas “dinâmicas cognitivas internas aos sujeitos”, considerando que não há perspectiva única que balize e oriente os pensamentos, ideias e representações humanas.

Nesse sentido, o estudo avança para agregar novas vertentes de análise, pois tem por principal finalidade a compreensão do atual cenário de organização e desenvolvimento da formação de Praças da PMBA, observando a viabilidade do uso das TIC como estratégia para o acompanhamento e desenvolvimento do processo de formação profissional de Soldados PM, conferindo-lhe a estrutura e suporte necessários para uma atuação integrada para, enfim, juntar “nós” e formar redes!

O desafio é considerável, mas estabelece respaldo, especialmente, na trajetória pessoal e profissional de quem vivenciou os (des)encontros com a formação policial-militar, assumindo diversos papéis e responsabilidades, ocupando e se pronunciando através de variados lugares.

OBJETO

A PMBA é um órgão em regime especial de administração direta da estrutura da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP/BA), criada e organizada sobre uma base militarista, alicerçada na hierarquia, disciplina e uso da força legal. Sua principal missão constitucional é a preservação da ordem pública, da vida, da liberdade, do patrimônio e do meio ambiente, assegurando o bem estar social à comunidade baiana.

Ao ingressarem na PMBA, os policiais militares (PM) recém-empossados frequentam os cursos de formação profissional, ministrados pela Academia de Polícia Militar (APM), se forem candidatos ao oficialato, o que corresponde ao nível estratégico e gerencial de participação na instituição; ou participam do processo formativo promovido pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) que, por sua vez, prepara os concursados para atuarem no setor operacional, de maneira geral. Ou seja, a APM e o CFAP são as portas de entrada para os futuros integrantes da corporação.

Ocorre que, enquanto o Curso de Formação de Oficiais (CFOPM) é realizado em uma escola, com estrutura física, administrativa e pedagógica unificada e direcionada à aprendizagem dos quatrocentos (média/ ano)² futuros Aspirantes da corporação, a formação de Praças passou, nos últimos dez anos, por um processo de capilarização, resultando na distribuição do processo formativo em Núcleos de Ensino, localizados em diversas cidades baianas, com objetivo de preparar, simultaneamente, cada turma de quase dois mil concursados, em decorrência da transferência do CFAP, sediado anteriormente na cidade de Governador Mangabeira/ BA, para uma sede menor localizada em Salvador/ BA.

Porém, toda a estrutura de acompanhamento pedagógico permaneceu na capital, de onde são emanadas as orientações técnicas, por ofício ou através de visitas de inspeção, de forma privilegiada, em detrimento do uso precário das TIC (intranet, videoconferência, blog...), configurando um sistema de formação desconcentrado, porém fragmentado.

O impacto dessa expansão (e conseqüente fragmentação) do modelo de formação de Praças da PMBA requer um estudo mais detalhado para avaliar seus reflexos da atuação dos novos profissionais de Segurança Pública na comunidade, especialmente no que se refere ao acompanhamento do processo ensino e aprendizagem. Mas, em uma leitura mais imediata, observa-se que se trata de um cenário caracterizado pela complexidade de um sistema que, embora estruturado, não se reconhece como rede.

Nesse aspecto, as TIC surgem como alternativas à construção de um novo desenho no desenvolvimento das ações de coordenação da formação profissional dos Soldados da PMBA, através de uma proposta de atuação na perspectiva de rede, que favoreça a integração desse organismo.

As transformações promovidas pelas TIC, especialmente nas últimas duas décadas, geraram oportunidades de construção participativa de conhecimento no âmbito organizacional das instituições, as quais apontam para a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre a viabilidade da utilização das TIC como estratégia para o acompanhamento e desenvolvimento do Curso de Formação de

² Quantidade extraída (média aproximada) dos editais dos processos seletivos do Curso de Formação de Oficiais ocorridos nos últimos quatro anos.

Soldados, conferindo-lhe a estrutura e suporte necessários a uma atuação integrada.

Com um quadro de quase 35.000 servidores, é quase impossível para a PMBA promover a formação profissional de todo seu efetivo, sem a aplicação de suportes nos processos educativos desses policiais militares. Por isso, a utilização das TIC não só transpõe questões territoriais no alcance do ensino e aprendizagem, como favorece o aproveitamento do tempo, pois há discentes na PMBA que não dispõem suas horas vagas para frequentar cursos baseados em modelos tradicionais.

No caso do acompanhamento à distância do CFSd PM, este estudo é necessário para analisar o fortalecimento dos processos formativos, com suporte nos processos tecnológicos, resultando na melhoria da qualidade do exercício profissional e da aprendizagem desenvolvidas pelos Núcleos de Ensino, que atuam de forma isolada. É também importante para a construção de uma proposta sistêmica que regule a ação formativa referente ao planejamento, acompanhamento e desenvolvimento do ensino na corporação policial-militar que, apesar de formalmente constituir-se como sistema, conforme a política institucional de educação da PMBA, atua de forma fragmentada, sinalizando o comprometimento da construção de conhecimento de forma integrada, respeitando a doutrina e a técnica, peculiares à formação dos Soldados PM.

Nesse contexto, espera-se que a principal contribuição deste trabalho seja a análise da relação existente entre formação em Segurança Pública e as TIC, considerando o caráter multidisciplinar deste estudo. Por isso, faz-se importante para a comunidade acadêmica, pois apesar da relevância das redes de integração, as pesquisas que analisam a aprendizagem organizacional sistêmica, com o aporte das TIC nos processos de acompanhamento e desenvolvimento da educação profissional em instituições públicas, como a Polícia Militar, ainda são escassas. Para os integrantes da Segurança Pública, o estudo dessa temática proporcionará uma contribuição do meio acadêmico para aperfeiçoar seu sistema educacional corporativo.

PROBLEMA E OBJETIVOS

Com a contratação de quase dois mil policiais militares, a cada edição do CFSd PM, foi preciso expandir, emergencialmente, o processo formativo dos Soldados da PMBA, antes concentrado na escola corporativa denominada Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), na cidade de Governador Mangabeira/ BA, mas que não suportou esta demanda simultânea em sua nova sede, na capital, já que o curso funciona em regime integral: manhã, tarde e noite.

A solução institucional adotada para esses casos, desde o ano de 2003, foi compartilhar a responsabilidade na formação dos novos Soldados da PMBA com os chamados “Batalhões-Escola”, criados com a finalidade de realizar processos formativos em sua área de responsabilidade territorial; e, também aos denominados “Núcleos de Ensino”, funcionando em quartéis da PM, responsáveis pelo policiamento nos mais diversos municípios, desde a capital, a Região Metropolitana de Salvador (RMS) e o interior do estado.

Porém, esses núcleos não são fixos, variando a cada edição do curso, conforme a quantidade de discentes. Por outro lado, a estrutura de acompanhamento dos cursos de formação de Praças da PMBA é sediada em Salvador e, as necessidades de alinhamentos são resolvidas através de documentos escritos ou em reuniões que demandam longos deslocamentos, gerando custos e resultando no afastamento de policiais militares de suas atividades profissionais, somadas à escassez da utilização das TIC, como a videoconferência, blog e intranet, por exemplo.

A rede interna de computadores (intranet) da PMBA é usada no acompanhamento e desenvolvimento de cursos de maneira compartilhada com outras áreas da PMBA, como operacional e administrativa, através do canal “Mural do DE”, no qual são veiculadas as diretrizes e orientações técnicas do Instituto de Ensino e Pesquisa (IEP) da PMBA. Por tudo isso, o processo formativo ocorre, sempre, de forma verticalizada e fragmentada.

Assim, relacionando essas questões referentes à formação dos PM e as TIC, associadas às necessidades, apresentadas por essas localidades, de uma proposta de formação unificada, que atenda às suas demandas, com vistas a instrumentalizar os sujeitos responsáveis pelo acompanhamento e desenvolvimento

destes cursos, de forma a superar essa fragmentação, é que se construiu a pergunta central desse estudo: **de que forma o uso das TIC nos processos comunicativos potencializa o desenvolvimento de uma rede cooperativa no Curso de Formação de Soldados da PMBA?**

Objetivo Geral:

Investigar e compreender como a utilização das TIC pode contribuir para o desenvolvimento de uma rede cooperativa no Curso de Formação de Soldados da PMBA.

Objetivos Específicos:

a. Contextualizar o processo de desconcentração da formação profissional dos Soldados da PMBA, ocorrido nos últimos 10 anos, destacando sua trajetória, marcos legais e estrutura, no sentido de compreender o processo de formação atual;

b. Identificar como as TIC são utilizadas, atualmente, no acompanhamento e desenvolvimento do Curso de Formação de Soldados PM, realizadas pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da PMBA;

c. Analisar a viabilidade do uso potencial das TIC como estratégia para o desenvolvimento de uma rede cooperativa na formação de Soldados da PMBA.

ORGANIZAÇÃO DO TEXTO

Assim, para organizar os resultados alcançados com este estudo, a metodologia será apresentada de imediato, pois se compreende que o processo de escrita representa os resultados preliminares desta análise. Portanto, o primeiro capítulo dimensiona de que perspectiva se construiu e consolidou o percurso trilhado no alcance dos objetivos propostos.

Em seguida, o segundo capítulo traz uma reflexão sobre as TIC e seu potencial de comunicação, de forma a estabelecer redes de cooperação no processo formativo da PMBA, apontando de que lugar a pesquisa se apoia para discutir esses temas.

O terceiro capítulo faz uma revisão da estrutura de ensino policial-militar, destacando seus principais marcos históricos e legais, direcionados, especialmente, ao processo de desconcentração do acompanhamento do CFSd PM, identificando de que forma ocorre o fluxo de informações entre os órgãos componentes desse sistema e como está previsto o uso das TIC nas práticas de currículo da formação policial-militar.

Esses primeiros capítulos embasam o quarto e último capítulo que discorre, de forma sistemática, as informações levantadas ao longo da pesquisa, principalmente junto à equipe de Instrutores-chefe do CFSd PM, responsáveis pelas ações de acompanhamento e desenvolvimento do curso. Ainda nesse capítulo, será feita a interpretação dos dados coletados, de forma a apresentar os principais resultados deste estudo.

Por fim, o texto termina com as considerações finais, nas quais são identificados os esforços de sinalização dos principais achados da pesquisa, estabelecendo, inclusive uma relação do que foi proposto nos objetivos desta proposta, sinalizando os avanços e as limitações encontradas para realizar este estudo, de forma a indicar novas e potenciais perspectivas de continuidade.

1 PERCURSO METODOLÓGICO

A busca pela compreensão da utilização das TIC, nas ações de acompanhamento e desenvolvimento da formação dos Soldados PM, requer a definição e estruturação do percurso da pesquisa que pretenda promover não apenas uma reflexão sobre o sistema educacional da Polícia Militar da Bahia, mas também o estudo das TIC e a análise da viabilidade da utilização de seu potencial comunicativo no processo formativo dos Soldados policiais-militares, favorecendo a integração desse organismo.

Essas intenções contornam tanto o esforço pelo entendimento das TIC, como também sua relação com o fenômeno da formação em Segurança Pública, ensejando várias possibilidades de abordagens para a realização deste estudo. Em consequência, surge a necessidade de estabelecer os fundamentos e caminhos que serão trilhados para encontrar respostas às questões que deram origem a esta pesquisa.

A escolha do verbete “trilha” não acontece despretensiosamente: há muitas pistas na trajetória de construção do conhecimento sobre a formação policial-militar e as TIC, que não podem ser apresentadas, sistematicamente, apenas como um produto/ resultado (no) final. As intenções de análise indicam que tais achados ocorreram ao longo do percurso da pesquisa, de forma que se fez necessária a apresentação da metodologia já nos primeiros escritos; e, com isso, o processo de construção já se apresenta, ou seja considerado como um dos produtos dessa investigação.

Por isso, a opção de expor a metodologia como o primeiro capítulo deste estudo busca considerar a complexidade do trabalho de pesquisa e da própria relação estabelecida entre sujeito e objeto, que transcende qualquer pretensão de separação entre esses polos, com objetivos, muitas vezes, de configurar ou ainda conferir uma espécie de “legitimidade e consolidação” à produção científica em

questão.

A proposta é considerar os sujeitos envolvidos nesse processo, seus papéis, participações, implicações, os quais não podem ser sublimados; ao contrário, devem surgir e autorizar-se, através de sua autonomia, constituindo o próprio percurso metodológico. Pois,

esta condição geral e fundamental do ser-sujeito – dar sentido, significar, fundar a si mesmo e à realidade pela via simbólica -, também pode/ deve ser exercida no aspecto da construção metodológica, uma vez que o próprio conhecimento e seus processos de constituição se tornam, tanto objeto da consciência do sujeito, quanto um dos aspectos através do qual ele se relaciona com a realidade. Por conseguinte, é necessário haver autonomia também no processo de produção de princípios e métodos do conhecimento, em razão da autonomia e da autoria que cada sujeito precisa exercer também aí, inclusive através da reflexão sobre esses primados/ processos, no sentido de pensar estes objetos e ao mesmo tempo se perceber implicado ativamente na sua constituição. (LIMA JR., 2012, p. 40).

A implicação do sujeito nesse processo é fundamental, pois tem participação decisiva nessa trajetória metodológica. Com isso, a apresentação *a priori* da metodologia ocorre como um desdobramento natural, com o objetivo de localizar a presença do “ser-sujeito” em todas as etapas desta pesquisa.

Afinal, a pretensão não é somente a apresentação de uma revisão histórica, legal e teórica dos processos formativos em Segurança Pública e as TIC, mesmo que se apresente, formalmente, o resultado dessa relação. Mas se pretende nesta etapa do estudo, construir os fundamentos metodológicos necessários para estudar a relação existente entre os diversos sujeitos na formação profissional dos Soldados da PMBA, potencializada pelo uso das TIC, e seu alcance comunicativo, considerando a distribuição desse processo educativo nos territórios baianos.

É desse ponto, que se estabelecem as principais considerações do trabalho em questão, pois ao estudar a relação dos sujeitos, abre-se caminho para diversas pluralidades. Assim, o percurso metodológico não disciplinará a pesquisa, em última instância, engessando as possibilidades de interações, mas servindo como um parâmetro para que nessas trilhas seja plenamente possível visualizar o destino final, de forma a compreender sua importância, considerando igualmente rica a experiência vivenciada ao longo do percurso.

Para isso, é preciso indicar um ponto de partida relacionado ao objeto em si, suas nuances e peculiaridades; mas, não de forma isolada, pois existe um movimento entorno do objeto de estudo a ser considerado e que deve anteceder a sua apresentação sistemática. Um desses movimentos relaciona-se com a própria trajetória do pesquisador e seus interesses no estudo do objeto.

1.1 FUNDAMENTO ONTOLÓGICO

As inquietações de quem tinha iniciado uma trajetória anterior à PMBA no curso técnico de magistério, ganhando novos contornos nos estudos de seis semestres na graduação em Letras, no Campus II da Universidade do estado da Bahia (UNEB), serviram-me como alerta para compreender a carência ou escassez de estudos sobre a formação em Segurança Pública, de forma a considerar suas especificidades, além de fornecer subsídios na definição de uma base que fundamente essas análises.

A primeira experiência ocorreu, justamente, na formação de Praças, como aluna do Curso de Formação de Sargentos (CFS PM), realizado na então Escola de Formação de Praças (EFAP), situada no município de Governador Mangabeira, entre os anos de 1998 e 1999. A ampla estrutura física dessa escola permitia a realização de processos educativos simultâneos e em regime integral, de internato³, para turmas de mil ou mais alunos.

A vivência mais marcante desse período de mais de um ano no CFS PM foi o convívio e interação estabelecidos entre os discentes que ingressavam naquele momento na corporação e os que já eram Soldados ou Cabos da PMBA. Havia uma efetiva troca de experiências e cooperação, potencializada pela estruturação de uma proposta pedagógica, com fundamentos construtivistas, o que ficou evidenciado já nas primeiras ações do curso, com a substituição do tradicional “trote aos calouros”, pela semana de adaptação, com atividades que variavam de palestras a eventos

³ Nesse regime, os alunos dos cursos de formação permanecem durante toda semana no estabelecimento de ensino, com previsão inclusive de pernoite, ou seja, os alunos dormem em alojamento do estabelecimento de ensino. No final de semana, é permitido que os alunos passem o final de semana em sua residência, se não houver a previsão de cumprimento de sanção disciplinar, decorrente de falta administrativa, ou escala de serviço interno, comissões ou ainda estágio supervisionado, geralmente em jogos, micaretas, dentre outros eventos especiais.

culturais.

Não se pretende, nesse momento, aprofundar essas questões: seria necessário um estudo específico com essa finalidade. Contudo, a descrição pretende ilustrar como a segunda metade da década de 90 foi um momento de profundas mudanças na estrutura, organização e funcionamento da corporação policial-militar, com impactos em todas as áreas, inclusive educacional, e com alterações significativas nos currículos dos cursos de formação. Foi possível vivenciar e perceber esse momento, no lugar de aluna, com recentes inquietações movidas pelas discussões sobre a educação, do VI semestre de licenciatura em Língua Portuguesa. Naquele instante, definia-se um foco: a educação policial-militar.

A escolha foi confirmada na mudança de perspectiva, ainda na condição de aluna, entre os anos de 1999 e 2002, agora no Curso de Formação de Oficiais PM. Os quatro anos de CFOPM permitiram, dentre outras possibilidades, estabelecer um paralelo entre as formações de Praças e de Oficiais na PMBA. As comparações não estavam relacionadas somente à estrutura física ou mesmo duração dos dois cursos; mas, era perceptível as peculiaridades de cada processo formativo, em suas sutilezas.

Um desses aspectos destacados consiste na hierarquização entre os alunos-a-oficiais PM (Al Of PM), conforme os anos de curso; por exemplo, os alunos do então 4º ano eram “mais antigos” que os demais, com responsabilidades e privilégios peculiares à posição que ocupavam, e assim por diante. Mas, se a hierarquia marcava a relação entre as séries do CFO PM, também influenciava na própria turma, pois havia uma competição baseada nas notas obtidas nas avaliações ao longo do semestre letivo, que estabelecia uma espécie de “*ranking*”, determinando, a ordem de escolha do local de trabalho, na capital ou interior, ao final do curso, além de conferir premiações aos primeiros colocados, o que ocorria também na formação de Praças, mas a disputa era mais acirrada no curso de Oficiais.

Após a conclusão do CFOPM, já na condição de 1ª Tenente da PMBA, foi possível escrever mais uma página dessa experiência com a educação policial militar, agora como coordenadora setorial do Núcleo de Ensino (NE), entre os anos de 2004 e 2005, do CFSd PM, sediado no Esquadrão de Motociclistas Águia (Esqd Mcl), e coordenado pelo CFAP, situado no mesmo quartelamento, no bairro de

Ondina, Cidade do Salvador/ BA.

Nesse período, a formação de Praças foi compartilhada com os NE, alguns realizados na sede de unidades operacionais da PMBA, em todo o estado; ou seja, em organizações estruturadas e equipadas com finalidade precípua de realizar o policiamento ostensivo de sua área de responsabilidade territorial. Aqui, vale ressaltar, novamente, que não é objeto de análise a desconcentração desse processo formativo, resultado da transferência do CFAP da cidade de Governador Mangabeira/ BA, para instalações físicas menores na capital, nem indicar suas restrições ou alcances.

Independente dessas condições, observou-se a possibilidade (ou mesmo necessidade) de estudar de que forma e sob quais condições se estabelecem as relações entre esses Núcleos, entre os Núcleos e o CFAP, entre CFAP e os órgãos consultivos e diretivos da área educacional na corporação, enfim, como se estrutura esse sistema, diante da nova conformação.

A caminhada contou ainda com uma passagem na APM, primeiramente como Comandante de Pelotão do CFO PM, nos anos de 2006, 2007 e 2008; como Comandante de Companhia, entre 2008 e 2009; e também na coordenação pedagógica do 1º ano do Curso de Oficiais, em 2010.

No ano seguinte, trabalhando no então Departamento de Ensino (DE) da PMBA até 2014, foi possível observar o ciclo completo de algumas edições do CFSd PM, em um novo lugar. O Instituto de Ensino e Pesquisa (IEP)⁴, como órgão consultivo e deliberativo na área educacional da PMBA, participa de todas as etapas do processo formativo PM, desde a recepção dos novos alunos, até a fase de estágio e conclusão do curso, sendo responsável por fornecer as diretrizes para o funcionamento do sistema de formação.

Ao perceber as diversas engrenagens desse conjunto, que embora formalmente estruturado, com definição clara, objetiva e legal de papéis e responsabilidades de cada componente, não atua de forma integrada, ficava cada vez mais latente a inquietação de compreender como se estabelece essa relação entre os diversos polos do sistema de ensino PM e de que forma a utilização das TIC poderia contribuir para a difusão dos conhecimentos essenciais para a atuação

⁴ Atual denominação do antigo Departamento de Ensino.

profissional e princípios básicos da PMBA aos seus novos integrantes.

Ajustava-se o foco...

1.2 FUNDAMENTO EPISTEMOLÓGICO

A caminhada experimentada até esse momento vem a constituir uma espécie de *expertise* construída pela experiência, mas também do confronto com a literatura educacional e, principalmente, pela prática. É interessante como o significado da palavra *expertise* sugere tratar-se de um resultado/ produto decorrente das habilidades e conhecimentos de um “sistema” ou tecnologia.

Contudo, esse conjunto não foi suficiente para encerrar a pretensão de olhar para a formação em Segurança Pública sob outros prismas ou perspectivas, para além da busca de soluções dos problemas gerenciais, na área educacional da PM.

Esse anseio vai ao encontro das discussões levantadas em torno da Segurança Pública e, conseqüentemente, na preparação de seus profissionais. Por vezes, a compreensão se volta para representação de treinamento destinado, exclusivamente, ao conhecimento de regras ou ainda para a utilização eficaz de armamentos e equipamentos.

No entanto, ao visualizar o processo formativo para além da aquisição e exercício efetivo de certas habilidades, surge a necessidade de se questionar, analisar e recorrer ao conhecimento científico, para obter algumas respostas a essas inquietações apresentadas.

Assim, é preciso buscar bases que forneçam os direcionamentos para transitar nessas vias e perceber o fenômeno como se apresenta e desenvolve, com vistas a indicar pistas para um futuro próximo. Nesta perspectiva, a Fenomenologia nos auxilia nesse percurso e fornece bases para compreensão ampliada do fenômeno da formação PM e o uso das TIC nesse processo educativo. Para tanto, torna-se necessário entender inicialmente a própria Fenomenologia.

O Dicionário de Filosofia traz uma explicação para o entendimento da Fenomenologia em três etapas:

1. Termo criado no séc. XVIII pelo filósofo J. H. Lambert (1728–1777) designando o estudo puramente descritivo do fenômeno tal qual ele se apresenta à nossa experiência.
2. Hegel apresenta o termo em sua fenomenologia do espírito (1807) para designar o que denomina ‘ciência da experiência da consciência’, ou seja o exame do processo dialético de constituição da consciência desde seu nível mais básico, o sensível, até as formas mais elaboradas da consciência em si, que levaram finalmente à apreensão do absoluto.
3. Corrente filosófica inaugurada por Husserl, visando estabelecer um método de fundamentação da ciência e de constituição da filosofia como ciência rigorosa. O projeto fenomenológico se define como uma ‘volta às coisas mesmas’. Isto é, aos fenômenos, aquilo que parece à consciência, que se dá como seu objeto intencional. O conceito de intencionalidade ocupa um lugar central na fenomenologia, definindo a própria consciência como intencional, como voltado para o mundo: ‘toda consciência é consciência de alguma coisa (Husserl). Dessa forma, a fenomenologia pretende ao mesmo tempo combater o empirismo e o psicologismo e superara oposição tradicional entre realismo e idealismo. Fenomenologia pode ser considerada uma das principais correntes filosóficas deste século, sobretudo na Alemanha e na França, tendo influenciado fortemente o pensamento de Heidegger e o existencialismo de Sartre, dando origem a importantes desdobramentos na obra de autores como Merleau-Ponty e Ricouer (JAPIASSU; MARCONDES, 2001, p. 75).

Mesmo não sendo um termo cunhado por Edmund Husserl e estar, em seus primórdios, vinculada à descrição dos fenômenos em estrita ligação com a experiência vivida, a fenomenologia será apresentada por ele com lições bem características, já que alguns dos principais termos utilizados em sua definição primeira, a exemplo de “fenômeno” e “experiência”, serão revisitados, numa abordagem diferente do seu entendimento clássico, literal. Assim, essa pesquisa apoia-se na concepção husserliana de fenômeno que supera a descrição específica da “coisa” propriamente dita ou relato da vivência experimentada, em oposição estabelecida ao empirismo e o psicologismo (HUSSERL, 2006).

A orientação do estudo da relação estabelecida entre o potencial comunicativo das TIC e o sistema de formação em Segurança Pública se fundamenta na perspectiva fenomenológica, a fim de localizar a experiência dos sujeitos e a percepção decorrente de sua interação com o objeto, nas ações de acompanhamento e desenvolvimento do curso de Soldado PM. Esse ponto se torna fundamental, na medida em que essa pesquisa privilegia a reflexão sobre a integração desse sistema, o movimento dialógico de seus integrantes, em

detrimento da finalidade única de descrição processual ou relatos de experiências vivenciadas, o que limitaria sua intenção.

E a própria Fenomenologia como método se coloca como um caminho (GALEFFI, 2000), que se reconhece como inconcluso. Isso porque,

Desde 1907, Husserl começa a assumir uma nova posição gnosiológica, tomando distância de uma “fenomenologia psicológica descritiva”, concernente à simples esfera das vivências, e isto segundo o conteúdo incluso de tais “vivências”, ou seja, segundo as vivências do “eu que vive”, referindo-se empiricamente, assim, às “objetividades da natureza”. Para ele, agora importava distinguir essa forma de “fenomenologia empírica” da fenomenologia transcendental (GALEFFI, 2000, p. 16).

A evolução do pensamento de Husserl (2006) traz esse amadurecimento que vai se distanciando da experiência em si e da sua conseqüente descrição. E, nesse sentido, a compreensão do sistema de formação PM não pode ser reduzida ao esforço do seu desenho sistêmico, se apresentando como efetivo e conclusivo achado/ resultado/ produto final desta pesquisa, mas considerando-o uma importante etapa para compreender como os sujeitos interagem e percebem a ação comunicativa (como acontecimento) na realização de suas funções, durante a realização do CFSd PM. Pois,

o interesse gnosiológico, transcendental, não se dirige ao ser objetivo e ao estabelecimento de verdades para o ser objetivo, nem, por conseguinte, para a ciência objetiva. O elemento objetivo pertence justamente às ciências objetivas, e é afazer delas e exclusivamente delas apenas alcançar o que aqui falta em perfeição à ciência objetiva. O interesse transcendental, o interesse da fenomenologia transcendental dirige-se para a consciência, enquanto consciência, vai somente para os fenômenos, fenômenos em duplo sentido: 1) no sentido da aparência (Erscheinung) em que a objetividade aparece; 2) por outro lado, no sentido da objetividade (Objektivität) tão só considerada, enquanto justamente aparece nas aparências e, claro está, «transcendentalmente», na desconexão de todas as posições empíricas... (GALEFFI, 2000, p.17).

“A ciência transcendental dos fenômenos da consciência” (GALEFFI, 2000, p. 19) exige um empenho maior de retorno à consciência, através do método fenomenológico (redução fenomenológica), de forma a considerar a “coisa” em sua (etapa) de constituição. Essa postura oferece suporte à construção de análise que não conheça as “coisas” somente pelos olhos de quem as experimentou, mas contempla um exercício constante de dúvida do “próprio modo de conhecer” do

pesquisador, no exercício de busca da consciência dessas “coisas”, em um estágio posterior àquela então consciência vinculada, de modo estrito, ao exercício da psicologia, o que exige um esforço muito maior que a coleta de dados empíricos.

Assim, a tarefa da Fenomenologia seria a de rastrear todas as formas do dar-se e todas as correlações, e isto dentro do âmbito da própria evidência pura do dar-se em si mesmo (Selbstgegebenheit), exercendo, sobre todas elas, a análise esclarecedora da própria estrutura dos fenômenos da consciência. No caso, a análise fenomenológica procura abarcar não apenas os atos da consciência dos objetos, como também os seus nexos e correlatos, e isto segundo uma compreensão unívoca da estrutura do fenômeno. Nesta medida, o “fenômeno”, enquanto “dar-se em si mesmo”, é algo incontestável. Entretanto, no dar-se não está inclusa a “análise esclarecedora” que a fenomenologia toma como tarefa. Em outras palavras, isto significa que a simples percepção consciente de um dado fenômeno não pressupõe a análise dos seus “atos” e “correlatos”, suas “complexões” e os seus “nexos” (discordantes ou concordantes), suas “teleologias” e “configurações” (GALEFFI, 2000, p. 24).

Está, portanto, claro que é preciso não apenas descrever o fenômeno (nessa nova perspectiva), ou ainda suas (co)relações como forma de interpretá-lo. A simples descrição cede lugar à análise esclarecedora (como tarefa da Fenomenologia), não apenas do objeto em si, mas de ampliar a percepção e o próprio movimento de “(a)parecer”.

Isto posto, o principal desafio, na verdade, é sair do lugar comum e, por vezes cômodo, de simplesmente tratar da descrição dos dados coletados ao longo da pesquisa, sucedido de sua análise sistemática. Mas, o convite que o método fenomenológico faz ao pesquisador é para problematizar seu olhar, para que também integre, se constitua como etapa da compreensão do objeto do conhecimento, num movimento dinâmico e abrangente, que não reconhece como estático o lugar das “coisas” ou estabelece papéis imutáveis.

E, longe de ser uma limitação ou obstáculo, o apoio nessa perspectiva pode enriquecer ainda mais o processo de construção do entendimento em múltiplas frentes e possibilidades, na adoção de um posicionamento problematizador que busca “extrair” dos objetos e do próprio lugar o exercício do pesquisador, elementos essenciais dessa análise, como uma tarefa antes de (de)mostração, e uma outra forma de apresentação e organização dos conhecimentos, contemplando o rigor científico, mas que também não o posiciona como único rigor (com um fim em si

mesmo), *a priori*, sem a pretensão, contudo de, ao trilhar esse caminho, esgotar todos potenciais e vieses do objeto de estudo, para que possa transcender...

1.3 FUNDAMENTO METODOLÓGICO

1.3.1 Estudo de Caso

O trabalho de análise do objeto dessa pesquisa é orientado por seu objetivo geral, que tem a intenção de investigar e compreender como a utilização das TIC pode contribuir para o desenvolvimento de uma rede cooperativa no CFSd PM, explorando os potenciais comunicacionais disponíveis à interação dos responsáveis pelo acompanhamento e desenvolvimento do curso.

A finalidade do estudo mostra a extensão do exercício de análise e compreensão a ser desenvolvido, de modo que os esforços precisam ser organizados para o alcance dos resultados desejados. Assim, a escolha pelo Estudo de Caso obedece aos parâmetros que o objeto oferece, dialogando com as suas especificidades, pois, “como método de pesquisa, o estudo de caso é usado em muitas situações, para contribuir ao nosso conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados” (YIN, 2015, p. 4).

O entendimento de Yin (2015) sobre a importância da aplicação do Estudo de Caso em pesquisas de diferentes campos sugere sua adequação na preparação de respostas para perguntas, preferencialmente, iniciadas pelos termos “como” e “por que”, alertando que,

não existe fórmula, mas a escolha depende, em grande parte, de sua(s) questão(ões) de pesquisa. Quanto mais suas questões procurarem explicar alguma circunstância presente (por exemplo, “como”, ou “por que” algum fenômeno social funciona), mais o método do estudo de caso será relevante. O método também é relevante quando suas questões exigirem uma descrição ampla e “profunda” de algum fenômeno social (YIN, 2015, p. 4).

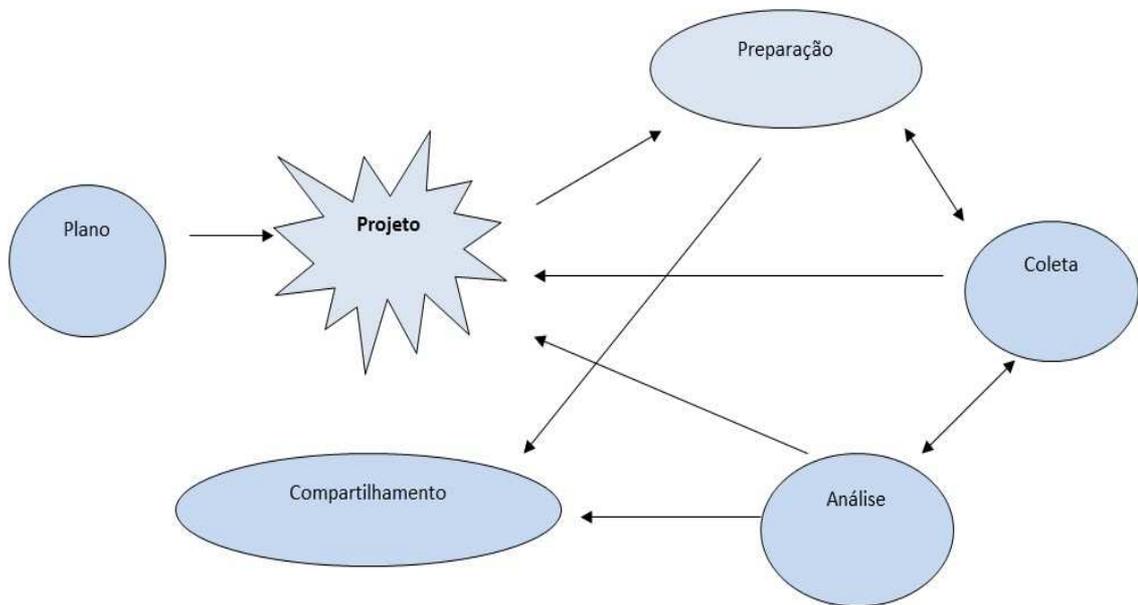
Ao deixar claro que não há regra que determine especificamente a escolha de um método, Yin (2015) também orienta que a observação das questões de estudo, pode justificar a opção por determinado percurso metodológico.

A pergunta que norteia esta pesquisa investiga: de que forma o uso das TIC no processo de desenvolvimento do CFSd PM potencializa a conformação de uma rede cooperativa entre os agentes envolvidos? A expressão “de que forma” está direcionada à busca de modos, formas e procedimentos, além de indicar a necessidade de entendimento da utilização de potenciais das TIC, na estruturação de rede, que supere a atual fragmentação do sistema de formação policial-militar, apesar de, legalmente formatado.

Por isso, diante dos desafios postos de não apenas apresentar um panorama das pretensões em torno do núcleo desse estudo, incorporando as demandas postas pela abordagem fenomenológica, e ainda considerando as especificidades que circulando o “ser-sujeito” e o “objeto-em-si”, o Estudo de Caso, em sua vertente clássica, apontou vários caminhos para alcançar os objetivos da pesquisa, especialmente por ser direcionado ao estudo de sistemas sociais complexos.

Assim, por meio dessa abordagem metodológica, é possível atender à necessidade do pesquisador de conhecer o objeto de estudo, numa perspectiva mais aproximada, de forma a entender e captar suas nuances e ocorrências mais significativas. Por ser capitã da PMBA, a preocupação com a proximidade em relação ao objeto de estudo e suas peculiaridades poderia ser considerada uma questão superada. Contudo, as fontes de informações próprias ao Estudo de Caso e suas diretrizes, no desenho de sua aplicação, oferecem o suporte necessário para o direcionamento adequado e efetivo no debate do tema da pesquisa.

Figura 1 – Realização da Pesquisa de Estudo de Caso



Fonte: YIN, 2005, p. 21.

A imagem mostra a relação estabelecida entre os diversos estágios do estudo. Fica nítida a correlação existente entre as etapas, de forma a subsidiar e interagir, num esquema de retroalimentação do processo, pois uma de suas principais finalidades é, justamente, uma compreensão fundamentada, em todos aspectos, do “caso” em análise.

Contudo, é preciso destacar que “essas fases não se completam numa sequência linear, mas se interpolam no confronto teoria-empíria” (LUDKE e ANDRÉ, Marli, 2012, p. 23).

Por isso, o caminho proposto orienta a busca de elementos não previstos, ou previsíveis, contextualizando-os; portanto, harmoniza com a preocupação desse estudo, que não pretende focar apenas em questões pontuais, mas de compreender sua implicação no e enquanto sistema, destacando especialmente as dimensões até então não consideradas e suas correlações. Assim, será possível enxergar o todo, sem deixar de compreender as partes e os detalhes, considerados importantes na leitura e análise desse cenário.

Outro aspecto determinante do Estudo de Caso é sua característica de triangulação de dados e métodos, decorrente das variadas fontes de informações e

abertura quanto à abordagem do objeto em questão, que será mais evidenciada em seguida, na apresentação dos instrumentos de coleta de dados e acesso às informações.

Através da triangulação de dados será possível organizar o estudo em etapas, a fim de realizar o “confronto” entre:

a) normatização que regulamenta a estrutura e funcionamento do CFSd PM, prevista em seus documentos oficiais, históricos e legais;

b) descrição do contexto de formação de Praças da PMBA, apoiada, em parte, no conhecimento do objeto e experiência do pesquisador; e

c) visão dos sujeitos da pesquisa, ou seja, dos profissionais que realizam, atualmente, o acompanhamento e desenvolvimento do curso de Soldados PM, na capital e no interior da Bahia, sobre as peculiaridades desse processo formativo e a possibilidade do uso potencial das TIC para a estruturação de uma rede que possa integrar esse sistema.

Após o cumprimento dessas fases, o material levantado será submetido ao processo de interpretação sistemática, de acordo com as categorias de análises dos dados, a serem apresentadas detalhadamente em capítulo específico deste estudo.

1.3.2 Lócus e Sujeito da Pesquisa

A pesquisa se concentra nas ações de acompanhamento e desenvolvimento do processo formativo em Segurança Pública dos candidatos à função de Soldados PM, promovido pelos Núcleos de Ensino, responsáveis pela realização do Curso de Formação de Soldados PM, ocorrido no ano de 2014 (CFSd PM/ 2014).

Foi escolhida a primeira edição do CFSd PM no ano de 2014, considerando a dimensão desse processo formativo, ocorrido em 23 Núcleos de Ensino, situados na capital e interior do estado, a saber:

Quadro 01 – Núcleos de Ensino do CFSd PM/ 2014

ORD.	UNIDADE DA PMBA	LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE DE ALUNOS
1.	CFAP	Salvador	184 Al Sd PM
2.	Esquadrão de Polícia Rodoviária	Salvador	95 Al Sd PM
3.	2º BPM	Ilheus	40 Al Sd PM
4.	3º BPM	Juazeiro	78 Al Sd PM
5.	4º BPM	Alagoinhas	54 Al Sd PM
6.	5º BPM	Euclides da Cunha	56 Al Sd PM
7.	7º BPM	Irecê	31 Al Sd PM
8.	8º BPM	Porto Seguro	49 Al Sd PM
9.	9º BPM	Vitória da Conquista	124 Al Sd PM
10.	10º BPM	Barreiras	67 Al Sd PM
11.	11º BPM	Itaberaba	68 Al Sd PM
12.	12º BPM	Camaçari	152 Al Sd PM
13.	13º BPM	Teixeira de Freitas	25 Al Sd PM
14.	14º BPM	Santo Antônio de Jesus	36 Al Sd PM
15.	16º BPM	Serrinha	27 Al Sd PM
16.	19º BPM	Jequié	33 Al Sd PM
17.	20º BPM	Paulo Afonso	20 Al Sd PM
18.	10º GBM	Simões Filho	93 Al Sd PM
19.	10ª CIPM	Candeias	29 Al Sd PM
20.	21ª CIPM	Caldas do Cipó	32 Al Sd PM
21.	22ª CIPM	Simões Filho	53 Al Sd PM
22.	44ª CIPM	Medeiros Neto	19 Al Sd PM
23.	57ª CIPM	Santo Estevão	28 Al Sd PM
TOTAL:			1.393 Al Sd PM

Fonte: Separata n.º 027, de 07 de fevereiro de 2014.

A apresentação das especificidades desse processo aparecerá com mais detalhes no capítulo IV deste estudo, e mostra que a responsabilidade de coordenar o CFSd PM não é exclusiva a um só grupo e concentrada em apenas um local, sendo compartilhada, em grande medida e conforme dispositivo legal, aos componentes que integram o sistema educacional da PMBA.

Portanto, fica evidente a abrangência do estudo, não apenas com relação aos papéis e responsabilidades dos diversos atores que atuam nesse cenário, mas também referente às questões de localização, já que o CFSd PM ocorre nas

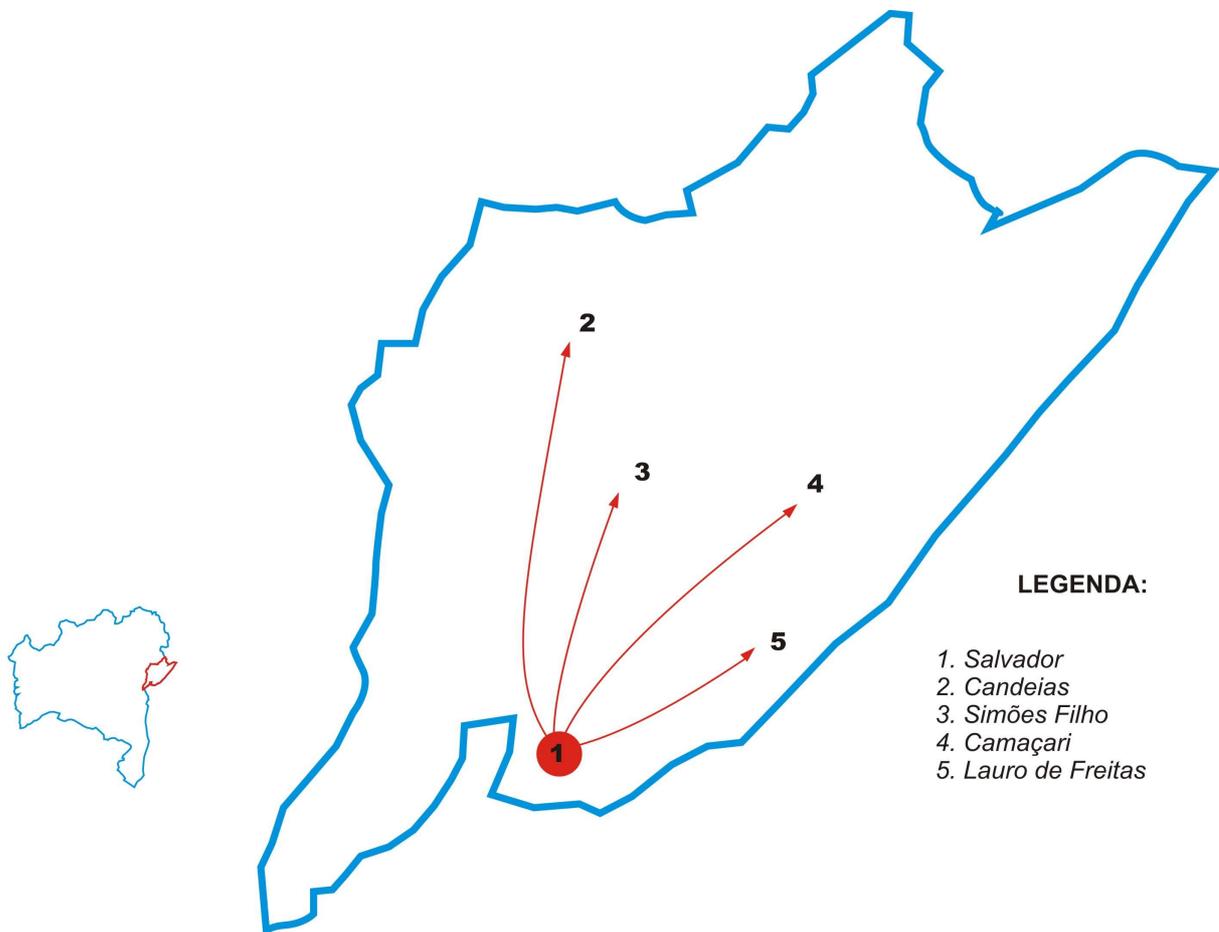
unidades de ensino, situadas em todo território baiano. Por isso, é importante destacar a delimitação do campo investigativo desta pesquisa, por ser consideravelmente amplo, aos Instrutores-chefe dos Núcleos de Ensino do CFSd PM/ 2014, sujeitos e lócus da pesquisa, respectivamente.

Figura 02 – Núcleos de Ensino do CFSd PM/ 2014 situados no interior da Bahia



Fonte: Elaborada pela pesquisadora, com base nos dados da pesquisa

Figura 03 – Núcleos de Ensino do CFSd PM/ 2014 situados na Região Metropolitana de Salvador (RMS)



Fonte: Elaborada pela pesquisadora, com base nos dados da pesquisa

Em decorrência, o recorte, na pesquisa, considera apenas os policiais militares que atuaram como Instrutores-chefe, em 2014. A escolha do sujeito ocorre em atenção às responsabilidades e atribuições legais que os Instrutores-chefe desempenham na formação dos Soldados PM. Vale ressaltar que essa função de coordenação não é exercida permanentemente pelo mesmo profissional. A cada edição do CFSd PM é feita a nomeação dos Instrutores-chefe em publicação oficial⁵, ato que lhes confere direitos e responsabilidades estabelecidas em legislação específica, a qual regula o funcionamento do curso.

⁵ A nomeação dos Instrutores-Chefe é feita no “Boletim Ostensivo Geral” (BGO), periódico da PMBA para publicação de seus atos oficiais.

Geralmente, cada comandante da Unidade PM, na qual ocorrerá o curso, indica o PM que fará o acompanhamento do CFSd PM. Com exceção de ser Oficial, não há outros pré-requisitos para ser Instrutor-chefe do CFSd PM, pois as funções a serem desempenhadas são descritas no Plano Geral de Ensino (PGE), um dos documentos que estabelecem as diretrizes de funcionamento do CFSd PM.

Assim como há constantes alterações no grupo dos Instrutores-Chefe, os Núcleos de Ensino também variam a cada edição do CFSd PM. No ano de 2014, as Unidades PM foram escolhidas de acordo com a sua estrutura física, localização, participação em edições anteriores do CFSd PM e na demanda de efetivo, resultando nos 23 Núcleos de Ensino, listados anteriormente.

Por isso, o mesmo argumento temporal é aplicado à escolha do campo investigativo, estabelecendo os Núcleos de Ensino da primeira turma do CFSd PM, ocorrida no ano de 2014, como lócus da pesquisa, com o objetivo de analisar a utilização das TIC nas ações comunicativas estabelecidas entre os diversos atores que compõe o Sistema de Ensino PM (SEPM), na perspectiva dos Instrutores-Chefe.

1.3.3 Dispositivos de Coleta de Dados

Os dispositivos de coletas de dados utilizados para a triangulação dos dados nessa pesquisa serão a análise de documentos, descrição de contexto e questionário misto online. As escolhas foram efetivadas para que fosse possível capturar diversificados pontos de vistas na consideração do objeto, de forma a valorizar diferentes perspectivas no estudo do uso das TIC na formação de Soldados da PMBA.

A análise documental, enquanto técnica de pesquisa, oferece o suporte para a observação do cenário e compreensão do fenômeno analisado. Para Caulley (1981, apud LÜDKE e ANDRÉ, 2012) a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos, a partir de questões ou hipóteses de interesse.

Complementando essa indicação, Figueiredo (2007, apud SÁ-SILVA, 2009) acredita que o conceito de documento ultrapassa a ideia de textos escritos ou impressos. Dessa forma, mostra que o documento, compreendido como fonte de

pesquisa, pode ser “escrito” e “não-escrito”, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres. Esses documentos são utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos, que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras, conforme interesse do pesquisador.

No caso desse estudo, os documentos e dispositivos legais, especialmente do tipo oficial e técnico, são peças essenciais para se compreender em que base e sob quais pretensões se organizam sujeito e lócus da pesquisa, além da possibilidade de fazer a reconstrução de seu percurso histórico, em consonância com os objetivos deste estudo, sendo eles:

Quadro 02: Relação dos Documentos e Dispositivos Legais

ORD.	DOCUMENTOS
1.	Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.
2.	Constituição do Estado da Bahia, 1989
3.	Decreto Imperial, de 17 de fevereiro de 1825
4.	Decreto-Lei Federal nº 667, de 2 de julho de 1969.
5.	LDB – Lei de Diretrizes e Bases. Lei Nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996
6.	LDB – Lei de Diretrizes e Bases. Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971
7.	Lei de Diretrizes e Bases. Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961
8.	Lei nº 7.990 de 27 de dezembro de 2001. Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Bahia e dá outras providências
9.	Lei nº 9.848, de 29 de dezembro de 2005. Reorganiza a Polícia Militar da Bahia, dispõe sobre o seu efetivo e dá outras providências
10.	Portaria n.º 060 - CG/13, 08 de agosto de 2013. Regulamenta a organização estrutural e funcional da Polícia Militar da Bahia e dá outras providências.
11.	Diretriz Geral de Ensino 2012-2015, de 30 de Julho de 2012, da Polícia Militar da Bahia (DGE 2012-2015)
12.	Plano Geral de Ensino 2015, da Polícia Militar da Bahia

Com isso, a escolha da análise documental também se justifica no sentido

de oferecer suporte para os demais instrumentos de coletas de dados, ao apontar as demandas da pesquisa, especialmente para a descrição de contexto, que oferece o entendimento das circunstâncias em que ocorre o atual processo formativo, sob a perspectiva da pesquisadora e pesquisados.

Por fim, o questionário misto *online* abre espaço para a escuta dos sujeitos da pesquisa, marcando um novo foco de conhecimento do fenômeno estudado e completando essa triangulação das informações levantadas, buscando não só construir o conhecimento de forma sistemática, mas, principalmente, trazendo vozes para auxiliar na compreensão do (não) dito. Nesse sentido, o questionário é uma

“técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” (GIL, 1999, p.128).

Nessa direção, segundo o mesmo autor, o questionário apresenta inúmeras vantagens, das quais se destacam três:

- a) a possibilidade atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa;
- b) a garantia do anonimato das respostas e;
- c) o fato de não expor o pesquisador à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado, desse modo, contribuindo para o alcance de sujeitos da capital e do interior baiano.

Reafirmando esse posicionamento, Gaio (2008) afirma que:

As vantagens da aplicação do questionário estão na abrangência em número de pessoas, principalmente aquelas que estão geograficamente distantes, no custo reduzido que ele propicia, obtenção de respostas mais rápidas e mais precisas, maior liberdade nas respostas em função do anonimato, maior tempo para responder e em momento mais favorável, maior uniformidade na avaliação, como consequência da natureza impessoal, senso a exigência mínima o participante ser alfabetizado (p. 160).

Como instrumentos privilegiados de sondagem, o questionário permite o levantamento de informações essenciais para atender aos objetivos da pesquisa,

especialmente na compreensão da viabilidade do uso potencial das TIC como estratégia para o desenvolvimento de uma rede cooperativa na formação de Soldados da PMBA.

O questionário misto *online* será composto por perguntas fechadas e abertas, a serem respondidas pelos responsáveis pelo acompanhamento e desenvolvimento do CFSd PM nos Núcleos de Ensino. O formulário, que não exige a identificação do respondente, sendo dividido em cinco blocos temáticos, buscando observar as seguintes informações dos Instrutores-chefe do CFSd PM/2014:

- a) Dados básicos;
- b) Processo formativo;
- c) Sobre o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação;
- d) Processo comunicativo e;
- e) Rede de cooperação.

O primeiro bloco do questionário é composto por nove questões que visam a construir o perfil dos policiais militares que atuaram como Instrutores-Chefe do CFSd PM/ 2014. A segunda parte objetiva verificar através de sete perguntas as principais características do processo formativo dos Soldados PM. O objetivo do terceiro bloco, com três questões, é investigar o uso das TIC nas ações de acompanhamento e desenvolvimento do curso. As seis indagações do quarto bloco analisam como se processa, na prática, o fluxo de informações entre os órgãos responsáveis pela realização do CFSd PM. O quinto e último bloco finaliza o formulário com cinco questões referentes à rede formativa.

As perguntas serão enviadas por correio eletrônico aos sujeitos da pesquisa, através de *e-mail* institucional, com as orientações de preenchimento e os objetivos da pesquisa. Vale ressaltar que a aplicação do questionário será precedida de pré-teste, para observar a funcionalidade desse instrumento.

Com relação à validação dos dados, só serão considerados na pesquisa os questionários respondidos completamente. Após a devolutiva dos questionários, os dados levantados serão tabulados e transformados em gráficos e quadros, de forma a subsidiar sua análise.

1.3.4 Pressupostos para a Análise dos Dados

A partir dos dados obtidos através dos dispositivos de coleta de dados, especialmente, através do questionário misto online, será possível estabelecer os fundamentos para a construção de resposta ao problema desta pesquisa. Esse processo, no entanto, carece de uma base que sustente a elaboração dos argumentos, de forma a apresentar sistematicamente os principais resultados obtidos, após a etapa de análise de dados.

Por isso, este estudo faz uso dos pressupostos da descrição densa, apoiada nos materiais levantados por meio, essencialmente, da análise documental e do questionário, para apresentar o cenário da formação dos Soldados da PMBA, com a principal finalidade de suscitar uma experiência vívida desse processo formativo, e não apenas da realização de leitura da exposição de seus elementos constitutivos e estruturais.

Com base na perspectiva de Geertz (2008, p. 24), é possível considerar a possibilidade de uma “descrição inteligível – isto é, descrito com densidade”, dos processos formativos dos Soldados PM, oferecendo um panorama de sua estrutura e funcionamento e, principalmente, de suas demandas referentes aos processos comunicativos, que extrapola o padrão específico da captação visual, para sentir o que está sendo exposto.

Por outro lado, os dados dos questionários relacionados às TIC no CFSd PM permitem a análise interpretativa do seu uso, bem como refletir sobre a possibilidade de utilização do potencial comunicativo das TIC na conformação de rede cooperativa na formação dos Soldados PM.

Para tanto, é importante se apoiar também na fundamentação teórica desse estudo, de forma a favorecer a reflexão dos principais pontos dessa pesquisa, organizados a partir de suas categorias teóricas, a saber: **TIC**, com ênfase na cooperação potencializada pelo seu potencial comunicativo; e a formação em Segurança Pública, destacando, o **Curso de Formação de Soldados**. Esse exercício de reflexão teórico resultará também, em última instância, nas categorias de análise de dados: formação, processos comunicativos e rede cooperativa; de forma a organizar o esforço de análise de dados.

2 TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: O USO POTENCIAL NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Tecnologia, informação e comunicação são termos que, mesmo apresentados de maneira separada ou desconectada, trazem implicitamente o potencial semântico das possibilidades representativas da atual conjuntura política, econômica, social e cultural, impactada por intensas e profundas mudanças, especialmente na forma de se interagir com outros indivíduos.

Juntas, por sua vez, essas palavras agregam novas facetas e denominam um movimento de transformação, cada vez mais presente em diversos setores da sociedade, seja nas organizações privadas, públicas ou não-governamentais, indústria, comércio, enfim na própria convivência cotidiana das pessoas, indicando que as TIC se reinventam a cada dia, articulando novas estratégias de (inter)/(rel)ação que não se limitam a uma única forma de processar informações e comunicá-las aos seus respectivos públicos.

Nesse sentido,

as TIC são compreendidas como surgimento de uma outra articulação de linguagens, encarnada em novos suportes que são as máquinas com as quais os homens se comunicam, dotando-as da capacidade de processarem e intercambiarem informações. (HETKOWSKI, 2004, p.17).

Os novos suportes oferecem novas perspectivas de alcance das TIC, contudo não limitam sua atuação ao aporte maquínico. Dessa forma, o debate sobre as TIC ganha cada vez mais novos contornos, distanciando-se, por outro lado, do esgotamento de sua vinculação estrita aos apetrechos tecnológicos, pois apresenta outras possibilidades de compreensão de suas múltiplas potencialidades, dentre as quais, os diversos padrões de comunicação para além, inclusive, da circulação de informações promovida pela rede mundial de computadores.

Isso por que, o esforço de compreensão de outras formas de “articulação de linguagens”, promovidas pelas TIC apresenta, independente do resultado final da mensagem em si, o próprio processo que sugere indicativos e possibilidades de compreensão da ação comunicativa⁶, marcada por uma nova dinâmica na relação entre os indivíduos, transgredindo modelos tradicionais e lineares de diálogo e relação com o outro; ou seja, o processo também é a mensagem⁷!

Por isso, a intenção neste momento (deste capítulo) não é apenas apresentar um panorama quanto à definição do que significam as TIC, localizando de que ponto se trata desse tema. É fundamental refletir sobre seus usos, padrões de produção e circulação de informações, potenciais de comunicação, bem como as perspectivas de cooperação desses processos formativos.

Assim, o primeiro passo é ampliar o entendimento sobre as TIC com o objetivo de superar a vinculação aos aparatos tecnológicos, ou ainda restringi-las ao território da Internet ou das telecomunicações. A superação dessa limitação pretende demonstrar como as TIC potencializam o esforço e alcance das iniciativas de atuação em rede, integrada, numa ação geradora de performances colaborativas e, contrária à fragmentação em todas as áreas, principalmente educacional.

A intenção seguinte é composta pela consideração da comunicação, sua importância e potenciais para a configuração de um sistema integrado de ensino policial-militar. Novamente, há um convite para o alargamento conceitual do termo “comunicação”, representada pela tentativa de ressignificação da tradicional

⁶ Ação comunicativa aqui é compreendida como sendo essencial para a consolidação da rede de formação de Praças da PMBA; portanto não é restrita ou vinculada essencialmente aos recursos técnicos comunicacionais ou à busca do melhor manuseio dos instrumentos/ meios de comunicação. O que se pretende nessa pesquisa é que a partir desta análise baseada nos estudos Habermas e Lima Jr, por exemplo, haja uma compreensão ampliada em que a “ação comunicativa” suporte/ permita o estreitamento e fortalecimento das ações de comunicação, o desenvolvimento de práticas de construção do conhecimento a partir das trocas, do conhecimento de diversas realidades da segurança pública no estado e sua difusão, durante o processo de formação. Esse ponto é essencial para esta pesquisa. O pressuposto estabelecido é de um processo comunicativo mais estreito e exercitado no cotidiano, nas práticas curriculares do CFSd PM, sob variadas vertentes, que qualifique e estabeleça vínculos entre os diversos pontos para a conformação de uma rede. Dessa forma, acredita-se no favorecimento de um novo desenho de fluxo de informação no CFSd PM, que não objetiva confrontar hierarquia e responsabilidades no processo formativo dos Soldados; mas, que “quebrando” as linhas paralelas desse sistema, seja possível amarrar nós e juntar gente!

⁷ Expressão inspirada na expressão “O meio é a mensagem”, apresentada pelo autor Marshall McLuhan (1974), na obra Os meios de comunicação como extensões humanas.

estrutura lógica e previsível, de uma pretensa organização linear de representação do processo comunicativo. O apoio de teóricos como Habermas (1984), e os estudos de Lima Jr. (2012; 2007; 2005) e Hetkowski (2004) colaboram com as discussões e propõem outros desenhos à dinâmica de um “diálogo multidirecional”.

Na medida em que se apresenta um novo panorama de comunicação e diálogo, pretende-se compreender como o uso das TIC poderá contribuir para a superação da fragmentação desses esquemas de atuação, para a inauguração de nova etapa de cooperação, termo que vem ganhando, cada vez mais espaço, à construção de conteúdos colaborativos, dialogando com a questão principal desta pesquisa.

Haverá uma preocupação específica em apontar o local a partir do qual se tratará a cooperação, evitando a confusão cada vez mais comum de associação dessa palavra com outros termos, a exemplo de participação e colaboração, tratados como sinônimos. Muitos autores declinam de tal preocupação e usam as terminologias participação, cooperação e colaboração com o mesmo *status*. Seguindo a orientação de Sales (2013), e compreendendo a necessidade de destacar a ação pretendida com esta análise, torna-se uma obrigação justificar a escolha de um conceito em detrimento dos demais, pois:

Na mesma direção de participação, a cooperação e a colaboração também demandam interação, contribuição, no entanto, apesar de possuírem o mesmo prefixo (co), que dá a noção de ação conjunta, os termos se diferenciam. (SALES, 2013, p. 155)

Não se trata de uma mera escolha de terminologia mais ou menos apropriada, numa espécie de “exercício conceitual”. A escolha da ação que represente o nível de interação pretendida, envolve uma compreensão não apenas da definição e distinção de participação, colaboração ou cooperação, mas considera o contexto no qual se analisa as possibilidades e a viabilidade de realização de “ação conjunta”, neste caso, da Polícia Militar da Bahia, organização que conta com uma estrutura secular, alicerçada nos pilares da hierarquia e disciplina.

Assim, essa não será uma tarefa óbvia como pode sinalizar num primeiro momento. As forças de segurança costumam associar as TIC aos sistemas de registros policiais ou ainda às formas de captação de ocorrências. Dessa forma, a integração acontece quando há justamente o compartilhamento desses bancos de

dados gerados pelas Polícias Militar, Civil, Técnica, Corpos de Bombeiros, Guardas Municipais e demais órgãos de segurança. Em consequência, a Gestão da Informação (GI) normalmente fica a cargo dos organismos de inteligência⁸ que são responsáveis pela produção e proteção das informações na instituição, a exemplo do que ocorre na própria corporação baiana.

Portanto, trazer o debate sobre as TIC e a Segurança Pública assume uma finalidade paralela de transpor esses parâmetros que alicerçam os debates e ações sobre seu uso na PM, que ainda associa a tecnologia à obtenção de computadores e respectivos *softwares*, buscando uma espécie de “ruptura” pelo menos no entendimento desses padrões de controle de processamento e circulação de informação, que graduam o acesso aos dados levantados, conforme hierarquia funcional.

Compreende-se que o número de estudos sobre as TIC na educação vem crescendo sensivelmente; não é mais considerada uma temática recente. Contudo, este debate trilha novas possibilidades ao fazer um recorte da educação corporativa, especificamente, à área de estudos sobre a formação em Segurança Pública. Isso permite evidenciar outras vertentes que pretendem ser levantadas neste trabalho, como a circulação de informação, no desenho do que poderia ser o funcionamento e integração de um sistema, neste caso, a formação de Soldados da PMBA.

Por isso, esta análise vem endossar as discussões levantadas pelo Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC), que compreendem e destacam os potenciais criativo e transformador dos processos tecnológicos, para além da interface “homem-máquina”, em detrimento das discussões restrita aos aparatos tecnológicos, *softwares*, *hardwares* e, em consequência, à sua linguagem técnica ou ainda uma preocupação exclusiva com as TIC e a Internet ou sua “estreita” relação com às redes sociais.

Assim, será organizado em seções que tratam, primeiramente do entendimento de tecnologia; em segundo lugar, será apresentada a perspectiva de TIC que respaldará essa análise; a seguir, o destaque será concedido ao potencial

⁸ No contexto da Polícia Militar da Bahia, as atividades de inteligências são as ações realizadas pela Coordenação de Missões Especiais e demais órgãos subordinados funcionalmente. Uma de suas principais finalidades é a produção e proteção de informações, conferindo-lhe grau de sigilo para disciplinar sua circulação e acesso.

de comunicação das TIC, indicando; por fim, o desafio será estabelecer uma relação entre as TIC e a Segurança Pública, com enfoque na discussão sobre a questão da informação para a atividade policial, concluindo com a indicação de possibilidades de ações integradas patrocinadas pelas TIC e como impactam na busca de atuações mais colaborativas.

2.1 CENÁRIOS DA TECNOLOGIA NA CONTEMPORANEIDADE

“(…) Que futuro nos aguarda?” (SCHAFF, 1995, p.15). Mais do que questionar o destino da humanidade diante das tecnologias digitais, é preciso observar de que forma estas impactam e influenciam os aspectos políticos, econômicos e culturais da sociedade na atualidade, com desdobramentos em diversas áreas da vida humana, especialmente na educação, pois ao “olhar para a frente” é possível reconhecer as incertezas quanto aos possíveis cenários da convivência humana, marcada cada vez mais pelos efeitos imprevistos e, por vezes, colaterais da tecnologia.

Dessa forma, a história do homem e sua evolução como espécie indica uma relação, intrinsecamente, imbricada com as questões tecnológicas, num movimento permanente de transformação sem fronteiras, mostrando que a próxima “nova tecnologia” já está a caminho. Apenas não se sabe o que é⁹.

Ainda recorrendo a Schaff (1995), o autor observa que

[...] a sociedade informática escreverá uma nova página na história da humanidade, pois dará um grande passo no sentido da materialização do velho ideal dos grandes humanistas, a saber, o do homem universal, e universal em dois sentidos: no de sua formação global, que lhe permitirá fugir do estreito caminho da especialização unilateral, que é hoje a norma, e no de se libertar do enclausuramento numa cultura nacional, para converter-se em cidadão do mundo no melhor sentido do termo (SCHAFF, 1995, p. 71).

Essas múltiplas possibilidades da “sociedade informática” alarga o campo de atuação com alcance mundial, apontando para a necessidade de mudança de

⁹ Inspirada em um dos slogans da produção artística do escritor canadense Douglas Coupland (2011 – 2015), denominada “Slogan para o Século 21”, presente na exposição **Ciclo: criar com o que temos**, 2ª edição, vista em 07 de março de 2015, em Brasília/DF.

processos, especialmente os educativos, conforme vista as necessidades e os indicativos de superação de uma formação, essencialmente, especializada ou “desconectada”; mas não garante um exercício pleno de integração e acesso às informações.

E isso faz com que no lugar de respostas, outras questões sejam acolhidas a essas inquietações, sinalizando que as discussões estão distantes de seu esgotamento final: quais seriam essas tecnologias digitais? Quais seus impactos (im)previsíveis? Ou ainda, o que é tecnologia?

Há uma divergência considerável entre as definições de tecnologia, mesmo entre os acadêmicos, o que destaca a polissemia desse termo e a necessidade de indicar de que lugar falamos. A terceira versão revisada do Dicionário Básico de Filosofia, de Hilton Japiassú e Danilo Marcondes (2001), por exemplo, não trata do conceito específico de tecnologia; define, em contrapartida o termo técnica, apresentando como:

técnica (do lat. *technicus*, do gr. *technikós*) 1. Conjunto de regras práticas ou procedimentos adotados em um ofício de modo a se obter os resultados visados. Habilidade prática. **Recursos utilizados no desempenho de uma atividade prática**¹⁰. Ex.: a técnica de pesca com anzol, a técnica da preparação do solo para o plantio. 2. Em um sentido derivado sobretudo da ciência moderna, **aplicação prática do conhecimento científico teórico a um campo específico da atividade humana**. Ciência aplicada. Ex.: o desenvolvimento da física, sobretudo da mecânica, no período moderno, possibilita como aplicação desse conhecimento a técnica da construção da máquina a vapor e de uma série de outros mecanismos, motores etc. Na concepção clássica, na Grécia antiga, entretanto, não havia interação entre ciência e técnica. A ciência como teoria era considerada um conhecimento puro, contemplativo, da natureza do real, de sua essência, sem fins práticos. **A técnica por sua vez era um conhecimento prático, aplicado, visando apenas a um objetivo específico, sem relação com a teoria**. (JAPIASSU e MARCONDES, 2001, p. 181).

Esta definição de “técnica” apresenta algumas considerações peculiares. Destaca-se especialmente a referência feita à técnica como um conjunto de recursos na execução de ações práticas e laborais. Ou ainda quando os autores se preocupam em trazer o entendimento que distingue o “conhecimento puro, contemplativo”, científico; do “conhecimento prático”, técnico. É interessante analisar

¹⁰ Grifo nosso.

que na citação a palavra “prática” é repetida seis vezes, sem considerar suas variações, a exemplo de expressão “aplicada”.

Apesar do Dicionário de Filosofia abordar a definição de “técnica”, outras publicações se aproximam desse mesmo entendimento ao considerar o verbete “tecnologia”. Peter K. Manning (2003), professor de sociologia e psiquiatria na Universidade Estadual de Michigan, em seu estudo “As Tecnologias da Informação e a Polícia” destacou que “O *Webster’s Collegiate Dictionary* (9. ed.) define *tecnologia* como uma linguagem técnica, uma ciência aplicada e como meios técnicos para se chegar a um objetivo prático”.

Técnica e tecnologia se aproximam diante de questões relativas à prática. Mas, essa não é a única vertente pela qual os estudos sobre tecnologia se pautam; múltiplos são os caminhos, e isso gera divergências que permitem, na verdade, enriquecer ainda mais as possibilidades de análise.

Ainda recorrendo às reflexões de Manning (2003), é oportuno trazer a citação da obra de Barley (1988), na qual o autor destaca as variantes do sentido de tecnologia, mostrando que:

[...] na medida em que se distancia da interface ‘homem-máquina’ para níveis de análises superiores, torna-se cada vez mais insustentável a reivindicação de que as ramificações da tecnologia são redutíveis às suas qualidades materiais. (BARLEY, *apud*, MANNING, 2003, p. 379)

Barley (1988) reflete e produz estudos sobre as tecnologias e as organizações sociais de trabalho. Mas, seu pensamento consubstancia a ideia que localiza a tecnologia para além dos aparatos maquímicos, o que sugere a superação da concepção do entendimento que a vincula de forma (r)estrita aos *hardwares* ou mesmo *softwares*.

Outras interpretações cedem lugar a “níveis de análises superiores” busca-se voltar à gênese da tecnologia, termo originado do grego “*tekhnè*”, para compreendê-la como processo humano (LIMA JR e HETKOWSKI, 2006) de mudança, transformação, construção colaborativa e criativa de novas maneiras de superar os desafios diários. Lima Jr. (2005) traz essa perspectiva ao destacar que,

[...] a tecnologia tem uma gênese histórica e, como tal, é inerente ao ser humano que a cria dentro de um complexo humano-coisas-

instituições-sociedade, de modo que não se restringe aos suportes materiais nem aos métodos (formas) de consecução de finalidades e objetivos produtivos, muito menos ainda, não se limita à assimilação e à reprodução de modos de fazer (saber fazer) predeterminados, estanques e definitivos, mas, ao contrário, podemos dizer que consiste em: um processo criativo através do qual o ser humano utiliza-se de recursos materiais e imateriais, ou os cria a partir do que está disponível na natureza e no seu contexto vivencial, a fim de encontrar respostas para os problemas de seu contexto, superando-os. Neste processo, o ser humano transforma a realidade da qual participa e, ao mesmo tempo, transforma a si mesmo, descobre formas de atuação e produz conhecimento sobre elas, inventa meios e produz conhecimento sobre tal processo, no qual está implicado (LIMA JR., 2005, p. 15).

Neste caso, observa-se a tecnologia como própria do ser humano e de sua capacidade e autonomia para criar, intervir, elaborar por meio de sua interação com o objeto, conferindo-lhe sentido, modificando-o e sendo modificado. Algo que vai além do conhecer ou do saber-fazer, rompendo com a ideia de vinculação direta, e por vezes única, da tecnologia aos artefatos tecnológicos, abre espaços para uma relação dinâmica, de múltiplos dinamismos, nesse processo de construção do conhecimento.

Nesse sentido de ressignificação de perspectivas e posicionamentos, a tecnologia se apresenta sob outras vertentes, pois deixa de ser representada pela simples aquisição e montagem de estrutura física. Em alguns casos, essa estruturação da rede lógica de computadores já é considerada e propagada como sendo uma “inovação tecnológica”, o que poderia ser entendida como uma visão restrita, diante dos potenciais que a tecnologia apresenta. Pois, nesses casos, a preocupação gira em torno dos artefatos, do exógeno, perdendo a criatividade, sensibilidade, consenso, divergências, humano, entre outras.

A relação desigual do material e simbólico distancia os laços e estreita os efeitos de sentido entre sujeito e o objeto: a máquina surge de forma intimidadora! Nesse momento, é possível e necessário reconhecer o homem nas apropriações, intervenções e interações com seu ambiente, de forma a transformá-lo e implicar-se também nesse processo, cujo resultado transcende o simples fazer (*homo faber*), executar.

Assim, é preciso recorrer a Arendt (2014), quando a autora mostra que o reconhecimento da tecnologia é algo próprio ao homem e sua questão evolutiva

supera qualquer confronto ou dissenso, enfatizando a máquina como algo cada vez mais presente, próprio e “natural” no convívio humano:

[...] Em seu contínuo processo de operação, este mundo de máquinas está perdendo inclusive aquele caráter mundano, independente que as ferramentas e utensílios e a primeira maquinaria da era moderna possuíam em tão alto grau. Os processos naturais de que se alimenta o relacionam cada vez mais com o próprio processo biológico, de sorte que os aparelhos, que outrora manejávamos livremente, começam a mostrar-se como se fossem “carapaças integrantes do corpo humano tanto quanto a carapaça é parte integrante do corpo da tartaruga” (ARENDR, 2014, p. 189).

Arendt (2014) finaliza essa reflexão citando Werner Heisenberg, para apresentar a tecnologia não mais como um,

[...] produto de um esforço humano consciente no sentido de ampliar a força material, mas sim um desdobramento biológico da humanidade no qual as estruturas inatas do organismo humano são transplantadas, em uma medida sempre crescente, para o ambiente do homem. (p. 190).

A tecnologia apresentada como “um desdobramento biológico” do homem amplia o potencial criativo do pensamento humano. Por isso, potencializa não mais questões materiais relacionadas ao labor de forma estrita, mas sinaliza para outras relações e novas oportunidades, com impacto direto no ambiente no qual o homem se insere, superando o isolamento e integrando os diversos pontos de uma mesma aldeia!

2.2 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) E A EDUCAÇÃO

A aldeia global definida por McLuhan (1974), e revisitada por diversos estudiosos, a cada dia ganha novas versões, a exemplo de Castells (2003) que afirma que a rede é a mensagem. Não é possível prever os limites de suas possibilidades, pois antes mesmos de concluir essa pretensão, o mundo vislumbra mais instrumentos de interação que desconhecem as fronteiras nacionais.

Dessa forma, muda a forma de comunicar e interagir com as pessoas, num processo que não se reconhece como linear, estruturado e sequencial... A

velocidade das transformações indica que o “novo”, esse sim, tem limite e prazo de validade.

Todas essas mudanças e transformações proporcionadas pelas TIC têm impacto direto na sociedade, redefinindo diversos setores, especialmente a área educacional. São diferentes formas de se relacionar, construir conhecimento e de circulação de saberes e informações, que não comporta mais estruturas lineares e unilaterais, tanto em relação ao tempo quanto ao espaço.

Isso implica repensar, em consequência, a ideia de superação da noção de espaço-tempo, principalmente no contexto educacional. A reflexão sobre essa dissociação ocorre na “medida em que áreas diferentes do globo são postas em interconexão umas com as outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda a superfície da terra” (GIDDENS, 1991, p. 12).

Em consequência das “transformações do tempo e do espaço”, amplia-se a ideia sobre as TIC, superando os espaços virtuais como depósito de informações e conteúdos, para enxergar o alcance que as TIC proporcionam, permitindo uma relação mais estreita entre os integrantes do processo formativo, uma vez que, a apropriação das potencialidades, oferecidas pelas TIC na área educacional ocorre, no sentido de possibilitar uma interação entre os agentes envolvidos nesse processo educativo.

Por isso, o uso das TIC, nos processos formativos, deve ocorrer no sentido de fornecer condições para a construção colaborativa de conhecimentos, favorecendo ou mesmo sinalizando um aprendizado em rede, alterando as estruturas tradicionais e fragmentadas, com impacto direto na forma como a comunidade escolar se relaciona e de que maneira faz e efetiva a produção e difusão de informação e saberes.

Para Hetkowski (2004),

a compreensão das TIC requer, portanto, pensar nas diferentes linguagens como forma de inserir e explorar na escola a cultura da informação e do conhecimento. E mais, é por meio da oralidade como laço visceral, da escrita como possibilitadora de sentidos e significados que as informações, através das mídias, estreitam os espaços-tempo da sociedade e alargam os horizontes da Educação (HETKOWSKI, 2004, p. 91).

A intenção desta análise não se restringe à discussão da superação de “espaço-tempo”, que certamente os processos tecnológicos proporcionam, reduzindo custos e facilitando o acesso às ações educativas. Evidentemente que os instrumentos e aportes das TIC proporcionam um alcance mais expressivo das iniciativas de desenvolvimento e acompanhamento dos processos educacionais.

Mas, a ideia de potencializar e ampliar os “horizontes da Educação” mediada pelas TIC (HETKOWSKI, 2004), e sobre a qual esse estudo se apoia, vai além da sugestão de aquisição de todo maquinário necessário para estruturação de uma rede física e lógica que permita a circulação de saberes. Isso traria rapidez, mais velocidade às mesmas práticas já realizadas através de soluções *on* ou *off-line*.

Por isso, torna-se essencial compreender como o potencial das TIC pode promover uma efetiva interação no processo educativo, permitindo a realização de troca de informações e a construção coletiva de conhecimentos e de soluções sustentáveis para a ação formativa que supere o *modus operandi* tradicional, estático e unilateral de ensino, pois, à medida em que se expande o entendimento sobre os novos meios de comunicação e informação, outras práticas também carecem de revisão, especialmente, as ações educativas (LIMA JR., 2007).

Dessa forma, essa abordagem das TIC, apoiada em diferentes linguagens, no processo educativo requer redimensionar a própria estrutura, funcionamento e organização da escola; uma reflexão que deve considerar aspectos políticos, sociais e culturais, superando a valorização dos dispositivos tecnológicos, compreendendo-os como mediadores para aprimorar uma “cultura da informação e do conhecimento”, no ambiente escolar.

Segundo Sales (2013),

Entre os meios artificiais, podemos incluir as TIC que no contexto da formação servem de mediadoras à ação do homem sobre um objeto, pois estes funcionam na formação como mediadores externos a partir da ação instrumental na formação. Vale destacar que Vigotski esclarece que o uso de instrumentos e dos signos, estão diretamente relacionados à evolução da espécie humana e ao desenvolvimento de cada indivíduo (SALES, 2013, p. 124).

Essa mediação proporcionada, também, pelas TIC potencializa a “ação do homem sobre o objeto”, estreitando os laços dessa relação. Mas, assim como a aquisição dos maquinários não representa a “inovação tecnológica”, o uso das TIC

sugere a livre circulação e acesso às informações e, os processos educativos tem um papel importante nesse cenário.

É nesse ponto que este estudo se pauta para abordar as TIC e a Educação¹¹; não apenas como uma sigla, muitas vezes repetidas, de forma descontextualizada e restrita, mas como artefato sociocultural, compreendendo-as também nessas outras dimensões e potencialidades: a informação e a comunicação.

2.3 O POTENCIAL DE COMUNICAÇÃO DAS TIC

Uma vertente que necessita ser observada nas TIC é a reflexão sobre seu potencial comunicacional, quando se questiona o fluxo ou troca de informações, muitas vezes se estabelece essa análise sobre fundamentos tradicionais, clássicos do processo comunicativo. Este estudo vem explicitando, especialmente, as bases sobre as quais se posiciona ao falar de tecnologia, das TIC. Nesse ensejo, é fundamental promover um debate sobre o processo comunicativo, observando como pode ser aprimorado pelas TIC, ou ainda, destacar a lógica comunicacional das tecnologias.

O ensino formal da língua apresenta, tradicionalmente, os elementos da teoria da comunicação: emissor, mensagem e receptor; os quais são considerados itens essenciais para a efetivação do ato comunicativo. O emissor seria aquele que representa uma das pontas desse sistema, responsável por iniciar esse processo através envio da mensagem. O termo “aquele” é providencial para designar o emissor, pois esse papel não precisa ser assumido por somente uma pessoa, mas também por um grupo, uma instituição, dentre outros. A mensagem contém o cerne do processo, ou seja, as informações a serem transmitidas de um polo ao outro da ação comunicativa. E, por fim, o receptor que é o destinatário do conteúdo presente na mensagem enviada.

¹¹ Ao discutir a Educação nessa relação com as TIC, pensou-se também em formação; vale ressaltar, no entanto, a necessidade de um posicionamento e aprofundamento maior sobre esse aspecto, de forma realizar uma discussão teórica sobre o tema, para localizar mais precisamente o ponto de onde se fala sobre formação profissional em segurança pública.

Outros elementos se agregam ao emissor, mensagem e receptor para representarem de forma mais detalhada, a comunicação: referente, canal e código; para contemplar o contexto, o meio físico ou virtual e conjunto de sinais escolhido.

A intenção ao descrever esse esquema comunicativo é expandir o entendimento do agir comunicativo, para além do plano estático, previsível e descritível, a fim de considerá-lo na interação entre os indivíduos em seu contexto social.

Lima Jr. (2012) aborda sobre essa temática, ao enfatizar que,

Pela natureza social do processo de comunicação, seu caráter constitutivo é dialógico, ontológico e dinâmico¹². Dialógico porque a conversação se dá em razão dos interlocutores estarem no mesmo *status* de sujeitos, operando com autonomia, tanto a estrutura linguística da comunicação, quanto a produção de sentido no circuito conversacional. Não há, pois, uma lógica externa ao processo nem à condição dos sujeitos, que possa ser padronizada uniformemente, como um modelo a priori, estático, com valor de verdade sobre o ato comunicativo [...], pois **o que importa é o sentido consensual, que é construído pelos sujeitos da enunciação** (*grifo nosso*), os interlocutores, os falantes, que atuam na comunicação, tornando-a exprimível, exteriorizada, materializada em pragmáticas linguístico-semânticas e em forma de laço subjetivo (LIMA JR., 2012, p. 44-45).

Assim, saindo do plano ideal das receitas prescritivas do fazer comunicacional, compreende-se que é uma construção que considera a dinâmica que envolve os sujeitos, buscando visualizar os movimentos de trocas, intenções, escolhas e construções de sentido, num diálogo, com o outro, com o diferente, mas se apresenta nas mesmas condições do sujeito enunciador.

Por isso, é visto também como um processo efetivo, representado por uma relação de negociação, observando nesse sentido a orientação da abordagem de Habermas (1984), sobre a teoria do agir comunicativo, ao afirmar que,

[...] não é a relação de um sujeito solitário com algo no mundo objetivo que pode ser representado e manipulado mas a relação intersubjetiva, que sujeitos que falam e atuam, assumem quando buscam o entendimento entre si, sobre algo. Ao fazer isto, os atores comunicativos movem-se por meio de uma linguagem natural, valendo-se de interpretações culturalmente transmitidas e referem-se a algo simultaneamente em um mundo objetivo, em seu mundo

¹² Grifo nosso.

social comum e em seu próprio mundo subjetivo. (HABERMAS, 1984, p. 392).

Esse posicionamento reforça o principal ponto de questionamento com relação à busca de uma descrição do processo comunicativo. Cada inscrição do sujeito no movimento de se comunicar e interagir com outros sujeitos, no mesmo patamar ocorre em situações comunicacionais específicas, praticamente impossível de se repetir, ainda que se busque construir o mesmo cenário, os mesmos atores e em circunstâncias idênticas.

A simples mudança temporal já diferencia o contexto e compromete a intenção de reproduzir todas variações originais, especialmente quando potencializadas e facilitadas pelo uso de tecnologias digitais que impactam, diretamente, nas limitações de tempo e espaço. Outro aspecto a ser ponderado é o volume de dados que circulam com o suporte das novas tecnologias, provocando uma espécie de dilúvio de informações (HETKOWSKI, 2004).

Em consequência, não apenas a forma de comunicar entre as pessoas, de maneira específica, demanda de revisão e ressignificação dessas definições, características e procedimentos. O impacto é observado na relação entre os indivíduos, mas também há mudanças nas estruturas organizacionais e na própria sociedade, impulsionadas pelo potencial comunicativo das TIC.

Os pesquisadores Lima Jr., Novaes e Hetkowski (2012) ao discutirem a importância das TIC nos processos formativos destacam que,

[...] as TIC na contemporaneidade articulam diversas linguagens e produzem maior conectividade e acesso às informações veiculadas pelo mundo todo, através dos meios de comunicação, o que potencializa mudanças significativas nas novas formas de ser e de pensar, que podem traduzir-se em novos fazeres, novas dinâmicas organizacionais, diferentes agenciamentos sociotécnicos fundamentais ao modo societário e civilizatório contemporâneo, comportando em seu âmbito novas e diferentes políticas de sentido, agendas sociais e comunitárias, novos jogos relacionais, entre outros, que vem desafiando os diferentes campos do conhecimento. **Deste modo, torna-se evidente a necessidade de investimento em formação para o desenvolvimento e atualização dos diferentes setores profissionais**¹³. Isto toca diretamente a Gestão, enquanto tem na formação um de seus fundamentos e, simultaneamente, demanda uma agenda de formação específica na sua área para uma inserção crítica e criativa do gestor na educação

¹³ Grifo nosso.

escolar contemporânea e/ou nos processos formativos nos diferentes contextos e dinâmicas sociais e profissionais (LIMA JR.; NOVAES; HETKOWSKI, 2012, p.55).

Dessa forma, as TIC promovem um outro tipo de articulação entre linguagens e expressões, uma vez que permite aos indivíduos e às organizações novas estratégias de expandir seu processo comunicativo com diversos públicos, além de oferecer possibilidades de atuar de forma colaborativa, expressão que vem ganhando destaque, especialmente, nos meios de comunicação.

E o desafio é problematizar essa relação sobre as transformações na sociedade e ampliar o debate, para além do chão da escola, adentrando aos muros dos quartéis.

2.4 A INFORMAÇÃO E A COOPERAÇÃO NO CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA

As transformações sociais ocorridas, especialmente, nas últimas duas décadas sinalizam que o ser humano vive na atualidade a revolução denominada de “sociedade do conhecimento”, na qual as informações ocupam lugar de destaque nesse novo cenário de mudanças significativas em diversos campos, como na política, economia, saúde, cultura, educação, entre outros. Neste contexto, Castells (2000), evidencia que,

(...) a tecnologia da informação é para essa revolução o que as novas fontes de energia foram para as revoluções industriais sucessivas, do motor a vapor à eletricidade, aos combustíveis fósseis e até mesmo a energia nuclear, visto que a geração e distribuição de energia foi o elemento principal na base da sociedade industrial (CASTELLS, 2000, p. 68).

Essa dinâmica tecnológica mobilizada pela Internet, através das redes sociais, visa à construção de ambientes interativos que favoreçam troca de dados e informações, de forma rápida, colaborativa e multidirecional.

Neste sentido, o autor sinaliza que,

As (...) tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos. Usuários e criadores podem tornar-se a mesma coisa. Dessa forma, os usuários podem assumir o controle da tecnologia, como no caso da

Internet (...). Segue-se uma relação muito próxima entre os processos sociais e manipulação de símbolos (a cultura da sociedade) e a capacidade de produzir e distribuir bens e serviços (as forças produtivas). Pela primeira vez na história, a mente humana é a força direta de produção, não apenas um elemento decisivo no sistema produtivo (CASTELLS, 2000, p.69).

Por isso, as ações educativas devem buscar seu aperfeiçoamento e incorporar essa nova realidade. A educação na contemporaneidade almeja não apenas superar a forma tradicional de ensinar, resumida pela transmissão de conhecimentos aos alunos, numa espécie de canal que permite apenas uma via do fluxo de informações, desenhando uma relação de prevalência de um polo em relação aos demais. Mas é preciso se reinventar, contextualizando as práticas e o conhecimento trabalhado em sala de aula ao ambiente social no qual a escola está inserida, tendo em vista suas mudanças e transformações.

Contudo, isso não consiste numa liberdade de acesso aos conteúdos, pois, nesse contexto, a relação entre poder e conhecimento desenha também uma nova forma de dominação frente aos avanços tecnológicos. Assim, é fundamental refletir outras possibilidades de compartilhamento de informação, para além das próprias máquinas, pois,

Isso significa que, mesmo sem a presença dos suportes materiais da comunicação e da informação contemporâneos, pode-se ter uma postura e um agir tecnológico comunicacional/ informacional no âmbito educativo, como reflexo de sua articulação dialética com o contexto tecnologizado da sociedade em geral a partir da apropriação de seu modo de funcionamento, de suas características e, particularmente, de sua base científica (LIMA JR., 2005, p. 28).

Isso destaca o potencial humano em informar, comunicar e interagir para além e de maneira independente em relação aos aspectos materiais e instrumentais, reconhecendo a capacidade dos aparatos tecnológicos em potencializar essa produção e circulação de saberes. Sobretudo, reconhece o humano e sua riqueza na produção de informação que não pode seguir, necessariamente, um padrão, porque é complexo, singular, dinâmico, subjetivo, caótico e não comporta limites, pois,

[...] o processo informacional, como o comunicativo, extrapola a mera necessidade de disponibilização e de uso dos suportes materiais das TIC e/ou de domínio instrumental para o uso adequado das mesmas. Pois, com elas ou sem elas, o fundamental para as dinâmicas sociais

e para os processos formativos e educacionais é que se exerça a condição informacional e comunicativa do sujeito, que se refere substancialmente a seu poder de criar, intervir, alterar, produzir, inventar, implicar-se social e pessoalmente (LIMA JR. 2012, p. 53).

Essa condição informal e comunicativa do sujeito demanda que se pense e busque novas estratégias interativas, em decorrência dessa informatização do conhecimento, mas principalmente da posição ocupada pelo sujeito nesse processo e sua autonomia nos processos comunicativos.

Nesse ponto, é possível perceber que essas alternativas extrapolam a preocupação direta e excessiva com a melhor adequação dos instrumentos na veiculação dessas informações, pois a riqueza do processo informacional transcende canais comunicativos, para constituir-se como princípio, meio e fim. Nesse sentido, há poucas pesquisas que se preocupem com essa vertente, pois quase sempre se pensa sobre a adequação dos instrumentos de “tecnologização” da informação ou, ainda, são feitas análises propositivas para adquirir recursos materiais e construir estratégias que superem dificuldades comunicativas nas organizações.

A Segurança Pública é uma área cuja informação ocupa uma posição fundamental nas organizações. Nesse sentido, Manning (2003) afirma que “a informação é um aspecto crítico das sociedades modernas e é o aspecto essencial e central do policiamento” (MANNING, 2003, p. 378). Mesmo que a ideia de informação para a corporação policial-militar (PM) adquira contornos peculiares, quase sempre relacionados à coleta, captação, organização e controle de acesso aos dados, com objetivo de transformá-los em informações a serem repassadas conforme hierarquia funcional dos quadros de efetivo da Polícia Militar. Por isso, ao escrever sobre as TIC e a polícia, uma de suas preocupações foi localizar os efeitos previsíveis dessa relação que possam ensejar mudanças na organização e, conseqüentemente, na cultura policial.

O primeiro desafio é redesenhar como a tecnologia é projetada na corporação policial, a qual exerce um certo fascínio e suscita a crença de que contém todos requisitos necessários para a resolução dos entraves organizacionais. Assim, como pesquisas relatam que ocorre no ambiente escolar, neste caso da polícia, a ideia estritamente material de tecnologia aparece como elemento chave

para os seus projetos de “modernização”, com o objetivo de sistematizar as informações, para centralizá-la, organizando o fluxo de dados que embasarão o trabalho policial tanto na esfera da gestão dos processos administrativos ou operacionais.

Em outra vertente, a estrutura PM, historicamente, burocratizada tem dificuldade na implantação de transformações em sua organização e funcionamento, inclusive aquelas representadas pelas (projetadas nas) TIC.

Nesse sentido, Manning (2003) destaca que,

As organizações policiais são hierarquicamente estáveis e ordenadas baseadas no comando e dominadas pelos participantes dos níveis mais baixos da hierarquia. A administração luta para manter a aparência externa de comando e controle. Pelo menos potencialmente, essas fontes de homogeneidade e diversidade são alteradas pela tecnologia (MANNING, 2003, p. 412).

Contudo, as TIC não podem ser consideradas ameaçadoras, especialmente às estruturas de instituições tradicionais como a Polícia Militar ou, em alguns casos da própria educação. Mas, podem ser vistas como uma oportunidade de aliar e dialogar com novas formas de organização, para alcance dos objetivos institucionais, por meio do aproveitamento das potencialidades dos processos tecnológicos, com o objetivo de compartilhar saberes e experiências, formando, dessa maneira, uma verdadeira rede de informações e aprendizado.

Na verdade, as TIC compõem as rotinas policiais, dimensionadas para além dos aportes e instrumentos tecnológicos, mas também como um trabalho criativo do homem na construção de um movimento que tem como alicerce o trabalho cooperativo e a elaboração de práticas norteadas pela criatividade na busca de novas soluções para os conflitos e dilemas diários.

Partindo desse pressuposto da atuação cooperativa, é possível projetar um cenário de construção de pontes a partir do potencial comunicativo das TIC que estreite e interligue as ações de educação corporativa em Segurança Pública, com a finalidade de superar a atuação fragmentada do atual desenho da formação profissional dos Soldados da PMBA, possibilitando o que seria o desenho de um sistema (integrado) de aprendizado, atuando na perspectiva de rede.

A cooperação, no entendimento de Sales (2013), se estabelece notadamente por sua especificidade em relação à participação e colaboração, termos compreendidos como sinônimos, mas que podem ir de/ao encontro de princípios que regem o contexto no qual tais ações podem ser demandadas, quando “a colaboração pode ser entendida como uma filosofia de vida e a cooperação como uma interação projetada para facilitar a realização do trabalho, da atividade e da tarefa” (SALES, 2013, p. 154 - 155).

A expressão “interação projetada” para denominar a cooperação se destaca de maneira peculiar e apropriada ao contexto policial-militar, pois suscita uma ideia de “operar-com”, ou seja, de intervenção em conjunto, unindo esforços para atuar em função de um objetivo comum, considerando as relações de estruturação hierárquica e funcional e o papel a ser desempenhado por cada parte envolvida.

Dessa forma, é possível atender ao que preceitua a deontologia da PMBA, quando estabelece no seu Estatuto, como princípio da instituição e do profissional, a prática da solidariedade e o desenvolvimento permanente do espírito de cooperação¹⁴, através do uso potencial das TIC, entendidas como processo humano, para buscar uma atuação articulada entre os integrantes do sistema de ensino policial-militar, de forma criativa e interativa, pois,

No sistema educacional não se fala apenas da relação entre esses órgãos, mas da relação entre esses órgãos, ademais essa relação será bem mais eficiente e eficaz na medida em que se estabeleçam relações, potencializando as tecnologias da informação e comunicação como potencial hiperrelacional da realidade social mais ampla da qual é parte integrante/integrada – nesse sentido mesmo, fortemente política porque tecida e articulada na relação, exigindo um dinamismo de rede com efeito coerente no âmbito do conhecimento da gestão (LIMA JR.; NOVAES; HETKOWSKI, 2012, p.55).

Nesse sentido, a preocupação não se estabelece apenas para construir canais comunicativos, que assegurem uma relação entre os envolvidos no processo formativo. O dinamismo de rede propõe uma outra atitude no desencadeamento de ações de acompanhamento e realização dos Cursos de Soldados PM, assumindo

¹⁴ Artigo 39, inciso VII, da Lei nº 7.990 de 27 de dezembro de 2001 (Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Bahia).

um carácter de um fazer comunicacional, em razão das perspectivas de diálogo e cooperação, por meio de um suporte de articulação promovidas pelo uso das TIC.

3 FORMAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA: FLUXO DE INFORMAÇÕES NA REDE DE FORMAÇÃO DOS SOLDADOS DA PMBA

A questão da Segurança Pública tem levantado uma série de debates na atualidade, isso porque não está mais restrita às organizações policiais, inserindo-se cada vez mais no cotidiano da população como uma preocupação movida pelos índices alarmantes de violência e criminalidade, mas principalmente pela necessidade de discutir e propor novas perspectivas de aparelhamento institucional dos organismos policiais.

Por isso, cada vez mais se observa a necessidade de promover uma reflexão aprofundada sobre o tema que não apenas aponte as tensões e os desafios, mas que também desenhe um diagnóstico, de forma ordenada, do sistema de Segurança Pública brasileiro, indicando perspectivas que construam novas possibilidades de realização da missão constitucional de preservação da tranquilidade, paz e ordem pública que, sendo uma obrigação legal da corporação policial-militar é, também, direito e responsabilidade de todos.

O atual modelo policial vem sendo amplamente discutido, com vista à sua reestruturação, que pretende ampliar a atuação policial para além do serviço de vigilância, como força auxiliar do Exército Brasileiro (EB), para uma atuação mais aproximada do cidadão e da comunidade.

Assim, embora as opiniões sobre Segurança Pública flutuem entre a integração, unificação ou mesmo desmilitarização da Polícia, destaca-se um ponto quase consensual: é preciso investir na formação dos profissionais de Segurança Pública. A socióloga Poncioni (2005), em seu trabalho “Modelo Policial Profissional e a Formação Profissional do Futuro Policial nas Academias de Polícia do Estado do Rio de Janeiro”, aponta que,

neste cenário caótico de insegurança, um dos temas frequentemente levantados por estudiosos da área de segurança, por formuladores de políticas públicas, por autoridades de governo e pelos próprios policiais é a necessidade de profissionalizar a polícia brasileira como

um recurso para capacitá-la para o desempenho mais eficiente, mais responsável e mais efetivo na condução da ordem e segurança públicas (PONCIONI, 2005, p. 586).

Diante desse caótico desenho da segurança, a preocupação com a reforma das polícias brasileiras destaca-se como indispensável, num movimento que agrega autoridades, trabalhadores, pesquisadores e a comunidade em geral. Portanto, é preciso atuar em várias frentes entendendo a necessidade de observar a Segurança Pública por outros ângulos, além do legal ou administrativo. Em consequência, torna-se fundamental dialogar com outras áreas do conhecimento, entendendo o caráter multidisciplinar deste tema.

Poncioni (2005) aborda dois pontos centrais a serem considerados: a profissionalização e a capacitação das polícias para um exercício mais efetivo, responsável e eficiente da promoção sobre segurança para a população. Tal preocupação se contextualiza, especialmente, quando as queixas sobre a atuação policial incidem sobre o despreparo ou má qualificação desses profissionais, conforme entendimento da pesquisadora. Ainda que se tenha um questionamento sobre o caráter restritivo dos termos “profissionalização” e “capacitação”, pois direcionam-se quase que exclusivamente à aquisição de competências técnicas, há o reconhecimento de que a problemática da segurança não pode ser entendida apenas como o resultado de um processo educativo insatisfatório.

Por isso, um dos desdobramentos deste estudo é ampliar o debate sobre a educação policial-militar, de forma sistemática e contextualizada, com o objetivo de compreender sua trajetória e processos, com especial destaque para a formação de Soldados da PMBA, campo investigativo desta pesquisa.

Assim, a primeira etapa deste estudo se propõe a analisar o Curso de Formação de Soldados, apresentando suas especificidades, através dos marcos legais, estrutura e funcionamento, precedido de uma breve exposição histórica da PMBA, estruturação organizacional, além da descrição sistemática e legal do ensino policial-militar. O processo de desconcentração do CFSd ganhará destaque nesta análise, pois é um tópico essencial para a compreensão do contexto atual da formação de Soldados PM, marcada pela fragmentação do sistema de formação que, embora formalmente estruturado, não se reconhece como rede, principal preocupação deste trabalho.

3.1 O SISTEMA DE ENSINO DA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA

A Polícia Militar é uma invenção moderna; assim, como são a escola e o próprio Estado, dentre outros. No caso da PMBA, surgiu no ano de 1825 para atender uma demanda específica desse período, ou seja, garantir a ordem pública, em razão dos eventos decorrentes do Movimento de 2 de Julho, que resultou em sua criação, formalizada através de Decreto Imperial assinado por D. Pedro I, nos seguintes termos:

Sendo muito necessário para a tranqüilidade e segurança pública na Cidade da Bahia, a organização de um corpo, que sendo-lhe incumbido aqueles deveres de responder imediatamente pela sua conservação e estabilidade: Hei por bem: mandar organizar na Cidade da Bahia um Corpo de Polícia, pelo plano que com este abaixo assinado por João Vieira de Carvalho, do meu Conselho de Ministros e Secretários d'Estado dos Negócios da Guerra (Decreto Imperial, 1825).

Portanto, a Polícia Militar da Bahia nasce por motivação política, com uma identidade atrelada aos interesses do novo governo brasileiro, assumindo os ideais, valores e simbologia da Coroa. Uma instituição moderna que nasce sob os “moldes feudais”! Isto é, em analogia a um propósito de servir aos interesses de “conservação e estabilidade” do Estado.

Organizada sob base militarista, tendo a hierarquia e a disciplina como seus pilares fundantes, a PMBA é um órgão em regime especial da administração direta do Governo do Estado, dentro da estrutura da Secretaria de Segurança Pública (SSP), com a principal finalidade de preservação da ordem pública, vida, liberdade, patrimônio e meio ambiente, de forma a garantir, com equilíbrio e equidade, o bem estar social, de acordo com o previsto na sua Lei de Organização Básica (LOB, 2014).

Atualmente, encontra seu fundamento legal e princípios no artigo 144 da Constituição Federal Brasileira (CF) de 1988, que de uma maneira geral estrutura o Sistema de Segurança Pública, além de distribuir as missões de cada organismo policial:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - polícia federal;
- II - polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - polícias civis;
- V - polícias militares e corpos de bombeiros militares (CF, 1988).

Mesmo compartilhando a responsabilidade da promoção da segurança pública com a sociedade em geral, cabe essencialmente à Polícia Militar a preservação da ordem pública, por meio da execução do policiamento ostensivo, conforme detalhado no parágrafo 5º do mesmo artigo constitucional. Uma missão ratificada na Constituição Estadual (CE) que acolhe integralmente a prescrição do *caput* do artigo 144 da Carta Magna:

Art. 146 - A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

[...]

§ 3º- Os órgãos de segurança pública, além dos cursos de formação, realizarão periódica reciclagem para aperfeiçoamento, avaliação e progressão funcional dos seus servidores (CE, 1989).

Contudo, é interessante observar como a Constituição Estadual destaca em um dos parágrafos do artigo 146 a questão educativa¹⁵ para os órgãos de segurança pública, compreendendo não apenas a formação inicial, como também a necessidade de promoção da educação continuada.

No artigo seguinte, situa definitivamente a Polícia Militar como parte da estrutura do Estado para prestação do serviço de segurança, descrevendo a responsabilidade, organização e funcionamento das demais instituições:

Art. 148 - À Polícia Militar, força pública estadual, instituição permanente, organizada com base na hierarquia e disciplina militares, compete, entre outras, as seguintes atividades:

- I - polícia ostensiva de segurança de trânsito urbano e rodoviário, de florestas e mananciais e a relacionada com a prevenção criminal, preservação, restauração da ordem pública e defesa civil;
- II - a prevenção e combate a incêndio, busca e salvamento a cargo do Corpo de Bombeiros Militar;
- III - a instrução e orientação das guardas municipais, onde houver;
- IV - a polícia judiciária militar, na forma da lei federal;
- V - a garantia ao exercício do poder de polícia dos órgãos públicos,

¹⁵ A Constituição Estadual (1989) não traz uma definição da educação policial-militar, mas, ao tratar da segurança pública na Bahia, apresenta os tipos de processos formativos a serem desenvolvidos pela PMBA, incluindo os cursos de formação e as “periódicas reciclagens”.

especialmente os da área fazendária, sanitária, de proteção ambiental, de uso e ocupação do solo e do patrimônio cultural.

Parágrafo único - A Polícia Militar, força auxiliar e reserva do Exército, será comandada por oficial da ativa da corporação, do último posto do quadro de oficiais policiais militares, nomeado pelo governador (CE, 1989).

Na previsão legal da Constituição Estadual, destacam-se dois aspectos fundamentais que ainda, na atualidade, marcam a configuração policial-militar e exerceram forte influência na sua constituição identitária, ou seja a hierarquia e disciplina, como base institucional da organização policial e a sua posição como força auxiliar e reserva do Exército, observados no desenho da estrutura funcional da Polícia Militar da Bahia, especialmente na definição de suas responsabilidades e papéis:

Quadro 3 – Escala Hierárquica da Polícia Militar da Bahia

	CÍRCULOS	ESCALA HIERÁRQUICA
		POSTO
OFICIAIS	Superiores	Coronel PM
		Tenente Coronel PM
		Major PM
	Intermediário	Capitão PM
	Subalterno	Tenente PM
PRAÇAS ESPECIAIS	Aspirante-a-Oficial	Aspirante-a-Oficial PM
	Alunos dos diversos cursos de formação	Aluno-a-Oficial PM
		Aluno do Curso de Formação de Sargentos
		Aluno do Curso de Formação de Cabos
		Aluno do Curso de Formação de Soldados
PRAÇAS	Graduados	Subtenente PM
		1º Sargento PM
		Cabo PM
		Soldado 1ª Classe PM

Fonte: Artigo 9º, incisos I, II e III, da Lei nº 7.990, de 27 de dezembro de 2001 – Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Bahia.

A estrutura hierarquizada não se organiza apenas para denominar os cargos, mas sinalizam também as funções a serem desempenhadas por Oficiais, Praças e Praças especiais da PMBA.

De uma forma geral, aos Oficiais cabem as funções de comando, chefia, coordenação e direção de organização policial-militar. Os graduados auxiliam e complementam as atividades dos Oficiais no emprego de meios na instrução e administração da unidade, sendo empregados na supervisão e execução das atividades inerentes à missão institucional da Polícia Militar. Por fim, aos Praças Especiais, em curso de formação, cabem a observância aos regulamentos que lhes são pertinentes, dedicando-se ao estudo e ao aprendizado técnico-profissional, evitando-se o emprego em atividade operacional ou administrativa, salvo em caráter de instrução, de acordo com os artigos 44, 45 e 47 do citado Estatuto PM.

Ainda sobre a escala hierárquica, referente a “Praças Especiais”, há quatro categorias de alunos de cursos de formação: Aluno-a-Oficial PM (Al Of PM), Aluno do Curso de Formação de Sargentos (Al Sgt PM), Aluno do Curso de Formação de Cabos (Al Cb PM) e Aluno do Curso de Formação de Soldados (Al Sd PM); o primeiro e o último são discentes dos cursos de formação inicial dos cargos gerenciais e operacionais, respectivamente.

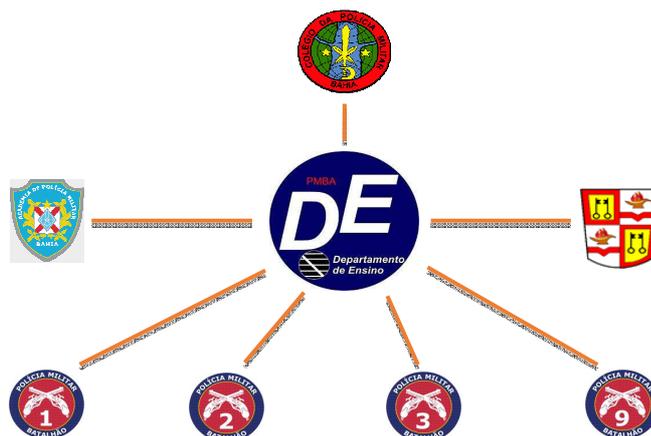
Ao ingressarem na PMBA, os policiais militares frequentam os cursos de formação, ministrados pela Academia de Polícia Militar (APM) se for candidato ao oficialato, que corresponde ao setor estratégico de participação na instituição; ou pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), que por sua vez prepara o concursado para atuar no nível técnico, ou seja, a APM e o CFAP são as portas de entrada para os futuros integrantes da Corporação.

Para atender às demandas dos processos educativos, a Polícia Militar possui um sistema de ensino próprio para a preparação de seus integrantes, através da realização de cursos de formação, estágios, treinamentos, aperfeiçoamento, habilitação, adaptação, enfim diversos processos e atividades educativas para os profissionais de segurança pública, conforme os objetivos, estrutura e carga horária disponível para cada ação.

Uma estrutura de ensino atualmente composta pelos seguintes órgãos da PMBA: Instituto de Ensino e Pesquisa, Academia de Polícia Militar, Centro de

Formação e Aperfeiçoamento de Praças, Batalhões de Ensino e os Colégios da Polícia Militar, situados na capital e interior do estado:

Figura 4 – Unidades Educacionais do Sistema de Ensino da PMBA



Fonte: Intranet PMBA, 2015.

As competências de cada unidade educacional do sistema de ensino policial-militar encontram-se definidas na Portaria nº 060, de 08 de agosto de 2013, expedida pelo Comando da Polícia Militar da Bahia, a qual regulamenta a organização estrutural e funcional da PMBA.

Assim, o artigo 14 compreende o Instituto de Ensino e Pesquisa como sendo um órgão consultivo e deliberativo do sistema de ensino da PMBA, responsável por coordenar o planejamento, controle e fiscalização dos processos educativos da corporação policial-militar, devendo também estabelecer as diretrizes da política institucional de educação para os demais componentes do sistema de ensino.

A Academia de Polícia Militar é denominada no artigo 28 da mesma Portaria como a “Escola Superior de Segurança Pública” e sua principal finalidade é a formação, a capacitação e a especialização dos oficiais da Polícia Militar da Bahia e de outros estados, bem como de outras instituições da área da Segurança Pública, em convênio de cooperação técnica.

Em sequência, o artigo 29 trata das atribuições do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, caracterizando-o como um “órgão de execução da estrutura do sistema de ensino da PMBA, responsável pela formação, aperfeiçoamento e educação continuada dos quadros de praças”. Enquanto o artigo 30 detalha as competências dos Colégios da Polícia Militar.

Por fim, o caput do artigo 32 da Portaria 060 apresenta os Batalhões de Ensino, Instrução e Capacitação,

[...] que têm por finalidade a execução das atividades de ensino, instrução e capacitação em suas respectivas áreas de responsabilidade territorial, compete o desenvolvimento de suas atribuições específicas, em articulação com o Departamento de Ensino, que proverá as orientações necessárias ao desenvolvimento da missão, utilizando nesta tarefa, além de sua estrutura própria, aquela já existente no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças.

Na verdade, a narrativa histórica da educação policial-militar está vinculada, diretamente, à história dessas unidades educacionais PM. Uma narrativa que contextualiza seus principais marcos no século XX, guardando também uma relação com a evolução do sistema educativo do Exército Brasileiro, do qual é legalmente força auxiliar; mas por outro lado está presente também na construção histórica da educação brasileira.

Dessa forma, um primeiro panorama desse quadro pode ser vislumbrado através do surgimento e mudanças das denominações das unidades educativas do sistema de ensino policial-militar, a saber:

Quadro 4 – Evolução do Ensino na Polícia Militar da Bahia

ANO	NOMENCLATURAS
1904	1º Concurso
1920	Instruções apenas para Soldados e Recrutas
1922	Centro de Instrução

1935	Centro de Instrução Militar
1936	Promoções com curso
1940	Centro de Instrução Técnico Profissional
1953	Escola de Formação de Oficiais
1957	Criação Departamento de Instrução;
	Escola de Formação de Graduados e Soldados
1967	PM/3;
	Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Graduados
1972	Academia de Polícia Militar
1976	Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
1998	Instituto de Ensino
2000	Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
2006	Departamento de Ensino
2009	Batalhões de Ensino, Instrução e capacitação

Fonte: Intranet da PMBA, 2015.

A primeira observação refere-se ao fato das denominações usarem o termo “instrução” em sua composição até o final da década de 60, mas que é retomado em 2009 para nomear os batalhões que outrora eram unidades operacionais, os quais executavam o policiamento ostensivo em sua área de responsabilidade territorial, isto é, os Batalhões de Ensino, Instrução e Capacitação (BEIC).

Desconsiderando tal exceção, a tendência foi a adoção da palavra “formação” para adjetivar os processos educativos da instituição policial-militar.

O emprego do termo “instrução” relacionado ao ensino militar aparece ainda no século XIX, mais precisamente no § 2º, do artigo 87, da Constituição Federal de 1891, quando prescreve que “a União se encarregará da instrução militar dos corpos e armas e instrução militar superior” (CF, 1891).

Assim, a primeira Constituição Federal da recém-inaugurada república brasileira, ao tratar da organização e composição do então Exército Federal, confere-lhe a responsabilidade de coordenar a instrução militar, classificando-a como

destinada aos “corpos e armas¹⁶”, além de “instrução militar superior”. Não há maiores detalhes na CF/ 1891 sobre o que seria, como ocorreria e a quem seria destinada essa instrução, se apenas aos integrantes do exército ou se também se referia aos corpos de polícia.

Partindo desse ponto inicial é importante analisar como o sistema de ensino evoluiu ao longo do século XX, observando a partir da perspectiva da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Em sua 1ª edição, a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, faz as seguintes referências ao ensino militar, no parágrafo único, do artigo 6º “o ensino militar será regulado por lei especial”; em primeiro lugar, há o reconhecimento do que seria o autodenominado sistema militar de ensino, porém a citada lei não explora detalhes, fazendo apenas uma previsão generalista, repassando a responsabilidade de oferecer as diretrizes do ensino militar para uma futura lei especial. É também interessante pontuar que o artigo 6º trata, exatamente, das atribuições do então Ministério da Educação e Cultura.

A próxima Lei de Diretrizes e Bases para o ensino do 1º e 2º graus, a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, no capítulo VII que trata das disposições gerais, faz a seguinte observação no seu artigo 68 “o ensino ministrado nos estabelecimentos militares é regulado por legislação específica”. Há uma especificação do ensino militar em relação à legislação anterior, caracterizando-o em razão do local onde é realizado, ou seja, em “estabelecimentos militares”. Uma outra

¹⁶ A docilidade dos corpos (FOUCAULT, 2008) manteve e ainda guarda uma relação muito estreita como o ensino policial-militar, entendido, muitas vezes, como um processo de formatação do indivíduo, tornando-o apto a “vestir” a identidade do combatente, pois:

[...] o soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos; em resumo, foi ‘expulso o camponês’ e lhe foi dada a ‘fisionomia de soldado’ (FOUCAULT, 2008, p. 25).

O corpo humano participa desse processo de “desconstrução do Eu”, transformação e (re)incorporação de um conjunto de valores, preceitos, ritos e técnicas próprias ao exercício do poder militar. É o que Foucault destacaria como “elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada”. Geralmente nesse momento são construídos os estereótipos e estigmas que vão marcar a relação Polícia Militar e comunidade, conforme o exercício e arbítrio do discurso competente.

diferença é a substituição do termo especial por específica para adjetivar o tipo de lei que detalhará o ensino militar. Ainda assim, não há um detalhamento maior sobre esse tema.

Por fim, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as atuais diretrizes e bases da educação nacional, contempla na primeira parte do artigo 83 a expressão recorrente nas normas anteriores, admitindo a regulação do ensino militar por lei específica; contudo, a finalização desse mesmo artigo traz novas informações, conforme pode ser visto na transcrição a seguir “o ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino”. Com isso, aparece pela primeira vez a possibilidade da equivalência de estudos, apesar da nova condicionante às outras normas.

Se por um lado, a partir do caminho percorrido através da evolução legislativa da educação nacional, localiza-se uma definição restrita do ensino militar, dependendo de uma normatização especial, foi possível perceber, em outro aspecto, a possibilidade prevista pela norma de construção de um modelo educacional próprio para as Forças Armadas e Polícias Militares.

O Decreto-Lei Federal nº 667, de 2 de julho de 1969, elaborado para reorganizar as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Território e do Distrito Federal, foi um marco dessa legislação específica que configuraria o ensino das Polícias Militares, consideradas forças auxiliares do Exército, com fortes funções coercitivas. Esta norma criou a Inspeção-Geral das Polícias Militares (IGPM), cujas competências foram estabelecidas no artigo 21 do mencionado decreto-lei, a saber:

Art 21. Compete ao Estado-Maior do Exército, através da Inspeção-Geral das Polícias Militares:

[...]

b) Promover as inspeções das Polícias Militares tendo em vista o fiel cumprimento das prescrições deste decreto-lei.

c) Proceder ao controle da organização, da instrução, dos efetivos, do armamento e do material bélico das Polícias Militares.

d) Baixar as normas e diretrizes para a fiscalização da instrução das Polícias Militares.

[...]

As IGPM cumpriram sua missão legal de controle e fiscalização da

instrução PM, expedindo documentos que disciplinaram, dentre outros assuntos, a elaboração e revisão dos currículos das forças policiais.

Com a promulgação da CF/88, a União deixou de ter competência privativa de legislar sobre a educação e, com relação às polícias militares e corpos de bombeiros militares, seria responsável apenas por expedir "normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização [...]"; ou seja, a instrução é excluída da relação de suas responsabilidades exclusivas. Atualmente, os parâmetros de educação policial-militar são construídos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), da estrutura do Ministério da Justiça (MJ).

Mas, assim como as demais forças estaduais, a Polícia Militar da Bahia herdou esse modelo de ensino do Exército Brasileiro; e associado a sua estrutura, organização, papéis e responsabilidades, traz também uma perspectiva de ensino marcada pela vertente tradicional, tecnicista e com ênfase militarista. Nesse momento do estudo, o interesse ainda não é discutir sobre este aspecto; a intenção é compreender como o sistema de ensino se organiza para promover os eventos educacionais da corporação policial-militar. Isso porque, cada organização estadual de segurança pública regulamenta suas ações pedagógicas, por meio da lei de ensino própria.

A Lei de Ensino específica da Polícia Militar da Bahia, ainda aguarda regulamentação, encontra-se em fase de finalização e revisão do texto, para posterior aprovação oficial e publicação. Enquanto isso, o sistema de ensino, atualmente, é regulado pela "Diretriz Geral de Ensino 2012-2015" (DGE 2012-2015), de 30 de julho de 2012, documento assinado pelo Comando-Geral da PMBA, cujo objetivo é estabelecer os princípios e diretrizes da política educacional da instituição policial-militar, conforme definição prevista em seu primeiro artigo:

Art. 1º - A Política de Ensino da PMBA consiste no conjunto de ações sistematizadas à organização da educação nos níveis infantil, fundamental, médio, técnico profissional de nível médio e técnico profissional de nível superior (graduação e especialização), visando à formação do homem e do profissional de polícia nos seus aspectos físico, intelectual, afetivo e moral, com a finalidade de desenvolver as qualidades necessárias para o desempenho de suas atividades na sociedade (DGE, 2012).

A última parte do artigo 1º traz a finalidade da política de ensino da PMBA, representada pelo desenvolvimento das qualidades para a atuação do policial militar na sociedade, através de um processo de formação que contempla, o homem e o profissional de segurança pública, nessa ordem. Com isso, as atividades educativas se organizam em torno não apenas de componentes curriculares técnicos e específicos, em seus aspectos organizacionais e profissionais, mas também contempla a formação geral do indivíduo, compreendido como um ser biopsicossocial, com previsão de inclusão dos conhecimentos fundamentais das ciências naturais, sociais, humanas e tecnológicas (Art. 7º, inc. I, DGE, 2012).

A indicação de interesse na formação do homem e do profissional de polícia busca embasamento nos seguintes fundamentos detalhados no artigo 3º:

Artigo 3º - São fundamentos da Política de Ensino da PMBA:

I – a sistematização do conhecimento por parte das unidades de ensino da Corporação para a formação educacional e profissional dos indivíduos com vista:

[...]

b) à profissionalização para ingresso na Corporação de praças e oficiais para o exercício dos cargos e funções inerentes à profissão policial militar e bombeiro militar;

[...]

§ 1º - Os fundamentos referendados neste artigo devem nortear os componentes curriculares do sistema de ensino da Corporação, inserindo também, de forma transversal, conteúdos temáticos que versam sobre racismo, xenofobia, homofobia, sexíssimo, relacionamento interpessoal, resolução pacífica de conflitos.

[...]

§3º - Os valores deontológicos e a reflexão ética devem ser desenvolvidos em todas as atividades de ensino realizadas dentro do sistema educacional da Corporação (DGE, 2012).

A Diretriz Geral de Ensino, baseada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as Diretrizes Curriculares Nacionais (1996), apresenta resumidamente o “Sistema de Ensino da Polícia Militar” (SEPM).

Artigo 22 - O Sistema de Ensino da Polícia Militar (SEPM) é a integração funcional das unidades de ensino, sob a direção do Departamento de Ensino, cuja finalidade é proporcionar de forma eficaz e eficiente o bom funcionamento das modalidades de ensino e das atividades pedagógicas para formação do ser humano, do ser social e do ser profissional (DGE, 2012).

Ao caracterizar o sistema de ensino como uma “integração funcional das unidades de ensino”, a DGE sugere a atuação integrada desses órgãos da estrutura

da PMBA, visando sua principal finalidade ainda apresentada no mesmo artigo 22, que é promover a “formação do ser humano, do ser social e do ser profissional”. O documento em questão acaba por reiterar a intenção de que seus processos formativos devem atuar não apenas na dimensão profissional.

Com isso, apresenta as modalidades de ensino, distinguindo os conceitos de curso, treinamento e estágio,

Artigo 8º - São modalidades de ensino na PMBA:

I – curso: é a modalidade de ensino que tem como finalidade preparar o indivíduo para a vida em sociedade, para habilitar pessoas para o exercício do cargo e das funções de policial militar e bombeiro militar, bem como capacitar e qualificar policiais militares e bombeiros militares para desempenhar, de forma eficaz e eficiente, as técnicas e utilizar as tecnologias inerentes as profissões;

II – treinamento: é a modalidade de ensino que tem como finalidade aferir as habilidades adquiridas através da modalidade de ensino citada no item anterior como forma de melhor condicionar fisicamente, psicologicamente e tecnicamente o policial militar e o bombeiro militar;

III – estágio: é a modalidade de ensino que tem como finalidade inserir o policial militar e o bombeiro militar em cenários reais não só para avaliar a atitude e a capacidade intelectual de administrar as situações em tempo real e avaliar o condicionamento físico, psicológico e técnico em situações concretas, mas também proporcionar novas experiências que possibilitem contrastar as diversas realidades (DGE, 2012).

Desta forma, a finalidade e as modalidades de ensino classificam-se, especificamente, em cursos de formação, aperfeiçoamento, especialização, capacitação e qualificação; treinamentos de adaptação; e os estágios supervisionados, de especialização e capacitação profissionais (Art. 9º, DGE, 2012).

É interessante destacar a distinção que a DGE faz de curso e treinamento na educação da PMBA, pois, estudiosos da formação policial-militar, a exemplo de José Vicente Tavares dos Santos (2013), professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aponta a necessidade do debate sobre o que considera uma “tensão teórico-epistemológica”¹⁷ entre treinamento e educação no ensino policial.

Por fim, o décimo artigo da Diretriz Geral de Ensino da PMBA, apresenta a tipificação de seus cursos.

¹⁷ Discussão apresentada no documento “Mapeamento de Modelos de Ensino Policial e de Segurança Pública no Brasil”, elaborado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Artigo 10 - O sistema de Ensino da PMBA manterá os seguintes cursos:

I – de formação:

- a) Curso de Formação de Soldado PM e BM (CFSd);
- b) Cursos de Formação de Cabo PM e BM (CFC);
- c) Curso de Formação Especial de Sargento (CFESg);
- d) Curso de Formação de Sargento PM e BM (CFSg);
- e) Curso de Formação de Oficiais Auxiliares (CFOA);
- f) Curso de Formação de Oficial PM (CFO);
- g) Curso de Educação Básica.

II – de aperfeiçoamento:

- a) Curso de Aperfeiçoamento de Sargento (CAS);

III – de especialização:

- a) Curso de Especialização em Segurança Pública (CESP);
- b) Curso de Especialização em Gestão Estratégica em Segurança Pública (CEGESP);

IV – de Capacitação e Qualificação. (DGE, 2012)

Após observar o desenho sistemático do sistema de ensino da Polícia Militar da Bahia é possível perceber, dentre outros, dois pontos fundamentais na DGE:

a) A intenção de efetivação de processos formativos, que busca ampliar o objetivo promover a capacitação profissional; e

b) O entendimento da necessidade de atuação integrada do sistema de ensino policial-militar.

Nesse aspecto, é preciso considerar uma das constatações de Poncioni (2007), em seu estudo denominado “Tendências e Desafios na Formação Profissional do Policial no Brasil”, onde destaca que,

Pode-se afirmar que, embora nos últimos anos tenham sido experimentadas algumas inovações na área da formação profissional do policial no Brasil, não há até o momento uma avaliação acerca do seu êxito em termos de mudanças efetivas nas práticas e procedimentos dominantes. Nesse sentido, para as intervenções que buscam qualificar o trabalho policial, é necessário empreender um extenso e profundo exame das condições em que se dá a formação profissional nas academias de polícia, ou fora delas (PONCIONI, 2007, p. 27).

Diante do desafio representado pela falta de uma avaliação sistemática da formação profissional dos policiais, analisando seus processos e resultados, é que se pretende fazer este estudo no Curso de Formação de Soldados da PMBA que,

além das especificidades próprias aos processos formativos PM, consideram suas dinâmicas, peculiaridades, tensões e desafios, para além da legitimidade expressa nos seus documentos oficiais.

3.2 CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS PM: CADEIA FORMATIVA

A formação de Praças foi considerada pela Diretriz Geral de Ensino como “Educação Técnica Profissional de Nível Médio”, entendida em seu artigo 23, como,

[...] aquela destinada à formação e o aperfeiçoamento de policiais militares e bombeiros militares para a ocupação de cargos e desempenho de funções profissionais correlatas aos quadros de praças, cuja responsabilidade para a realização é do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), com exceção do Curso de Formação de Oficiais Auxiliares cuja responsabilidade é da Academia de Polícia Militar (APM). (Art. 23, inc. II. § 2º, DGE, 2012)

Dessa forma, a “Educação Técnica Profissional de Nível Médio” compreende, dentre outros, o Curso de Formação de Soldados PM, cuja principal finalidade é promover a formação dos aprovados em concurso público, para exercerem o cargo e as funções inerentes à graduação de Soldado da PMBA.

Artigo 46 - O ingresso no Curso de Formação de Soldado se dá através do concurso externo, após autorização do Governo do Estado, conforme requisição do Comando Geral da Corporação, onde o processo seletivo é regido por Edital específico, confeccionado pela SAEB e PMBA em conjunto [...]. (DGE, 2012)

Ou seja, o concurso público é disciplinado por edital, assinado pela Secretaria de Administração (SAEB) e prevê, normalmente, a realização de cinco etapas de seleção: prova escrita e redação, avaliação psicológica, exame médico, teste de aptidão física e investigação social; sendo as duas primeiras etapas de responsabilidade de empresas a serem contratadas pela SAEB e as últimas promovidas pelo Departamento de Pessoal da PMBA (DP), através de seu Centro de Recrutamento e Seleção (CRS).

Finalizado o processo de seleção, os candidatos aprovados são matriculados no Curso de Formação de Soldados, considerado técnico, com duração de, em média, nove meses. Ao longo desse período, são cumpridas quase mil horas de atividades educativas, com uma grade curricular composta por matérias

teóricas e práticas, além da realização de estágio, em sua etapa final.

O curso ocorre em regime de semi-internato¹⁸, ou seja, os alunos-a-soldados participam das atividades educativas ao longo do dia e permanecem no quartel à noite, sendo liberados no final de semana, exceto quando são empregados no serviço interno ou quando cumprem sanções disciplinares.

A realização do CFSd PM possui uma tríplice estrutura: administrativa, pedagógica e disciplinar. A esfera administrativa é responsável pelas ações nas áreas de recursos humanos e financeiras. As questões relativas ao acompanhamento de ensino, aprendizagem, materiais didáticos, serviço de orientação psicopedagógico, entre outros, ficam a cargo da coordenação pedagógica. E, por fim, a unidade discente faz o acompanhamento e controle disciplinar dos alunos em curso.

O Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças coordenava e executava com exclusividade a formação inicial dos Praças da PMBA. Mas, desde o início deste século, o Curso de Formação de Soldados vem sofrendo uma fragmentação, representada por um processo de desconcentração, que fez com que a formação dos soldados ocorresse nas unidades educativas da PMBA, mas também em unidades operacionais que, a cada edição do CFSd PM, apresentam propostas para sediarem um Núcleo de Formação, conforme previsto no artigo 29 da DGE, com destaque ao terceiro parágrafo:

Artigo 29 – Aos órgãos de ensino, que são subsistemas do SEPM, têm sob sua subordinação os Batalhões de Ensino, Instrução e Capacitação (BEIC), os Núcleos de Ensino (NE) e os Núcleos de Ensino Especializados (NEE) que são estruturados da seguinte forma:

I – Batalhões de Ensino para a Educação Técnica de Extensão Profissional:

a) Batalhões de Ensino, Instrução e Capacitação das regiões do Estado;

II – Núcleo de Ensino para a Educação Técnica Profissional de Nível Médio

a) Núcleos de Ensino das Unidades Operacionais.

III – Núcleo de Ensino para a Educação Técnica de Extensão Profissional:

¹⁸ A depender das instalações físicas, nas quais ocorre o curso, os alunos são liberados ao final das atividades educacionais.

a) Núcleos de Ensino Especializados das Unidades Especializadas.

§ 3º - As Unidades Operacionais poderão constituir Núcleos de Ensino (NE) para a educação técnico-profissional de nível médio quando apresentarem estrutura adequada para este fim, conforme parecer favorável do DE, ficando sob a coordenação do CFAP (DGE, 2012).

Atualmente, enquanto o Curso de Formação de Oficiais é realizado em uma única escola denominada “Academia de Polícia Militar”, com estrutura física, administrativa e pedagógica unificada e direcionada à aprendizagem dos quatrocentos (em média), futuros Aspirantes da corporação, a formação das Praças é compartilhada entre o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, Batalhões de Ensino, Instrução e Capacitação e também nos Núcleos de Ensino sediados em diversas cidades baianas, a exemplo de Barreiras, Ilhéus e Teixeira de Freitas¹⁹.

A inclusão dos Núcleos de Ensino e dos chamados “Batalhões-escola” no quadro das unidades educativas da PMBA foi motivada, dentre outros aspectos, pela transferência da sede do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da cidade de Governador Mangabeira (localizada a 138,6 km de Salvador), para a capital.

A antiga estrutura oferecia espaço suficiente para a formação de turmas de praças da PMBA; contudo, com a contratação de, aproximadamente, dois mil policiais militares por edição de CFSd PM foi preciso expandir, emergencialmente, o processo formativo de Soldados da Polícia Militar da Bahia, pois a nova estrutura física do CFAP não comportava, simultaneamente, turmas numerosas, uma vez que o curso funciona em regime integral: manhã, tarde e noite.

A solução institucional adotada foi de compartilhar a responsabilidade de formar os novos Soldados da PMBA com os chamados “Batalhões-Escola”, criados com a finalidade de realizar processos educativos em sua área de responsabilidade territorial; e também aos assim denominados “Núcleos de Ensino”, funcionando em quartéis da PM responsáveis pelo policiamento nos mais diversos municípios, desde a capital, a Região Metropolitana de Salvador e o interior do estado.

¹⁹ Ver relação completa das cidades que sediaram o Curso de Formação de Soldados, em 2014, no Quadro 01: Núcleos de Ensino do CFSd PM/ 2014, p.37.

Tomando o exemplo do processo educativo ocorrido em 2011, a formação dos Alunos-a-Soldado PM (Al Sd PM) foi realizada em 27 Núcleos de Ensino, sendo 21 no interior do Estado, na cidade de Feira de Santana, Ilhéus, Juazeiro e Vitória da Conquista, dentre outras.

A principal responsabilidade era promover a formação inicial e uniforme dos novos integrantes da corporação policial-militar, através de atividades e disciplinas relacionadas não apenas à dimensão técnico-operacional, mas também à esfera social e pessoal.

Porém, a estrutura de acompanhamento pedagógico permaneceu da capital, de onde são emanadas as diretrizes de funcionamento do Sistema de Ensino PM, exigindo uma atenção às ações de acompanhamento e desenvolvimento do CFSd PM, realizadas pelos Instrutores-chefe, em seus respectivos Núcleos de Ensino.

3.3 O PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO E O FLUXO DE INFORMAÇÕES DO CFSd PM

Um dos principais desafios na realização do Curso de Formação de Soldados PM, nos moldes atuais, é o aprimoramento de seu acompanhamento e desenvolvimento, buscando uma atuação mais articulada e integrada, especialmente no apoio ao Núcleos de Formação, sediados em unidades operacionais, pois não são fixos, variando a cada edição do CFSd PM, de acordo com a quantidade de profissionais aprovados nos concursos públicos.

Ainda recorrendo à normativa e orientações presentes na DGE, observa-se de forma clara as funções de coordenação e controle da formação dos Soldados, realizadas pelos Núcleos de Ensino e Batalhões de Ensino, Instrução e Capacitação, conforme previsto no artigo a seguir:

Artigo 36 - As atribuições do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, prevista em legislação específica, são:

I - De forma geral:

a) promover a formação, aperfeiçoamento e educação continuada dos quadros de praças.

I - De forma específica:

a) organizar, orientar, coordenar e controlar os cursos e outras modalidades de ensino referentes à formação e ao aperfeiçoamento de praças;

- b) promover o desenvolvimento do ensino pertinente aos conhecimentos técnico- profissionais com relação à ocupação do cargo e ao desempenho das funções do quadro de praças da PMBA;
- c) disponibilizar meios e participar da realização de estudos e pesquisas para o aprimoramento da Educação Técnico Profissional no Nível Médio;
- d) elaborar o registro das atividades escolares desenvolvidas por cursos e por alunos, bem como o registro das atividades relativas ao exercício do magistério pelo corpo docente;
- e) elaborar o Plano Geral de Ensino – PGE;
- f) confeccionar o Calendário Anual das atividades;
- g) controlar toda a atividade pedagógica prevista no PGE como forma de garantir a sua efetividade;
- h) realizar pesquisas para avaliar as atividades pedagógicas dos cursos em funcionamento para conferir a aplicação do PGE e possíveis modificações necessárias para o melhoramento dos cursos no ano letivo seguinte;
- i) planejar e estabelecer diretrizes para o emprego do corpo discente nas atividades de estágios supervisionados, treinamentos, viagens de instrução e outras modalidades pedagógicas, previstas no PGE;
- j) coordenar, estabelecer diretrizes de ensino/avaliação e controlar os cursos de formação e aperfeiçoamento técnico profissional para praças desenvolvidos nos Núcleos de Ensino e nos Batalhões de Ensino, Instrução e Capacitação²⁰;**
- k) avaliar, a cada dois anos, ou quando requerido pelo Comandante Geral da Corporação ou pelo Diretor de Ensino, as matrizes curriculares dos cursos de formação e aperfeiçoamento de praças;
- l) propor ao Departamento de Ensino estudos e pesquisas que viabilizem a melhoria da qualidade da Educação Técnico Profissional no Nível Médio;
- m) propor ao Departamento de Ensino políticas e diretrizes para a melhoria da Educação Técnico Profissional no Nível Médio;
- n) subsidiar o Departamento de Ensino na realização de pesquisas para verificar possíveis causas de anormalidades na aprendizagem.

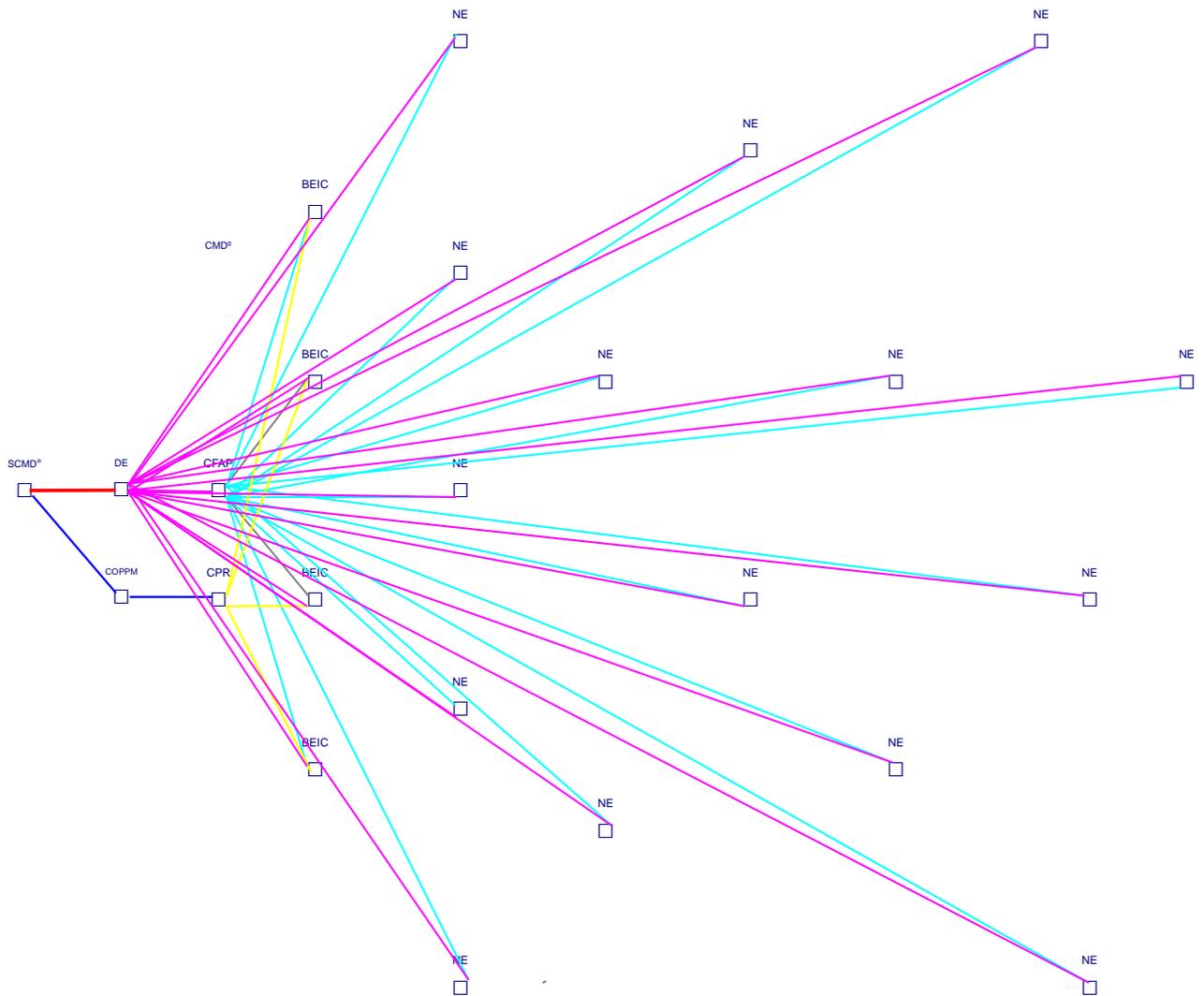
Parágrafo único - Além dessas atribuições referendadas neste artigo, a Academia de Polícia Militar, através das suas unidades e seções, desenvolve outras atribuições que estão constadas na Portaria 080 – CG/06, publicada no Suplemento LJNG, nº 029, de dezembro de 2006, que “Regulamenta a Organização Estrutural e Funcional da PMBA” e no Decreto 17.652/60 “Regulamento da Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Praças” (DGE, 2012).

Se por um lado, não resta dúvida com relação à responsabilidade do CFAP em promover o desenvolvimento e realizar o acompanhamento do CFSd PM, por outro, o documento não orienta de que forma e sob quais moldes o processo comunicativo deverá ocorrer. Com isso, o fluxo de informação se organiza com base apenas na hierarquia funcional entre os órgãos do sistema de ensino PM.

²⁰ Grifo nosso.

O quadro a seguir pretende ilustrar os canais de circulação das informações durante a realização do CFSd PM, considerando os processos comunicacionais nas atividades pedagógicas, incluindo os estágios operacionais:

Figura 05 – Fluxo de informações no processo de desenvolvimento e acompanhamento do CFSd PM/ 2014



LEGENDA

- SCMD* Subcomando Geral
- DE Departamento de Ensino
- COPPM Comando de Operações Policiais Militares
- CFAP Centro de Aperfeiçoamento de Praças
- CPR Comando de Policiamento Regional
- BEIC Batalhão de Ensino, Instrução e Capacitação
- NE Núcleo de Ensino

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, em 18 abril 2015.

Nesse sentido, é interessante observar como se forma e se processa o desenho da atual estrutura de formação de praças da PMBA. A relação é basicamente unilateral, com fluxo descendente no trânsito das informações. Há também uma sobreposição de funções, a partir de duas instâncias (DE, atual IEP, e o CFAP), com grau de importância diferenciado.

Fica evidenciado, com isso, a fragmentação desse sistema que, embora, formalmente organizado e ordenadamente, sistematizado, não se reconhece como rede.

A questão geográfica se coloca como relevante aspecto a ser observado nesse processo de interação, uma vez que os órgãos responsáveis pelo acompanhamento situam-se na capital, enquanto as demais unidades de ensino onde o CFSd PM é realizado, em sua maioria, são localizadas no interior da Bahia.

Mas, essa fragmentação funciona, intencionalmente ou não, como uma espécie de controle, na sua acepção mais evidente, ou seja, dividem-se os papéis e as responsabilidades para fins de organização do trabalho, mas também para garantir o cumprimento das ordens emanadas e, direcionar a escolha dos instrumentos de interação, priorizando os registros escritos.

Nesse aspecto, o potencial comunicacional das TIC poderia promover a integração de cada organismo envolvido no processo de acompanhamento e desenvolvimento da formação do soldados PM. Por isso, é interessante observar o esforço de comunicação entre a coordenação-núcleos, núcleo-núcleos e outras variações de diálogo, para visualizar a dinâmica de interação entre os participantes do processo educativo, baseada em oportunidades criadas pelo uso das TIC.

Mas, é preciso entender como a utilização das TIC pode contribuir nas ações de acompanhamento e desenvolvimento do Curso de Formação de Soldados, ocorrida em todo estado baiano, possibilitando a difusão dos conhecimentos essenciais para a atuação profissional e princípios básicos da PMBA, além de instrumentalizar os Núcleos de Ensino para superar a fragmentação decorrente do processo de desconcentração.

Assim, observa-se as peculiaridades de um cenário de formação profissional que, segundo sua própria normatização, precisa atuar de forma cada vez mais integrada. São desafios que a educação da Polícia Militar deve enfrentar,

no sentido de possibilitar a construção colaborativa e o compartilhamento de conhecimentos necessários a uma atuação eficaz daqueles que tem por missão constitucional a preservação da tranquilidade, paz e ordem pública.

4 ANÁLISE DOS DADOS

A última etapa de elaboração e aplicação dos instrumentos da pesquisa, para acesso aos dados referentes ao objeto deste estudo, foi realizada nos meses de outubro e novembro do ano de 2015; quando, os questionários foram enviados aos policiais militares que atuaram na função de Instrutor-chefe dos Batalhões de Ensino, Instrução e Capacitação (BEIC) e dos Núcleos de Ensino (NE), que sediaram a primeira edição do Curso de Formação de Soldados PM, ocorrida entre os dias 06 de janeiro de 2014 e 19 de setembro de 2014, contando com 1300 policiais militares e 95 bombeiros militares aprovados.

A escolha da estratégia de envio do questionário ao endereço eletrônico institucional (*e-mail*) dos respondentes ocorreu devido à localização dos Instrutores-chefe, distribuídos em 15 dos 27 Territórios de Identidade da Bahia, a fim de garantir a execução desta etapa da pesquisa, uma vez que todos têm fácil acesso ao e-mail institucional diariamente.

Em relação à devolutiva, dos 23 questionários encaminhados por e-mail, 14 retornaram devidamente preenchidos, alcançando, em média, 65% do universo da pesquisa. Vale destacar que nove questionários não foram devolvidos no prazo estipulado, isto é, até o final do mês de novembro de 2015.

Mesmo contando com um percentual de 35% de questionário não-respondidos, foi necessário estabelecer um critério temporal para recebimento das respostas aos questionários, a fim de viabilizar a realização da análise dos dados, em tempo hábil, obedecendo ao cronograma de realização da pesquisa.

Desse modo, para esta análise, foram consideradas todas as respostas dos questionários completados²¹, sem exceção, não havendo registro de devolução de questionários respondidos parcialmente.

²¹ Nenhum questionário foi identificado com nome ou Núcleo de Ensino, para resguardar o sigilo das respostas dos entrevistados.

Gráfico 1 – Adesão à Pesquisa

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

Em atenção aos objetivos desta pesquisa, há o entendimento de que o grupo de policiais militares com o encargo de Instrutor-chefe possui condições favoráveis e requisitos necessários para responder, adequadamente, às questões formuladas sobre a formação policial-militar e o uso das TIC nas ações de acompanhamento e desenvolvimento do CFSd PM, tendo em vista as peculiaridades das responsabilidades que assumem no exercício de suas funções.

Em decorrência, nesse momento da reflexão, é importante distinguir a atuação dos Instrutores-chefe dos demais papéis e responsabilidades desenvolvidas, especificamente, na realização do curso nos Núcleos de Ensino, excetuando as ações dos órgãos centrais de direção e coordenação geral CFSd PM, a cargo do Instituto de Ensino e Pesquisa e do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, respectivamente:

- a) Coordenador de turma;
- b) Oficial de ligação e acompanhamento na aplicação de verificações finais;
- c) Instrutores e monitores;
- d) Xerife da turma; e
- e) Discentes (Al Sd PM).

Tais funções encontram-se detalhadas no Plano Geral de Ensino (PGE), documento confeccionado anualmente, com a finalidade de “apresentar, de maneira sistemática, o planejamento integrado das atividades administrativo-pedagógicas, definindo os procedimentos, que devem ser adotados pelo Centro de Formação e

Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), relativos às atividades de ensino” (PGE, 2015).

O apêndice “C” do PGE trata, detalhadamente, da rotina dos Instrutores-chefe nos BPMs/E e NE, elencando as atribuições desenvolvidas a cada dia, semana e mês, além de especificar as orientações para realização da verificação final do curso. É importante destacar que essa normatização direciona-se, exclusivamente, à execução das tarefas, sinalizando a exclusão dos Instrutores-chefe nas etapas de seleção, planejamento e avaliação do processo formativo.

Na verdade, o Instrutor-chefe é responsável pela preparação e organização das atividades administrativas e pedagógicas restritas ao seu próprio NE, através da montagem da estrutura física e logística do núcleo (sala de aula, alojamento e refeitório, essencialmente); do planejamento das ações educacionais (seleção e orientação de professores, confecção de quadro de trabalho semanal e organização da semana de adaptação dos novos alunos); além do atendimento às questões administrativas relacionadas a despachos e elaboração de expedientes (preenchimento de formulários, expedição de documentos escritos, e-mail e contatos telefônicos), referentes ao funcionamento do CFSd PM, quando não acumula com outras funções em sua Unidade, pois nem todo Instrutor-chefe é nomeado para exercer, exclusivamente, suas funções à frente do NE.

A depender do Núcleo de Ensino a que pertença, o Instrutor-chefe pode contar ainda com o suporte administrativo ordinário da Unidade, para realizar essas ações, ou as executa sozinho, especialmente nas unidades operacionais, onde o CFSd PM ocorre de forma isolada, evitando-se, inclusive, o contato com os policiais militares mais antigos²².

Com a chegada dos Alunos-a-Soldado PM (AI Sd PM) nos NE, passada a fase preparatória inicial, o Instrutor-chefe passa a cumprir uma rotina com atribuições específicas, distribuídas em quatro etapas, de forma didática, para uma melhor compreensão da gestão desse processo formativo:

- a) Recepção e adaptação dos novos AI Sd PM;
- b) Realização das disciplinas e atividades relativas ao módulo 1;
- c) Realização das disciplinas e atividades relativas ao módulo 2;

²² Tal circunstância não será abordada nesta pesquisa, por não ter interferência direta neste estudo e não estar presente nas diretrizes e normas que regulam o funcionamento do curso.

d) Finalização do curso e formatura dos concluintes.

As etapas acima descritas permitem visualizar o ciclo de formação dos Soldados da PMBA; contudo, o papel do Instrutor-chefe é organizado no PGE, sob critério temporal, nas demandas diárias, semanais e mensais, à exceção de orientação específica para a realização do estágio supervisionado, oficina de vivências práticas e da avaliação final.

No dia-a-dia, a preocupação está associada à necessidade de acompanhamento e recepção das diretrizes veiculadas através das publicações no Diário Oficial do Estado (DOE), Boletim Geral Ostensivo (BGO), Intranet ou enviadas ainda através de e-mail institucional. Nesse aspecto, há orientações diretas em relação aos processos comunicativos, estabelecendo as condições e circunstâncias de uso das TIC, durante o CFSd PM, ainda que de modo restrito.

Há outra demanda diária direcionada à verificação das atividades pedagógicas, registradas no Controle Diário de Frequência (CDF) e no Diário de Classe e Mapa de Notas. Através desses instrumentos, os Instrutores-chefe devem observar a frequência dos docentes e discentes e o cumprimento do especificado no plano de curso. Por fim, há também a responsabilidade de informar às instâncias superiores sobre desistências, pedidos de desligamentos, acidentes, nomeações e exonerações de docentes, transgressões disciplinares, enfim, quaisquer ocorrências envolvendo, principalmente, o corpo discente.

As obrigações semanais estão voltadas, essencialmente, ao controle e à avaliação prévia do curso, com o acompanhamento da frequência semanal dos alunos, pontualidade e assiduidade dos docentes, além do levantamento de demandas dos professores para a realização das aulas na semana seguinte. Esse aspecto de controle é ressaltado também nos afazeres mensais, os quais se referem a questões administrativas de publicações de atos oficiais do curso, confecção de relatório parcial das atividades realizadas no período, preparação de documentação para compor o processo de pagamento dos professores, nomeação e exoneração de instrutores e monitores policiais-militares, informações sobre carga horária das atividades de Prática Policial Supervisionada ou Estágio Supervisionado.

Com a apresentação das atribuições do Instrutor-chefe, fica evidente que

ele ocupa uma posição fundamental na realização do CFSd PM, pois é o elemento essencial para garantir o funcionamento do curso, de maneira semelhante aos demais NE. Isso porque, com o processo de desconcentração da formação profissional de Praças na PMBA, evidenciada no capítulo anterior deste estudo, a ideia de uma formação uniforme não foi abandonada. Ao contrário, o controle do curso funciona tanto para garantir a realização de todas etapas do processo formativo, como para assegurar que não haja discrepâncias entre os NE.

Por isso, o papel do Instrutor-chefe não se limita à atuação em seu próprio núcleo. De fato, ele possui uma visualização alargada do funcionamento do CFSd PM, pois enxerga-o tanto do ponto de vista dos alunos e docentes do curso, pois ele precisa conhecer o seu universo de atuação, quanto dos outros pontos do Sistema de Ensino PM.

Como parte de um sistema de ensino, o Instrutor-chefe estabelece também relação com outras instâncias e atores desse mecanismo, pois precisa conhecer o funcionamento das outras unidades localizadas fora de seu espaço físico de atuação, a fim de garantir que o CFSd PM funcione, conforme um modelo previsto pela PMBA, e para que a formação se desenvolva, dentro do possível, da mesma forma em todos os NE.

Mas, a dinâmica do processo formativo, somado às características e peculiares locais onde a formação acontece, possibilita a ocorrência de situações que não foram previstas no planejamento ou nas diretrizes de funcionamento do curso; afinal, nem tudo pode ser descrito em apenas um documento (PGE). Assim, o Instrutor-chefe precisa ter clareza que, dentro dos princípios da PMBA, mesmo com a orientação definida de execução da formação de Soldados PM, deve fazer/ propor ajustes necessários a cada contexto, conforme, inclusive, ao entendimento de Segurança Pública²³, que varia de acordo com a realidade local, gerando algumas demandas pontuais.

Por isso, o Instrutor-chefe, no contexto desta pesquisa, é o “ponto-chave”, o elemento fundamental no entendimento do processo comunicativo do CFSd PM,

²³ A despeito da legislação, princípios e diretrizes que organizam e disciplinam o funcionamento da PMBA, cada realidade apresenta demandas específicas de Segurança Pública, que impactam no planejamento e execução das ações de policiamento das OPM.

pois se comunica com os alunos e demais personagens que estão ao seu redor, na Unidade onde ocorre o curso, mas também, fala com a administração central, com os responsáveis pela coordenação e estabelecimento de diretrizes para o funcionamento do curso.

Dessa forma, esse sujeito tem uma noção do que é essencial e pode apresentar as demandas referentes aos processos educacionais e comunicativos, para que os objetivos do curso sejam alcançados, destacando o que é necessário e quais são os “nós” para a composição dessa rede formativa.

4.1 FORMAÇÃO

Uma questão central para esta análise diz respeito juntamente às demandas, lacunas presentes na atual configuração da formação dos Soldados da PMBA. Enquanto sistema de ensino, a educação na PMBA apresenta uma organização com base na hierarquia e disciplina, seus princípios institucionais fundantes, refletidos nos desdobramentos das atribuições entre seus integrantes, de forma gradual e no limite de suas responsabilidades legais.

A ideia de sistema conduz à imagem de um “organismo” em funcionamento cadenciado. De fato, a análise dos documentos que amparam o CFSd PM indica uma definição da estrutura e funcionamento do curso, conforme já fora apresentado, detalhadamente, no capítulo III desta análise. Contudo, como resultado da distribuição do CFSd PM em núcleos situados na capital e interior baiano, o processo formativo, hoje, apresenta demandas específicas ressaltadas durante sua realização.

Em princípio, cabe apontar que se trata de uma estrutura flutuante, pois a cada edição de curso de formação de Praças é feito levantamento e seleção das Unidades que sediarão o curso, tomando por base, essencialmente, a adequação de suas instalações físicas, não havendo núcleos fixos. Mas, mesmo sendo parte integrante do planejamento e preparação do curso, os 14 (100%) Instrutores-chefe consultados por meio do questionário de pesquisa, informaram que seus NE receberam o CFSd PM, anteriormente.

Contudo, ainda é possível verificar esta circunstância, considerando outra

base de dados, a exemplo da comparação entre a relação dos núcleos que sediaram o CFSd em anos anteriores à edição em análise. Em 2011, por exemplo, a formação dos Al Sd PM foi realizada em 27 Núcleos de Ensino (quatro a mais), sendo 21 no interior, em cidades como Feira de Santana, que não recebeu NE na realização do CFSd PM/ 2014. Isso implica, em consequência, afirmar que não há uma estrutura fixa para a formação dos Soldados PM.

Outra especificidade da formação é que parte considerável desses núcleos não são unidades de ensino. Dados da pesquisa mostram que 71,4% dos NE que sediaram o CFSd PM/2014 eram unidades operacionais²⁴. Essa circunstância também é resultado da impossibilidade de realizar a formação dos Soldados em um único local, um dos motivos que deram origem à formatação da atual composição do SEPM, variando a cada turma de CFSd PM.

A intenção não é analisar nesse estudo a viabilidade da formação profissional de Praças PM em um único local ou de maneira descentralizada. Mas, os dados levantados permitem afirmar que são núcleos que precisam conciliar suas rotinas e demandas de emprego do efetivo no serviço de segurança pública em suas áreas de responsabilidade territorial, com as atividades de ensino, sem contar com uma estrutura fixa, já que não há garantia que essas unidades operacionais abriguem outro NE nas próximas edições de CFSd PM.

Nesse sentido, consta ainda que também não há equipe permanente responsável, exclusivamente, pela realização do CFSd PM. Os dados levantados nessa pesquisa também mostram que apenas 28,9% dos entrevistados atuaram como Instrutor-chefe anteriormente. Com isso, apenas uma parcela reduzida do grupo de entrevistados possuía experiência no exercício da função de Instrutor-chefe.

Um dos resultados desse cenário sugere uma demanda de capacitação e acompanhamento desses policiais militares que assumiram pela primeira vez a responsabilidade de conduzir o processo de formação dos futuros Soldados PM em seus NE.

²⁴ As peculiaridades da realização da formação profissional de Soldados PM em Núcleos de Ensino sediado em unidades operacionais da PMBA não serão analisadas nesta pesquisa; mas demandam especificidades que carecem de estudos que apresentem seus desafios e possibilidades.

A estratégia (única) identificada para suprir essa demanda refere-se às obrigações listadas no PGE, a serem cumpridas pelos Instrutores-chefe ao longo do curso. Mas, é fundamental pensar em uma estrutura de apoio, que permita que esse sujeito possa se comunicar, dialogar, dirimir possíveis dúvidas, trocar experiências, a fim de poder escolher as soluções para contornar situações não-previstas nos documentos oficiais, dada a dinâmica e fluidez do processo formativo em questão.

Ainda sobre o Instrutor-chefe, é preciso esclarecer que se trata de um encargo remunerado (através do pagamento de honorários de ensino), mas que não garante o afastamento do policial militar de sua rotina, anterior à realização do curso. Em acordo a essa assertiva, 78,6% dos respondentes afirmaram que acumula a função de Instrutor-chefe com outras atribuições em sua OPM.

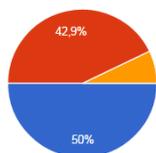
Os dados gerais da pesquisa apresentados até o momento oferecem um panorama da formação em Segurança Pública em termos estruturais, que esclarecem sob quais bases e quais personagens estão inseridos no CFSd PM/2014. Mas, ainda é possível obter maiores informações sobre o processo formativo, a partir da percepção dos Instrutores-chefe, sobre as etapas de planejamento, desenvolvimento e avaliação do curso.

Os resultados indicam que há discrepâncias na visão dos Instrutores-chefe, inclusive, sobre sua participação nesse processo formativo, refletidas na variação das respostas apresentadas no questionário.

É previsível a ocorrência dessa variação entre edições diferentes do curso. Mas, quando as diferenças acontecem no mesmo período é necessária a realização de uma análise mais detalhada para compreender essa circunstância.

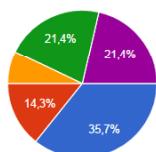
Gráfico 2 – Opinião dos Instrutores-chefe sobre a realização do planejamento das ações educacionais do CFSd PM/ 2014

A cada início de uma edição do Curso de Formação de Soldados é feito o planejamento das ações educacionais.



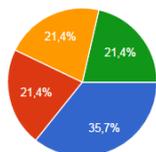
Concorda plenamente	7	50%
Concorda parcialmente	6	42,9%
Discorda parcialmente	1	7,1%
Discorda plenamente	0	0%
Não sabe opinar	0	0%

O planejamento das ações educacionais do Curso de Formação de Soldados é feito prioritariamente em atividades presenciais (Jornada ou Oficinas Pedagógicas)



Concorda plenamente	5	35,7%
Concorda parcialmente	2	14,3%
Discorda parcialmente	1	7,1%
Discorda plenamente	3	21,4%
Não sabe opinar	3	21,4%

Os Instrutores-Chefes participam do planejamento das ações educacionais do Curso de Formação de Soldados



Concorda plenamente	5	35,7%
Concorda parcialmente	3	21,4%
Discorda parcialmente	3	21,4%
Discorda plenamente	3	21,4%
Não sabe opinar	0	0%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

No caso do planejamento do curso, os respondentes acreditam que a cada edição do CFSd PM, as atividades são delineadas previamente, apesar de restar dúvida se o planejamento é efetivo, pois quase metade dos questionados (42,9%), “concorda parcialmente” com essa assertiva. É importante destacar que apenas um (7,1%) entrevistado discorda, de maneira parcial, da realização do planejamento a cada início do CFSd PM. Tal circunstância pode guardar relação com a forma e a participação dos Instrutores-chefe na etapa de planejamento do curso.

Os números da pesquisa mostram que há uma diferença acentuada na opinião dos Instrutores-chefe, quando são questionados em relação ao modo como o planejamento é realizado, partindo da premissa de que as atividades de planejamento do CFSd PM são, em essência, presenciais.

Porém, o resultado apresentado denota que há uma imagem distorcida quanto à forma como é organizado o processo educacional do CFSd PM; pois, apesar da maioria (35,7%) acreditar que o CFSd PM é planejado em “jornadas ou

oficinas pedagógicas”²⁵, os demais números apontam para uma diferença significativa na percepção dos entrevistados sobre o planejamento do curso, não havendo um número consolidado. Curiosamente, essa dúvida fica ainda mais evidente com relação à participação dos Instrutores-chefe nesse processo, quando os respondentes também reagiram de maneira desigual.

Uma questão significativa a ser levantada neste desenho é sobre a compreensão do que é o planejamento, do que se trata, o que representa e qual seria a participação dos Instrutores-chefe no planejamento das ações educacionais do CFSd PM. Pois, enquanto uma parte considera que efetivamente contribuiu na preparação da formação dos Soldados PM, outra parcela acredita que não fez parte dessa etapa do processo formativo.

Assim, resta a dúvida se os Instrutores-chefe participam, de fato, do planejamento da formação dos Soldados PM. Nos documentos analisados, especialmente o PGE, não há uma determinação escrita nessa intenção. Até porque, buscando a uniformidade da formação, os planos de ensino e materiais de apoio são repetidos a cada edição do CFSd PM. A intenção é apresentar uma espécie de “pacote pronto”, pensando também em orientar os Instrutores-chefe novatos.

Contudo, a participação dos Instrutores-chefe na fase de planejamento do CFSd PM pode ser encarada como uma possibilidade de inserir os diversos atores responsáveis pela formação dos Soldados PM na preparação do curso, apresentando e refletindo sobre suas demandas e peculiaridades, aprendendo com a experiência de quem já vivenciou esse processo, enfim, como uma oportunidade de aprendizado coletivo e não apenas como o cumprimento de uma etapa protocolar.

Ao resgatar essa dimensão pedagógica e estratégica do planejamento é possível compreender a importância da ação de planejar para além do preenchimento de formulários, mas como uma possibilidade de melhoria do processo formativo, a partir da percepção e contribuição dos responsáveis pelo CFSd PM, dentro dos limites de suas responsabilidades legais, em acordo aos

²⁵ As jornadas ou oficinas pedagógicas de planejamento do CFSd PM são realizadas de forma presencial pelo Departamento de Ensino, sediado na capital. Contudo, a participação dos Instrutores-chefe não é obrigatória; sua presença nesta etapa de planejamento varia a cada edição, pois depende de fatores como: tempo; orçamento, local disponível, decisão da equipe gestora do curso, entre outras variantes.

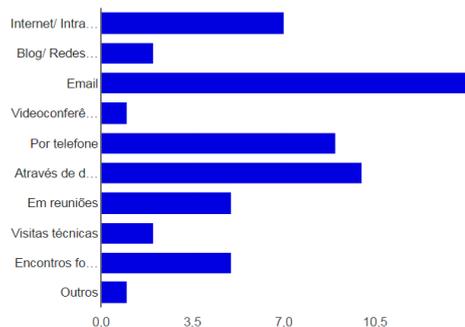
princípios institucionais da PMBA.

Por isso, é preciso levantar as demandas e criar estratégias que permitam a participação de todos. Isso implica pensar em canais que favoreçam a circulação de informações, ou seja, que promovam o diálogo entre as partes envolvidas no processo de planejar, para uma efetiva construção e difusão de conhecimentos e princípios essenciais da corporação PM, ainda durante a fase de preparação do curso.

Dessa forma, fica evidente a necessidade de se buscar alternativas ao modelo vigente que privilegia as atividades presenciais na preparação do CFSd PM. A variação das estratégias na condução do CFSd PM fica também marcada na questão seguinte, referente às formas como são veiculadas as determinações e orientações, quanto ao cumprimento das obrigações dos Instrutores-chefe, durante a realização do curso, a saber:

Gráfico 3 – Opinião dos Instrutores-chefe sobre a transmissão de determinações e orientações referentes ao funcionamento do CFSd PM/ 2014

Como são repassadas as determinações e orientações para o desenvolvimento das funções de Instrutor-Chefe?



Internet/ Intranet	7	50%
Blog/ Redes Sociais	2	14.3%
Email	14	100%
Videoconferência	1	7.1%
Por telefone	9	64.3%
Através de documentos oficiais por escrito	10	71.4%
Em reuniões	5	35.7%
Visitas técnicas	2	14.3%
Encontros formativos	5	35.7%
Outros	1	7.1%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Sendo uma pergunta de múltipla escolha, foi possível observar algumas questões específicas no gráfico apresentado. O destaque é feito com relação ao e-mail²⁶, escolhido pela totalidade dos entrevistados, indicando a existência de uma estrutura mínima para comunicação *on-line* (terminal com acesso à internet); já os documentos oficiais por escrito figuram na segunda colocação (71,4%). As duas opções mais indicadas apontam a preferência pela formalidade no repasse das determinações e orientações de funcionamento do CFSd PM.

Em seguida, aparecem as ligações telefônicas (64,3%) e as publicações veiculadas na Internet/Intranet²⁷ (50%), sugerindo uma atenção à dinâmica do processo de condução do CFSd PM/ 2014. Outro aspecto relevante é a citação dos encontros formativos e reuniões em um mesmo patamar, cada um com percentual exato de 35,7% de votação.

Por fim, a opção “blogs/ redes sociais” recebeu apenas 2 votos (14,3%); mas, é importante destacar que se refere a um movimento voluntário, já que essas ferramentas *on-line* não estão previstas no PGE, assim como o contato telefônico, constituindo-se como “rede informais”, aproveitadas para circulação rápida de informações.

Pela apresentação do cenário descrito anteriormente e pela análise das atribuições do Instrutor-chefe presentes no PGE é possível observar que o desenvolvimento do curso depende do fluxo de informações, de forma a integrar os polos do sistema educacional PM²⁸, a fim de alcançar o principal objetivo de formar os novos Soldados PM.

²⁶ A PMBA conta com a disponibilidade de utilização de correio eletrônico corporativo, através de um ambiente colaborativo desenvolvido em Software Livre, denominado “Expresso.BA”, que oferece a possibilidade de criação de grupos de destinatários das mensagens veiculadas nessa plataforma, além de contar com a ferramenta de confirmação de recebimento e leitura das mensagens, auxiliando no controle de envio de documentos.

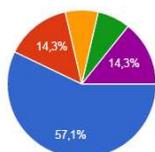
²⁷ A Intranet da PMBA possui um espaço denominado “Mural das Unidades”, onde o antigo Departamento de Ensino, atualmente denominado Instituto de Ensino e Pesquisa publica as determinações e orientações de funcionamento dos cursos promovidos pela PMBA. Não é um ambiente exclusivo, pois o denominado “Mural do DE”, divide espaço com as postagens de outras OPM, fazendo com que uma mensagem fique por pouco tempo na página principal da Intranet, o que gera alguns problemas de comunicação.

²⁸ Esse aspecto será melhor analisado *a posteriori*.

Outro aspecto da formação que carece de maiores elementos para seu entendimento refere-se à avaliação do CFSd PM, conforme pode ser visto no seguinte gráfico:

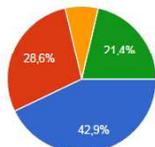
Gráfico 4 – Opinião dos Instrutores-chefe sobre a realização da avaliação do CFSd PM/ 2014

A avaliação do Curso de Formação de Soldados é realizada de forma presencial.



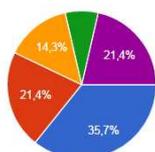
Concorda plenamente	8	57,1%
Concorda parcialmente	2	14,3%
Discorda parcialmente	1	7,1%
Discorda plenamente	1	7,1%
Não sabe opinar	2	14,3%

A avaliação da aprendizagem é discutida entre a equipe de gestão/supervisão, instrutores-chefes, professores do Curso de Formação de Soldados.



Concorda plenamente	6	42,9%
Concorda parcialmente	4	28,6%
Discorda parcialmente	1	7,1%
Discorda plenamente	3	21,4%
Não sabe opinar	0	0%

Os resultados das avaliações são utilizados no planejamento do Curso de Formação de Soldados



Concorda plenamente	5	35,7%
Concorda parcialmente	3	21,4%
Discorda parcialmente	2	14,3%
Discorda plenamente	1	7,1%
Não sabe opinar	3	21,4%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Assim, como ocorreu na questão sobre o planejamento, a participação no processo de avaliação da aprendizagem também suscitou divergências entre os pesquisados.

Dessa forma, não fica evidente a participação dos Instrutores-chefe na avaliação da aprendizagem do CFSd PM ou, ao menos, há uma imprecisão sobre sua função nessa etapa do curso. Pois, nesse momento, existe a figura do “oficial de ligação e acompanhamento na aplicação de verificações finais”, que é um policial militar nomeado, especificamente, para realizar as provas do curso.

A intenção é que o oficial de ligação possa acompanhar o processo avaliativo, de forma a evitar quaisquer intercorrências, que possam comprometer o resultado final, a ser homologado em ata de conclusão do curso, determinando a

classificação dos discentes, conforme seu desempenho nas provas.

A dúvida recai também sobre a utilização dos dados obtidos durante o processo avaliativo no planejamento do curso. Assim, na percepção da maioria dos Instrutores-chefe (35,7%), os resultados da avaliação auxiliam na etapa de preparação do CFSd PM; enquanto outros 21,4% dos entrevistados não souberam opinar.

A avaliação, como um dos indicadores da efetividade do curso, é parte de um contexto maior que inclui diversas variáveis. Mas, não há como negar sua importância, especialmente, no que se refere à retroalimentação do processo educativo.

Afinal, como um dos fundamentos da política de ensino da PMBA, a DGE apresenta “a avaliação do ensino, de forma continuada e cumulativa, com o fim de corrigir os problemas ocasionais que são comuns aos contextos de hipercomplexidade engendrados pela **sucessiva e ampla divisão funcional do trabalho**²⁹”. (DGE, 2012, p. 5)

Esse ponto indica que a própria PMBA reconhece que há uma espécie de divisão da formação em etapas segregadas. Se, de fato, há esse isolamento baseado nas atribuições de cada elemento do processo formativo, depreende-se, ao menos, uma questão fundamental: a necessidade de articular os pontos desse sistema, a fim de que todos estejam envolvidos e cooperem em todas as etapas de planejamento, execução e avaliação da formação do Soldado PM.

Pois,

Nesta perspectiva, a formação é compreendida como um processo que possibilita transformar experiências de aprendizagem em conhecimentos que são necessários ao exercício da vida pessoal, profissional, intelectual, emocional do ser humano no contexto social, assim como é **experiência cognitiva de transformação**³⁰ – a própria formação. (SALES, 2014, p. 78)

Nesta perspectiva, é preciso pensar também a formação dos Soldados PM como um movimento de transformação, por meio do aproveitamento dos saberes e experiências construídos nos/ pelos NE no desenvolvimento do CFSd PM,

²⁹ Grifo nosso.

³⁰ Grifo nosso.

agregando-os às diretrizes e princípios fundamentais da PMBA.

Para tanto, torna-se necessário pensar em estratégias para articular, de maneira precisa, a realização do trabalho de cada elemento desse mecanismo, através de um processo comunicativo que supere a reconhecida fragmentação do sistema de ensino PM.

4.2 PROCESSOS COMUNICATIVOS

Para efeito de análise do uso das TIC nas ações de acompanhamento e desenvolvimento realizadas pelos Instrutores-chefe do CFSd PM/2014, considera-se a comunicação como elemento essencial para a compreensão do próprio do sistema educacional PM e difusão dos conhecimentos nessa estrutura de ensino. A intenção é observar seu funcionamento e características, para projetar uma atuação harmônica que supere os ruídos ou bloqueios derivados, por ventura, de um processo relacional, marcado por uma comunicação unidirecional.

Destaca-se que tal preocupação não está direcionada à questão de composição física desse sistema, através de estruturação lógica dos equipamentos tecnológicos, mas de aproveitamento do potencial da atual composição desse sistema para explorar a utilização das TIC, de forma a apontar seus desafios e localizar seus potenciais de interação.

4.2.1 O Uso das TIC

Em condições gerais, o uso das TIC favorece o fluxo de informações nas organizações. Mas essa situação não está única e diretamente relacionada à aquisição dos instrumentos tecnológicos para obtenção de um resultado satisfatório no processo comunicativo.

Por isto, esta pesquisa se fundamenta na ampliação do entendimento das TIC (conforme fora apresentado no capítulo II deste estudo); de forma a não reduzir a análise do uso das TIC à eficácia e alcance dos seus aparatos ou à qualidade das informações veiculadas através desses canais, ainda que reconheça a importância desses aspectos subsidiariamente.

O interesse reside, justamente, em investigar como se desenvolve a comunicação no CFSd PM, a fim de observar o uso potencial das TIC para que se torne um processo dialógico.

Contudo, antes de apresentar os números referentes à utilização das TIC nas ações de acompanhamento e desenvolvimento do CFSd PM, é fundamental recorrer aos dados gerais apresentados no questionário de pesquisa, a fim de compor o perfil dos entrevistados, considerando o impacto dessas informações na análise do uso das TIC.

Em primeiro lugar, a idade concentrou-se faixa etária entre os 31 e 40 anos, representando 71,4% dos entrevistados; esse dado somado à diversidade de recursos/ meios tecnológicos utilizados (gráfico 5, a seguir), no exercício das funções de Instrutores-chefe do CFSd PM/ 2014, sugere que se trata de um grupo que faz uso permanente das redes sociais, aplicativos de comunicação, e-mail, por exemplo. Destaca-se, em contrapartida, outra parcela significativa de pessoas entre 41 e 51 anos, os quais se subentendem que façam uso mais reduzido dessas tecnologias, especialmente as digitais.

Também a escolaridade impacta no estabelecimento da comunicação e uso das TIC e também no entendimento da proposta de articulação das ações de acompanhamento do CFSd PM, por meio do seu potencial comunicativo. Há um número considerável (35,7%) de respondentes com pós-graduação (especialização) completa; mas, a maioria (57,1%) possui o ensino superior completo. Ou seja, há um grupo de pessoas que tem condições, em termos de conhecimento agregado dentro de alguns espaços, de compreender a proposta de atuação na perspectiva de rede, a fim de estabelecer um pensamento em relação à necessidade de comunicação e à sua importância no processo de formação.

Por fim, é importante apresentar o tempo de serviço dos Instrutores-chefe do CFSd PM/2014. Neste campo, 21,4% dos entrevistados declararam possuir mais de 25 anos de serviços prestados. Apesar de não ter sido a opção mais votada, esse grupo de policiais militares é destacado, em razão de conhecer a Corporação em amplo aspecto, além de sugerir que possui um reconhecimento local maior, enquanto os mais novos denotam ter um conhecimento geral.

Se além de possuir mais de 25 anos de tempo de serviço, ou seja, já estar

próximo de ir para a reserva remunerada³¹, ainda acumular função, ele efetivamente tem condições de visualizar demandas do processo comunicativo, especialmente se já teve experiência anterior em outras edições do CFSd PM, podendo inclusive comparar com demandas surgidas anteriormente.

Em sequência, segue a representação do uso dos recursos tecnológicos pelos Instrutores-chefe do CFSdPM/ 2014, ressaltando-se o computador e a Internet/ Intranet como as opções mais votadas; e a videoconferência, que não obteve nenhum voto entre os respondentes:

Gráfico 5 – Recursos tecnológicos mais utilizados pelos Instrutores-chefe durante a realização do CFSd PM/ 2014



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Uma das questões que envolve o debate do uso das TIC no processo formativo é a necessidade de capacitação, para garantir a ampla utilização dessa estratégia também nas ações comunicativas e demais esferas educacionais. A constatação do uso efetivo e diversificado das TIC pelos Instrutores-chefe sinaliza o domínio dessas ferramentas tecnológicas, em alguma medida.

Além do uso cotidiano das TIC, torna-se fundamental para esta análise conhecer como e com que finalidade elas são usadas no processo de desenvolvimento do CFSd PM:

³¹ Aposentadoria na PMBA.

Quadro 5 – Uso das TIC nas ações de acompanhamento e desenvolvimento do CFSd PM/ 2014

	QUAIS TIC USA	PARA QUÊ
Sujeito 1	Computador;	Realização das atividades, além de acompanhamento e controle ;
Sujeito 2	Na Unidade utilizamos a oralidade e a escrita para avaliar o acompanhamento pedagógico junto aos docentes e discentes;	Pois é a forma mais rápida de saber como está se seguindo com o desenvolvimento do Curso, e se é necessário fazer algum tipo de interferência para sanar quaisquer tipos de situação;
Sujeito 3	Redes sociais; intranet; e-mail; e oralidade.	Para a velocidade das informações , remessa de ofícios, nota de serviço, nota de instrução, determinações e etc.;
Sujeito 4	Internet; intranet; redes sociais; e e-mail;	Troca de informações, remessa de documentos, orientações e determinações ;
Sujeito 5	Avaliação escrita;	Aprovação nos módulos;
Sujeito 6	Data show; TV; Oralidade e escrita;	Objetivando potencializar a aprendizagem ;
Sujeito 7	Computador; intranet; email; e redes sociais;	Facilitar e agilizar a comunicação ;
Sujeito 8	Email; smartphome; e computador;	Comunicação instrutor chefe com instrutores e alunos ;
Sujeito 9	Computador, Smartphone, Internet, E-mail e Redes Sociais.	As orientações são passadas pelo CFAP através de e-mails corporativos, WhatsApp, telefone e de documentos oficiais. As respostas às recomendações também são passadas através desses meios tecnológicos ;
Sujeito 10	Computador;	Confecção de Notas de Instrução, confecção de mapas de notas, construção de quadro horário e etc.;
Sujeito 11	Internet	A internet é uma ferramenta para difusão de informações e acompanhar o processo ensino-aprendizagem dos alunos. Podemos citar: entrega de trabalhos, enviou de tarefas e etc. ;
Sujeito 12	Computador; TV; DVD; redes sociais; internet; oralidade e escrita;	Utilizados no acompanhamento da aprendizagem, bem como na sua construção ;
Sujeito 13	Redes sociais;	Para avaliar a qualidade do ensino e aprendizagem!
Sujeito 14	Contatos via telefone e computador;	Verificar e colher informações diversas atinentes à realização dos cursos.

Pela análise do quadro acima, verifica-se a diversidade das TIC utilizadas (recursos e instrumentos tecnológicos), especificamente no CFSd PM, com objetivos que variam desde as ações de acompanhamento, às necessidades de acesso a informações referentes ao funcionamento do curso, reconhecendo sua dinâmica e potencial comunicativo.

Esses dados apontam para a configuração de uma imagem das TIC como ferramenta de organização, controle e alcance, agindo para levar informações a um número cada vez maior de pessoas, de forma a envolver os participantes do sistema de ensino.

Por isso, a finalidade do uso das TIC apresentada pelos entrevistados extrapola a orientação fixada no PGE, o qual selecionada e limita o uso das TIC à recepção de orientações veiculadas em determinados canais de comunicação, conforme fora listado anteriormente.

Mas, a percepção dos Instrutores-chefe segue outro caminho e reflete a necessidade de uma atuação conjunta, em equipe, baseada no compartilhamento de saberes e experiências, como mostra o extrato da fala do Sujeito 4 desta pesquisa, que usa Internet, Intranet, redes sociais e o e-mail para favorecer a “troca de informações, remessa de documentos, orientações e determinações(...)” (Sujeito 4).

A palavra “troca”, escolhida pelo respondente, resume o entendimento do papel das TIC, sinalizando um movimento que atua em mais de uma direção, com possibilidade de retorno da informação demandada.

Contudo, ainda recorrendo aos documentos que embasam o CFSd PM, não há essa previsão específica, dentre as funções do Instrutor-chefe, aparentando ser uma iniciativa espontânea, a fim de “facilitar e agilizar a comunicação” (Sujeito 7); o que, por si só, justificaria o estudo dos potenciais das TIC e os seus impactos correspondentes nos processos comunicativos.

Deste modo, o esforço de apresentação do uso das TIC demanda a apresentação das peculiaridades do sistema em movimento. Por isso, questões como o uso das TIC nas ações de acompanhamento e desenvolvimento da formação de Soldados PM requerem a observação das ações comunicativas na prática.

4.2.2 Ações Comunicativas

O desenho do fluxo de informações do CFSd PM tem a finalidade de apresentar o funcionamento do sistema de ensino PM, sinalizando as relações estabelecidas no processo comunicativo entre os componentes desse organismo.

Tendo como referência a figura nº 5, localizada na página 85, (capítulo III), pode-se perceber que a comunicação que é estabelecida no desenvolvimento do CFSd PM ocorre de maneira diretiva e polarizada, ou seja, não funciona de forma dialógica. Através desse quadro, constatam-se ao menos duas questões a serem analisadas: a) as ações comunicativas fazem apenas o movimento de ida, ou seja, de um ponto a outro desse sistema; b) há indícios de sobreposições de pontos na origem do envio dessas informações.

Assim, a comunicação ocorre no sentido de informar, direcionar, ordenar, coordenar, mas não de dialogar, de mediar. As setas diretas e cheias mostram que a comunicação não é fluída, pois o sistema se caracteriza como uma estrutura que parte, essencialmente, do centro para as pontas, atendendo apenas às questões hierárquicas e deixando de explorar o potencial de uma **atuação articulada em rede**.

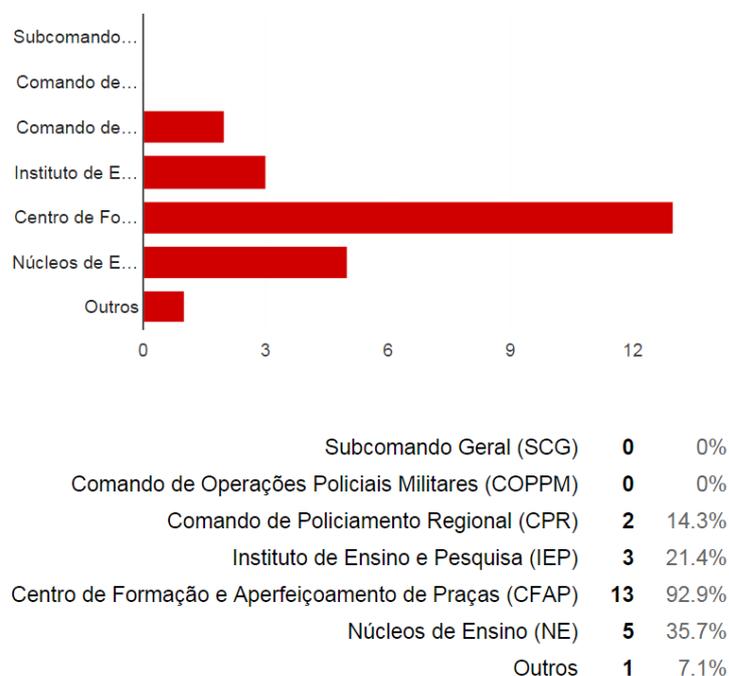
Como não existe uma comunicação bidirecional, o centro do sistema não dispõe de tempo suficiente para que se movimente dentro do próprio CFSd PM e o sistema possa se retroalimentar em relação às demandas apresentadas por seus diversos pontos de composição, que por sua vez, assumem, de forma espontânea ou ainda “não-oficial”, esse encargo, pois precisa intervir *in loco*, de forma imediata, para solucionar tais pendências.

No entanto, vale ressaltar que o Instrutor-chefe não desempenha, plenamente, o papel de coordenação do curso de formação, pois, nessa lógica hierárquica e nuclear, ele apenas apresenta as demandas, sem submetê-las a um processo de análise e nem explorando os potenciais cognitivos do processo formativo (SALES, 2013).

Pensando na visualização dessas ações comunicativas foi solicitado aos Instrutores-chefe que indicassem com quais pontos do sistema de ensino PM comunica-se, regularmente:

Gráfico 6 – Processo comunicativo regular efetivado pelos Instrutores-chefe no desempenho de suas funções, durante a realização do CFSd PM/ 2014

Durante o exercício de suas funções como Instrutor-Chefe, você se comunica geralmente com quais Unidades?



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

À exceção do Subcomando Geral e do Comando de Operações Policiais Militares, órgãos que compõem o alto escalão da PMBA, as demais opções foram selecionadas pelos entrevistados. A partir dessa escolha, é possível indicar o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças como ponto nuclear, na visão de 92,9% dos Instrutores-chefe, apesar do CFAP responder administrativamente ao Instituto de Ensino e Pesquisa, exercendo a coordenação geral do curso.

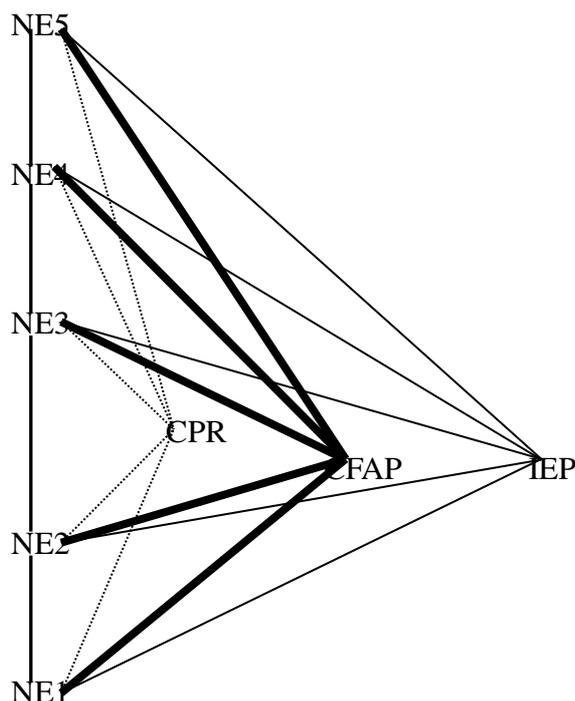
Mesmo não compondo formalmente o SEPM, os Comandos de Policiamento Regional (CPR), aparecem com um percentual de 14,3%, em razão das solicitações de emprego operacional dos AI Sd PM, considerado como cumprimento das atividades de estágio supervisionado ou como prática policial supervisionada.

Ainda nesse extrato, o processo comunicativo entre os Núcleos de Ensino

aparece de forma expressiva, com 35,7% de preferência entre os respondentes, representando um achado da pesquisa, na medida em que indica a existência de movimentação em equipe, entre os Instrutores-Chefe, suscitando uma possibilidade de transformar a comunicação unidirecional, prevista regularmente, em uma nova estrutura comunicativa que integre os pontos do sistema sem, contudo, contrariar questões hierárquicas e disciplinares.

Assim, a partir do Gráfico 6 (p. 108), apresenta-se o desenho da movimentação do Sistema de Ensino PM, com base nas informações prestadas pelos Instrutores-chefe, quando questionados sobre os órgãos que compõem sua rede de comunicação regular, no desenvolvimento do CFSd PM:

Figura 6 – Rede de Comunicação Regular do CFSd PM/ 2014



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

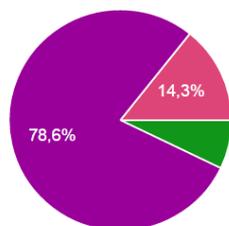
As linhas que compõem a figura acima foram projetadas pela pesquisadora, com base quantitativa, ou seja, conforme o percentual de votação no questionário. Assim, os processos comunicativos com as Unidades mais votadas pelos respondentes ganharam um traço mais espesso, enquanto as opções menos

votadas ficaram com linhas gradativamente mais finas.

Com base nesse desenho da rede de comunicação regular do CFSd PM/ 2014, é possível visualizar que o CFAP ocupa o ponto central do Sistema de Ensino PM, na perspectiva dos Instrutores. Esse aspecto é reforçado com o gráfico a seguir, feito a partir da escolha de órgão de referência para consulta dos Instrutores-chefe em demandas que necessitem uma resposta imediata.

Gráfico 7 – Processo comunicativo emergencial efetivado pelos Instrutores-chefe no desempenho de suas funções, durante a realização do CFSd PM/ 2014

Em uma situação que exige prioridade máxima de solução, qual é a sua primeira opção de consulta?



Subcomando Geral (SCG)	0	0%
Comando de Operações Policiais Militares (COPPM)	0	0%
Comando de Policiamento Regional (CPR)	0	0%
Instituto de Ensino e Pesquisa (IEP)	1	7,1%
Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP)	11	78,6%
Outros Núcleos de Ensino (NE)	0	0%
Comandante imediato ou outros policiais de sua própria Unidade	2	14,3%
Outros	0	0%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

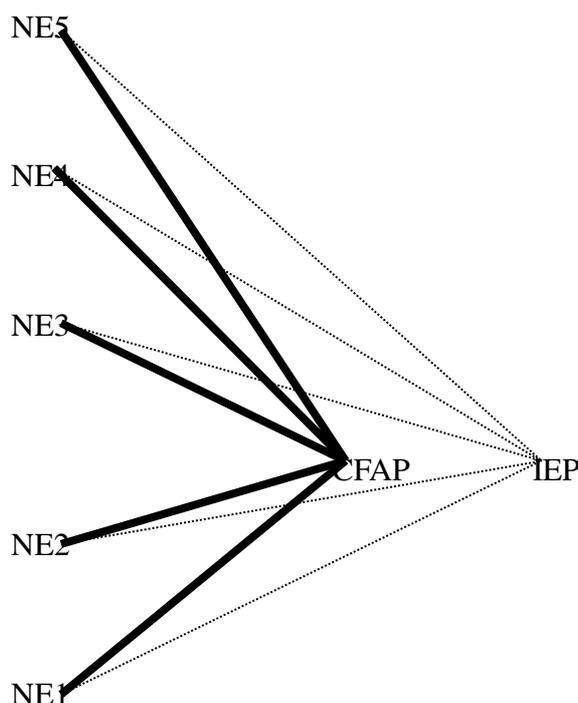
A representação do IEP como órgão responsável pelo ensino³² na corporação PM aparece na pesquisa de forma discreta, com apenas um voto (7,1%) entre os pesquisados. Esse dado reforça, por um lado, o reconhecimento do CFAP como a instância do sistema responsável pelo atendimento direto aos Núcleos em caso de ocorrências fora da normalidade; por outro lado, fragiliza o papel do comandante imediato, enquanto Coordenador de Turma do NE, sediado em sua

³² A escolha do termo “ensino” é em decorrência do próprio nome do órgão em questão.

Unidade. Pois, ao ser citado por apenas 14,3% dos entrevistados, tem-se um indicativo da necessidade de uma maior definição sobre essa função e as responsabilidades dela decorrentes.

A figura 7, a seguir, pretende representar a conduta dos Instrutores-chefe em ocorrências que exijam consulta a outras instâncias para tomada de decisão rápida, com base nos mesmos critérios quantitativos do desenho anterior. Assim, considerando os casos de prioridade máxima, o desenho do processo comunicativo do SEPM se mostra nessa nova configuração:

Figura 7 – Rede de Comunicação em “Prioridade Máxima” do CFSd PM/ 2014



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

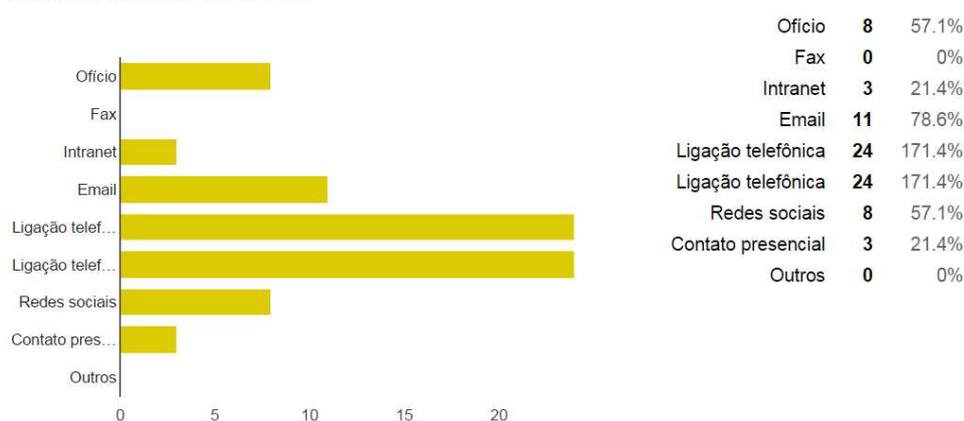
Nesse desenho, sai a figura exógena do CPR, que não recebeu nenhum voto, assim como os demais Núcleos de Ensino. O Comandante Imediato, apesar de ter sido escolhido por 14,3% dos respondentes, não aparece no desenho, pois ele faz parte do próprio NE, participando do sistema na condição de Coordenador de Turma.

Por outro lado, o SEPM se fortalece na relação entre o CFAP e os Núcleos; porém, há uma demanda de entendimento maior dos outros pontos que compõem o sistema, de forma a organizar e envolver a todos, sem que haja sobrecarga ou sobreposição de atribuições, considerando, por exemplo, que o IEP foi escolhido por 7,1% dos entrevistados.

Após a apresentação da relação entre os pontos do sistema de ensino, em diversos contextos, a análise das ações comunicativas PM se aprofunda na exposição dos principais canais de comunicação utilizados pelos Instrutores-chefe no exercício de suas funções junto ao CFSd PM/ 2014.

Gráfico 8 – Canais de comunicação utilizados pelos Instrutores-chefe no desempenho de suas funções, durante a realização do CFSd PM/ 2014

Como é feita a comunicação com outras Unidades no desenvolvimento de suas funções como Instrutor-Chefe do CFSd PM?



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Como a opção “outros” não foi escolhida por nenhum entrevistado, é possível afirmar que, para esse grupo de Instrutores-chefe, as ações comunicativas efetivadas no CFSd PM/ 2014 processaram-se através dos seguintes elementos:

- a) Ligação telefônica;
- b) E-mail;
- c) Ofício;
- d) Redes sociais;
- e) Intranet; e
- f) Presencialmente.

O contato telefônico foi escolhido como principal forma de comunicação utilizada, seguida do e-mail. A terceira opção, entre os mais votados, é dividida, igualmente, entre o ofício e as redes sociais, aparecendo no mesmo patamar; com a intranet e o contato presencial figurando na última colocação.

Existe, ao menos, uma peculiaridade na apresentação desse dado, pois há um canal específico na intranet da PMBA, o “Mural do DE”, onde são publicadas as diretrizes e orientações referentes ao funcionamento do CFSd PM. Contudo, mesmo sendo um processo quase que instantâneo de envio de informações, a intranet é preterida pelas ligações telefônicas.

Assim, a despeito da orientação prevista no PGE, há uma diversidade na ação comunicativa realizada pelos Instrutores-chefe, variando entre os modos *on-line* e *off-line*; ou seja, com os instrumentos que aparentam estar à disposição desses policiais militares. Contudo, é preciso destacar que o desafio da ação comunicativa não reside nos meios disponíveis ou na aquisição de recursos comunicativos sofisticados; mas está na possibilidade de interligação, conexão e diálogo no processo formativo dos Soldados PM.

Apesar de apontar, especificamente, para os movimentos sociais, é interessante considerar a análise de Castells (2013), sobre a possibilidade de um padrão emergente dos movimentos sociais em rede, observando que:

O uso das redes de comunicação da internet e dos telefones celulares é essencial, mas a forma de conectar-se em rede é multimodal. Inclui redes sociais on-line e off-line, assim como **redes preexistentes e outras formadas durante as ações do movimento. Formam-se redes dentro do movimento**³³ (...). As tecnologias que possibilitam a constituição de redes são significativas por fornecer a plataforma para essa prática continuada e que tende a se expandir, evoluindo com a mudança do formato do movimento. (CASTELLS, 2013, p. 163-164)

A conexão apresentada pelo autor transcende um modelo unilateral. Ela é rica pela diversidade de inter-relação que apresenta e não segue apenas em uma única direção ou modo, limitando suas perspectivas. Por isso, ao observar a rede comunicativa do CFSd PM, verifica-se que é fundamental promover a inserção de novas conexões, de forma a intensificar o fluxo de informações nas ações de acompanhamento e desenvolvimento da formação profissional dos Soldados PM,

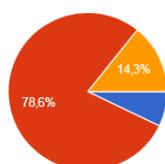
³³ Grifo nosso.

potencializando o processo de construção e difusão de saberes e experiências, além dos princípios e diretrizes que orientam o funcionamento do CFSd PM.

Pois, a impressão coletada através do questionário de pesquisa é de que o processo comunicativo tem sido negligenciado ou que está sendo conduzido de forma precária, atendendo exclusivamente a questões hierárquicas que marcam a comunicação do SEPM, para efeito exclusivo de controle, deixando de explorar o potencial de uma atuação em rede. Essa assertiva dialoga com a percepção dos Instrutores-chefe sobre o processo comunicativo do CFSd PM/2014, apresentada a seguir.

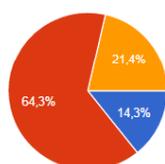
Gráfico 9 – Opinião dos Instrutores-chefe sobre o processo comunicativo do CFSd PM/ 2014

O processo comunicativo entre as Unidades responsáveis pela realização do Curso de Formação de Soldados é satisfatório e atende às demandas administrativas e educacionais



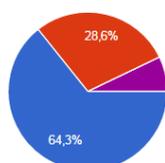
Concorda plenamente	1	7.1%
Concorda parcialmente	11	78.6%
Discorda parcialmente	2	14.3%
Discorda plenamente	0	0%
Não sabe opinar	0	0%

O retorno de informações solicitadas a outras Unidades no desenvolvimento de suas funções de Instrutor-Chefe do Curso de Formação de Soldados é imediato



Concorda plenamente	2	14.3%
Concorda parcialmente	9	64.3%
Discorda parcialmente	3	21.4%
Discorda plenamente	0	0%
Não sabe opinar	0	0%

As formas de comunicação entre os órgãos responsáveis pela realização do Curso de Formação de Soldados poderiam ser ampliadas



Concorda plenamente	9	64.3%
Concorda parcialmente	4	28.6%
Discorda parcialmente	0	0%
Discorda plenamente	0	0%
Não sabe opinar	1	7.1%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

A partir desses dados, verifica-se que há ressalvas no nível de eficácia do processo comunicativo, pois apenas um respondente (7,1%), acredita que ele seja plenamente satisfatório, com a maioria (78,6%) concordando apenas parcialmente

nesse sentido.

Também em condições parciais, a maioria dos respondentes (64,3%) considera que o retorno das informações demandadas seja imediato. Mas, é importante destacar que parte expressiva dos Instrutores-chefe concorda totalmente ou em parte, que as formas de comunicação do CFSd PM deveriam ser ampliadas, com apenas um entrevistado sem emitir opinião, e não tendo nenhum que se oponha a essa iniciativa.

Através desse cenário é possível observar, ao menos, dois movimentos. Primeiramente, a maioria dos Instrutores-chefe não aponta maiores problemas no processo comunicativo do CFSd PM/ 2014 e concorda parcialmente que ele seja satisfatório. É importante destacar que no levantamento da utilização das TIC foram verificados seu uso de forma ampliada, sem as restrições previstas nos documentos oficiais. Em segundo lugar, há o reconhecimento da necessidade de potencializar as formas de comunicação entre os envolvidos no desenvolvimento da formação profissional dos Soldados PM. Nesse sentido, a comunicação entre os órgãos responsáveis pela realização do CFSd PM alcança uma posição importante, especialmente, por questões geográficas, pois esses núcleos estão distribuídos em diversos pontos do estado.

Dessa forma, a atual estrutura comunicativa do CFSd PM, prevista para criar canais com veiculação de orientações, diretrizes e divulgação dos atos oficiais, de maneira direta, precisa considerar a possibilidade de ligação entre os pontos desse sistema de ensino, favorecendo o compartilhamento de problemas, perspectivas e soluções, no desenvolvimento do curso.

4.3 REDE COOPERATIVA

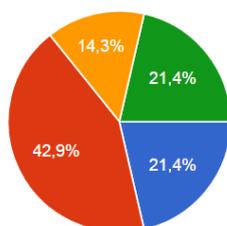
A proposta de incentivo ao trabalho em equipe nas ações de acompanhamento e desenvolvimento do CFSd PM, apoiada nos preceitos da cooperação e potencializada pelo uso das TIC, surge como alternativa à atuação isolada e fragmentada do sistema de ensino PM, nos moldes atuais.

Mas, é preciso observar que, na percepção dos Instrutores-chefe, a possibilidade de trabalho em grupo, na estrutura atual do CFSd PM, ainda se mostra

de maneira divergente.

Gráfico 10 – Opinião dos Instrutores-chefe sobre o compartilhamento de experiências e informações entre os órgãos responsáveis pela realização do CFSd PM/ 2014

A estrutura de funcionamento do Curso de Formação de Soldados permite o compartilhamento de experiências e informações entre os órgãos responsáveis pelo seu desenvolvimento



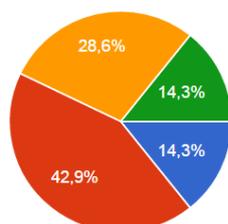
Concorda plenamente	3	21,4%
Concorda parcialmente	6	42,9%
Discorda parcialmente	2	14,3%
Discorda plenamente	3	21,4%
Não sabe opinar	0	0%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

A maioria dos entrevistados (42,9%) concorda parcialmente que foi possível trocar informações e experiências, entre órgãos responsáveis pela realização do CFSdPM/ 2014; apesar de um número significativo (21,4%) de Instrutores-chefe enxergar esse cenário de modo totalmente contrário. Há diferenças também na percepção dos Instrutores-chefe, com relação à troca de informações e experiências entre si, durante o CFSd PM, como pode ser observado em seguida.

Gráfico 11 – Percepção dos Instrutores-chefe sobre o compartilhamento de experiências e informações entre si, durante a realização do CFSd PM/ 2014

Os Instrutores-Chefe compartilham entre si informações e experiências referentes ao Curso de Formação de Soldados PM



Concorda plenamente	2	14,3%
Concorda parcialmente	6	42,9%
Discorda parcialmente	4	28,6%
Discorda plenamente	2	14,3%
Não sabe opinar	0	0%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

A variação das respostas não anula a percepção de existência de pré-disposição a uma atuação articulada entre os Núcleos de Ensino. Esse movimento pode ser o esboço de uma rede cooperativa, apoiada pelas TIC e desenhada para ser uma ferramenta de apoio ao CFSd PM, a fim de localizar e auxiliar nas demandas apresentadas, em se tratando de uma formatação que não é fixa, variando em sua estrutura e nos seus integrantes.

Dessa forma, apresenta-se o contorno da resposta à indagação sobre o uso das TIC nos processos comunicativos para o desenvolvimento de uma rede cooperativa no Curso de Formação de Soldados da PMBA, que orienta esta pesquisa. E ela se constrói na ideia de **integrar efetivamente o potencial comunicativo das TIC nas ações educacionais da PMBA.**

Isso porque o diagnóstico colhido a partir do trabalho de pesquisa apresenta o **uso da TIC na formação profissional dos Soldados PM direcionado ao controle do curso.** Com isso, o esforço é destinado à aquisição de equipamentos tecnológicos e direcionamento unilateral da comunicação no CFSd PM.

Por isso, **esta pesquisa indica, como resultado do processo de**

investigação e análise do contexto comunicativo da formação dos Soldados PM, uma forma alternativa de comunicação, apoiada no uso das TIC, que atue em uma perspectiva de rede e supere o atual esquema unidirecional do CFSd PM, de modo a promover processos dialógicos e cooperativos, cujas ocorrências foram identificadas no campo de pesquisa.

Nesse ponto, as TIC se apresentam como estratégia fundamental, pois favorece o compartilhamento de experiências e informações entre os órgãos responsáveis pelo desenvolvimento do CFSd PM. Em decorrência, espera-se impactar o processo educativo através de possibilidades geradas pela exploração do potencial comunicativo das TIC.

A principal consideração nesse caso é a preservação dos papéis e responsabilidades, fundamentados na hierarquia e disciplina PM. Afinal, a ideia de trabalho em rede no CFSd PM é amparada por outro princípio estatutário³⁴, a cooperação, que orienta a articulação do sistema, de modo a permitir a aproximação entre todos envolvidos na realização do curso, incentivando a solidariedade³⁵ entre seus integrantes.

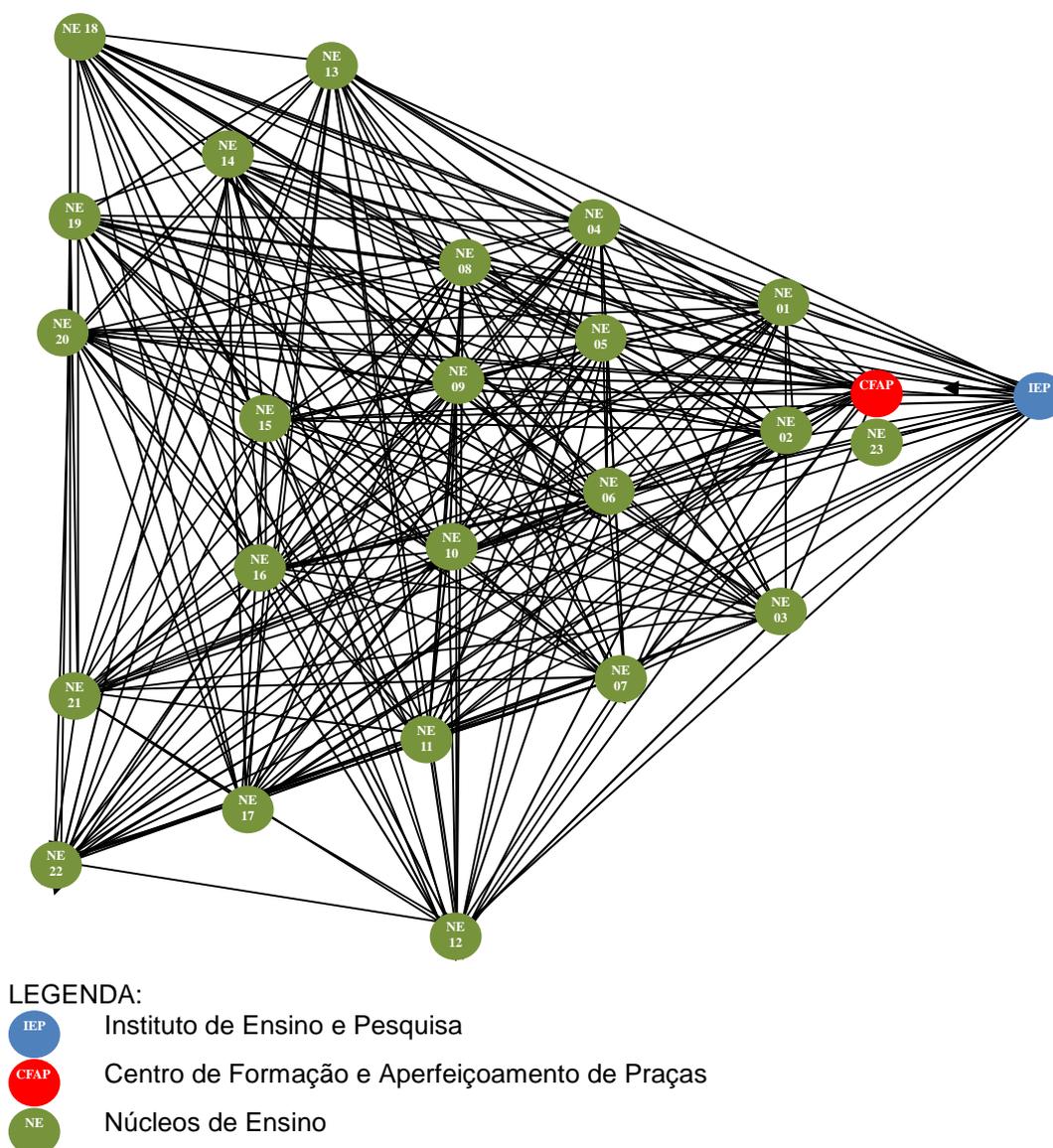
Por isso, a cooperação no âmbito educacional, como construção coletiva do conhecimento (SALES, 2013), favorece o trabalho em comum, pois possibilita uma **atuação integrada e em rede, sem necessariamente ocorrer a ruptura de estruturas hierarquizadas, como acontece em regimes colaborativos.** Ou que admita apenas uma participação isolada dos seus integrantes, deixando de explorar o potencial de articulação desse sistema.

Assim, como superação da atual dinâmica comunicativa apresentada nas figuras 5, 7 e 7, o desenho da proposta do processo comunicativo na formação PM, a partir da possibilidade de auxílio mútuo, apoiada na ideia de uma rede cooperativa se apresenta da seguinte forma:

³⁴ Inc. XX, do art 39, da Lei 7.290/01, Estatuto dos Policiais Militares da Bahia, que trata da Deontologia Policial-Militar

³⁵ Outro princípio institucional previsto no mesmo artigo 39 da citada norma.

Figura 8 – Rede bidirecional na Formação dos Soldados PM



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

A principal mudança nesse desenho é na apresentação de um esquema de **comunicação bidirecional**. O centro não perde seu protagonismo; mas, em razão de não dispor de tempo e alcance necessários para se retroalimentar e movimentar a rede, cede espaço de atuação, em regime cooperativo, aos Núcleos de Ensino, nos quais, efetivamente, os problemas ocorrem e requerem uma intervenção imediata.

Pois, o principal entendimento é da necessidade de atuação conjunta dos

integrantes da rede cooperativa, no limite de suas funções e responsabilidades, mas que permita a todos acompanhar, efetivamente, o que ocorre no processo formativo e intervir para superar os desafios que se apresentam ao longo das etapas de planejamento, desenvolvimento e avaliação do curso e alcançar os objetivos do processo formativo.

Nesse sentido, o potencial comunicativo das TIC se apoia, principalmente, nas relações de troca e compartilhamento de informações e experiências, de maneira cooperativa, tendo em vista o fortalecimento do coletivo por um lado, mas, por outra via, buscando reconhecer e considerar o indivíduo e respeitar sua autonomia e diversidade.

Assim, o diálogo se destaca como estratégia fundante e fundamental nessa dinâmica comunicativa, de forma a construir uma “via de mão-dupla”, na circulação dos saberes em rede, que não apenas atinge os seus diversos pontos, mas integra-os, articula-os. Nesse entendimento, a pedagogia das redes³⁶, sugere a comunicação e o diálogo como seus elementos essenciais, indicando também a interligação como principal desafio.

Pois, se a conexão é peculiar à rede, sua efetivação está na cooperação entre seus agentes, de forma a operar junto. Dessa forma, “(...) a colaboração pode ser entendida como uma filosofia de vida e a cooperação como uma interação projetada para facilitar a realização do trabalho, da atividade e da tarefa” (SALES. 2013). Assim, é possível pensar em trabalho cooperativo em rede, mesmo em estruturas organizacionais verticalizadas, marcadas essencialmente pelos princípios da hierarquia e disciplina, como a Polícia Militar.

4.4 IDÉIAS PARA CONFORMAÇÃO DE UMA REDE COOPERATIVA NO CFSD PM

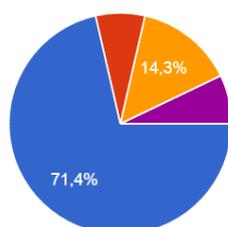
Tomando por base os desenhos dos movimentos comunicativos e pensando na possibilidade de atuação integrada em rede, que utilize o potencial comunicativo das TIC numa perspectiva cooperativa, foram apresentadas demandas pelos entrevistados ao serem questionados sobre a troca de experiências e

³⁶ Entendimento apresentado por Antônio Nóvoa no III Seminário Internacional de Educação – Redes Colaborativas: biografia da mudança, ocorrido em Salvador/BA, no dia 29 de setembro de 2014.

informações durante o processo de acompanhamento e desenvolvimento do CFSd PM, a saber:

Gráfico 12 – Opinião dos Instrutores-chefe sobre a troca de experiências e informações entre si, durante a realização do CFSd PM/ 2014

A troca de experiências e informações entre os Núcleos de Ensino contribui para o processo de acompanhamento e desenvolvimento do Curso de Formação de Soldados



Concorda plenamente	10	71,4%
Concorda parcialmente	1	7,1%
Discorda parcialmente	2	14,3%
Discorda plenamente	0	0%
Não sabe opinar	1	7,1%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

A maioria dos entrevistados (71,4%) concorda plenamente que a troca de experiências e informações entre os Instrutores-chefe contribui nas ações de acompanhamento e desenvolvimento do CFSd PM. Apesar de não ser um posicionamento unânime e nem ser possível apresentar os argumentos desfavoráveis a essa circunstância, que qualifiquem esses números, ainda é possível observar que há uma demanda de interação entre os policiais militares que desenvolvem as mesmas funções (simultaneamente) de Instrutor-chefe na formação de Soldados PM.

Anteriormente, foi possível apontar quais ferramentas comunicativas estão disponíveis aos Instrutores-chefe, que, por sua vez, utiliza-as em sua atuação no CFSd PM, com objetivos variados, detalhados no Quadro 5, na página 104.

Porém, o apontamento feito pela maioria dos Instrutores-chefe da possibilidade da realização dessa troca de experiências e informações, durante o

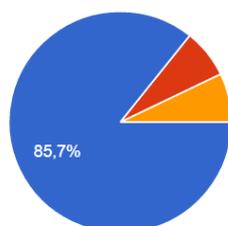
CFSd PM, indica o uso regular das TIC na formação dos Soldados PM, para efeito privilegiado de controle do processo formativo e acompanhamento da atuação dos órgãos que compõem esse sistema de ensino.

A utilização das TIC restringe-se, portanto, à veiculação das diretrizes e normatização das atuações, valorizando essencialmente a padronização das ações formativas. Essa vertente unilateral não explora o papel essencial das TIC de intervir e mediar esses processos informacionais e cooperativos, através de seu potencial comunicativo.

Esse entendimento é compartilhado pelos Instrutores-chefe ao responder sobre a viabilidade do uso das TIC, nas trocas de informações e experiências vividas durante a realização do CFSd PM, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 13 – Opinião dos Instrutores-chefe sobre o uso das TIC como auxílio à troca de experiências e informações, durante a realização do CFSd PM/ 2014

O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação auxilia na troca de informações e experiências vividas durante a realização do Curso de Formação de Soldados



Concorda plenamente	12	85,7%
Concorda parcialmente	1	7,1%
Discorda parcialmente	1	7,1%
Discorda plenamente	0	0%
Não sabe opinar	0	0%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

O extrato das respostas mostra que quase a totalidade (85,7%) dos Instrutores-chefe pesquisados concorda, plenamente, com a possibilidade do uso das TIC no processo comunicativo, entre os envolvidos na realização do CFSd PM, com apenas um respondente (7,1%) concordando de forma parcial e outro

entrevistado (7,1%), que discorda da assertiva também parcialmente.

Esse nível de cooperação, em potencial, promovido pelas TIC favorece a construção de cenários de um processo formativo em redes, tendo em vista as demandas de melhoria dos processos comunicativos apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 6 – Sugestões para melhoria dos processos comunicativos entre os órgãos envolvidos na realização do CFSd PM

Sujeito 1	A utilização responsável das ferramentas de comunicação³⁷.
Sujeito 2	Tendo em vista que o uso do recurso "whatsApp" entre os Núcleos, Instrutores-chefe e Comandantes, tem melhorado bastante o nível de comunicação entres os envolvidos no processo de formação, tornando mais rápido a resolução das demandas apresentadas durante todo o processo.
Sujeito 3	Poderia haver uma autonomia nos NEs em relação a determinadas situações , e o gerenciamento de problemas como: documentação de alunos para matrícula quando ainda existe acúmulo de cargo (marinha, exército e aeronáutica).
Sujeito 4	Melhoria da rede,
Sujeito 5	Pode ser feito vídeo conferências entre o CFAP e os núcleos e também um acompanhamento diário por e-mails
Sujeito 6	Manter no CFAP um canal direto para contato dos Instrutores-chefe , objetivando a dissipação de dúvidas.
Sujeito 7	O estabelecimento de padrões normativos e sistematizados, de forma que se possa efetivamente estabelecer relações de troca de experiências ou de informações entre os diversos núcleos de formação, enfatizando os processos e meios de aquisição, transmissão e avaliação do conhecimento, através de uma rede de comunicação eficaz.
Sujeito 8	Fornecimento de número de telefone celular por parte de todos os envolvidos nesse processo. Boa vontade e paciência por parte de alguns membros do CFAP quando consultados pelos instrutores chefes sobre dúvidas relativas ao CFSd
Sujeito 9	Que sejam feitos encontros ou mesmo vídeo conferência com os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem no decorrer do curso para que haja compartilhamento de experiências positivas e correções de falhas ocorridas nos cursos.
Sujeito 10	Nenhuma para a ocasião.
Sujeito 11	Formatar alguma ferramenta de comunicação ou criar alguma para funcionar como uma Comunicação Oficial . Tipo o antigo MSN, onde todos envolvidos no processo estejam ligados e durante o exercício de suas funções poderão se comunicar, enviar documentos e etc., funcionando

³⁷ Grifo nosso.

	no Terminal de suas seções.
Sujeito 12	Deveria haver um sistema melhor de comunicação e acompanhamento dos núcleos, pois muitas vezes ficamos sem as respostas em tempo hábil para as nossas demandas.
Sujeito 13	Criar ferramentas tecnológicas para acesso rápido e direto com os diversos núcleos de formação e IEP.
Sujeito 14	Sem registros

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

A participação dos Instrutores-chefe, através da proposição de sugestões de melhorias dos processos comunicativos, apresenta, de forma pontual, algumas demandas de formação do CFSd PM, relacionadas à necessidade de se estabelecer canais de comunicação direta entre os NE e os órgãos consultivos e de coordenação do curso.

Não fica exposto nas falas dos Instrutores-chefe se eles conhecem as diretrizes de difusão das informações estabelecidas no PGE, mas, é notório que apresentam novas estratégias comunicativas em suas propostas, para que elas acompanhem a dinâmica e rapidez do processo formativo, a exemplo da videoconferência. Pois, acreditam que “deveria haver um sistema melhor de comunicação e acompanhamento dos núcleos, pois muitas vezes ficamos sem as respostas em tempo hábil para as nossas demandas” (Sujeito 12).

Porém, as contribuições dos Instrutores-chefe não estão restritas à aquisição e uso de novas ferramentas comunicativas. É possível perceber uma preocupação com a forma como são efetivadas as ações comunicacionais, para que elas ocorram de forma otimizada e bidirecional, possibilitando trocas de informações e experiências, além da difusão dos princípios e diretrizes fundamentais ao funcionamento do curso.

O estabelecimento de padrões normativos e sistematizados, de forma que se possa efetivamente estabelecer **relações de troca de experiências ou de informações entre os diversos núcleos de formação**, enfatizando os processos e meios de aquisição, transmissão e avaliação do conhecimento, **através de uma rede de comunicação eficaz**³⁸ (Sujeito 7).

Ou seja, existe uma carência de plena definição e ampliação das

³⁸ Grifo nosso.

possibilidades dos processos comunicativos e do próprio papel do Instrutor-chefe, como elemento de difusão de saberes e experiências, planejando essa estrutura de ensino e deixando de explorar o potencial de atuação do CFSd PM, em uma perspectiva de rede cooperativa.

A experiência da pesquisa elaborada me autoriza a afirmar que se trata de um processo formativo que, apesar de contar com uma definição legal de funções e responsabilidades, constituindo-se no desenho formal desse sistema de ensino, sua estrutura flutuante gera demandas pontuais e práticas que impactam diretamente na utilização das TIC e, conseqüentemente, nos processos comunicativos instrumentais, como forma de movimentar esse sistema que varia a cada edição de realização do CFSd PM.

Essas demandas de formação, somadas às questões geográficas, tendo em vista, a distribuição do processo formativo dos Soldados PM em NE localizados em várias regiões do estado, apontam para a viabilidade do uso das TIC, considerando a importância do seu potencial comunicativo no processo de cooperação humana nas organizações³⁹, de forma a promover a “melhoria da rede” (Sujeito 4).

Apesar de destacar a fala do Sujeito 4, que propõe direta e enfaticamente a “melhoria da rede”, um ponto consensual dessa pesquisa é que, de fato e em atenção à nomenclatura e a seus princípios institucionais, trata-se de um sistema (SEPM) nuclear, que se comunica de forma unidirecional com seus diversos pontos, o que não impede seu funcionamento, mas também não atende às demandas levantadas pelas suas extremidades.

A atuação em perspectiva de rede surge como resposta à questão dessa pesquisa, ou seja passar de sistema para uma proposta de rede, de forma a favorecer a cooperação entre seus integrantes, preservando a hierarquia e disciplina institucionais. Pois, compreende-se que é possível, mesmo em um sistema hierarquizado e disciplinar, um movimento em rede, ou seja, uma comunicação bidirecional, que possa retroalimentar o próprio sistema e condicionar o movimento da hierarquia.

³⁹ Trecho baseado no entendimento de Margarida M. K. Kunsch sobre a comunicação nas organizações, presente em seu artigo intitulado “A dimensão humana da comunicação organizacional”, cujos dados constam nas referências desta pesquisa.

Dessa forma, os processos comunicativos ocupam uma função essencial para ligar/ unir os diversos pontos da rede; e a cooperação como forma de movimentar a rede integrativa, apoiada pelo potencial comunicativo do uso das TIC.

Contudo, é preciso reconhecer os desafios, mas também a potencialidade desse desdobramento, que necessita de um estudo específico e mais aprofundado para seu entendimento, destacando que não se constitui um propósito dessa pesquisa tal finalidade, apesar de ter sido possível verificar o apoio dos Instrutores-chefe a essa iniciativa.

Por outro lado, apesar de não se constituir como um dos compromissos da pesquisa, a análise dos dados apresentados pelos Instrutores-chefe, permitiu a apresentação dos seguintes tópicos, que podem ser considerados em uma eventual construção de proposta de rede cooperativa:

- a) Comunicação bidirecional;
- b) Definição de funções de forma a evitar sobreposições;
- c) Fortalecimento do papel do Coordenador de Turma;
- d) Uso das TIC como parte e não como instrumento para fins de controle;
- e) Encontros formativos para os Instrutores-chefe;
- f) Participação dos Instrutores-chefe em todas etapas (planejamento, desenvolvimento e avaliação) do curso;
- g) Criação de espaço on-line (AVA) e de redes sociais de apoio ao curso;
- h) Instrutor-chefe como elemento de difusão do conhecimento durante a realização do curso;

Essas proposições, sistematizadas a partir das demandas de formação apresentadas, aponta para algumas questões essenciais no processo comunicativo de uma formação que, apesar de ser realizada em diversos pontos distribuídos nos municípios baianos, pretende funcionar de maneira semelhante nos diversos NE, conforme princípios e diretrizes de funcionamento.

Nesse ponto, as TIC assumem papel fundamental para unir as pontas desse sistema, de forma a atuar na perspectiva de rede, superando o modelo atual

informativo, diretivo e polarizado, para uma configuração que permita a coordenação, diálogo e cooperação, resguardando hierarquia e disciplina, de forma a juntar os nós dessa trama.

CONCLUSÃO

A discussão das TIC e do seu potencial comunicativo no contexto da formação de Soldados da PMBA apresentou-se, desde o começo do percurso dessa pesquisa, como um desafio, pois sinalizava a necessidade de debater o processo comunicativo na formação PM, apoiado pelo uso das TIC. Mas, também uma possibilidade de promover a análise de uma temática pouco explorada no cenário acadêmico, pois trata de questões relacionadas à formação daqueles que estão ingressando na Corporação PM, para assumir as funções de Soldado.

Por isso, o esforço desse estudo foi de apresentar e refletir sobre as bases conceituais, históricas e legais, além das demandas de formação para a constituição de uma rede de cooperação em Segurança Pública, observando como as TIC podem contribuir nos processos comunicativos do Curso Formação de Soldados, tendo em vista as especificidades e peculiaridades da PMBA.

Nessa trajetória, o exercício teórico de reflexão sobre as TIC, bem como a análise da estrutura e funcionamento do sistema de ensino da Polícia Militar da Bahia possibilitaram a construção do desenho sobre o fluxo de informações entre os órgãos envolvidos na realização do CFSd PM, sinalizando a importância dos processos comunicativos nas ações de acompanhamento e desenvolvimento da formação dos Soldados da PMBA.

O cenário apresentado indica que, apesar de estar formalmente estruturado, com definição específica de papéis e funções, o sistema de ensino PM não atua em rede. Esse aspecto não compromete, essencialmente, o seu funcionamento, mas pode dificultar a troca de informações e experiências entre os diversos pontos da estrutura educacional responsável pelo funcionamento dos cursos de formação.

Assim, foi possível pensar em novas estratégias de atuação nos processos formativos profissionais em Segurança Pública, de forma dinâmica e

articulada, sem ir de encontro aos pilares institucionais da hierarquia e disciplina. Isso porque, no caso específico da PMBA, existe a previsão legal de desenvolvimento permanente do espírito de cooperação, isto é, “operar junto”, resultando na possibilidade de uma ação conjunta e, de fato, integrada desse sistema educacional.

O esforço, contudo, não é apenas de obtenção de instrumentos tecnológicos para construir canais de comunicação, a fim de “facilitar” o acompanhamento e desenvolvimento do CFSd PM. A ampliação do entendimento das TIC mostra que apenas a aquisição desses aparatos não resulta em ações interativas; é preciso uma mudança de postura e perspectiva, que possibilite a conexão e participação de todos envolvidos no acompanhamento da formação de Soldados PM, na medida de seus papéis e responsabilidades.

Dessa forma, esse estudo cumpre sua finalidade de investigar e compreender como a utilização das TIC pode contribuir para o desenvolvimento de uma rede cooperativa no Curso de Formação de Soldados da PMBA, proposta em seu objetivo geral. Pois, o potencial comunicativo das TIC se apresenta como uma alternativa para a conformação de uma rede cooperativa no CFSd PM, de forma a unir e integrar os pontos do sistema de ensino da PMBA, promovendo um ambiente de cooperação mútua, de troca de informações e experiências, especialmente entre os responsáveis pelas ações de acompanhamento e desenvolvimento do Curso de Formação de Soldados, realizado pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, situado na capital, bem como nos Batalhões de Ensino, Instrução e Capacitação e Núcleos de Ensino, localizados no interior baiano.

Esses potenciais de conformação de rede na formação PM se caracterizam pela **superação da lógica operativa e instrumental de emprego das ferramentas tecnológicas, que marca o uso das TIC no desenvolvimento do Curso de Formação de Soldados, com a finalidade essencial de controle do funcionamento do curso**, observada nos resultados deste estudo.

Em contrapartida, a pesquisa indica, com base no entendimento e sugestão dos Instrutores-chefe, sujeitos da pesquisa, a **necessidade de atuação em rede, com base no princípio institucional da cooperação intraorganizacional, em consonância com o desenho estrutural nuclear do sistema de ensino PM, com vista a sua integração**. Essa proposta pode

aproveitar os esforços de comunicação já efetivados pelos Instrutores-chefe, na relação informal estabelecida entre os Núcleos de Ensino, independente de diretriz ou previsão legal, constituindo-se no esboço de uma articulação na perspectiva de rede, mesmo observada em baixa densidade.

O alcance da finalidade deste estudo foi resultado do esforço da pesquisa, organizada, também, por meio dos seus objetivos específicos que, originalmente, sinalizaram os procedimentos para alcance de suas intenções, através dos instrumentos de coleta e acesso aos dados.

O primeiro objetivo específico indicou a necessidade de recorrer à descrição de contexto e à análise documental, para apresentar as circunstâncias do processo de desconcentração da formação dos Soldados da PMBA, destacando sua trajetória, marcos legais e estrutura, no sentido de compreender o processo de formação atual.

Como principal resultado e produto desse esforço, foi possível construir uma representação do fluxo de informações do CFSd PM, de forma a visualizar como se desenvolve o processo comunicativo entre os órgãos responsáveis pela formação dos Soldados PM, além de constituir um resumo da evolução do sistema de ensino PM, fazendo uma correlação com as principais normas que regularam a educação no país no último século. Contudo, mostrou-se ilusória a tentativa de demarcação temporal, em 10 anos, de construção do sistema de ensino PM de forma desconcentrada.

A aplicação de questionários aos Instrutores-chefe do CFSd PM/2014 foi a principal estratégia demandada pelos demais objetivos específicos. Através das respostas apresentadas pelos sujeitos da pesquisa foi possível identificar como as TIC são utilizadas no controle do acompanhamento e desenvolvimento do CFSd PM, bem como analisar a viabilidade do uso potencial das TIC, como estratégia para o desenvolvimento de uma rede cooperativa na formação de Praças da PMBA.

Contudo, ao apresentar a possibilidade de conformação de uma rede de comunicação na formação profissional em Segurança Pública, através do uso das TIC para favorecer o diálogo e a cooperação em suas ações educacionais, ainda não é possível apresentar indicativos reais de seu funcionamento, tendo em vista que a pesquisa se comprometeu apenas em apresentar os resultados dessa

reflexão, avançando na apresentação de ideias e propostas para a constituição dessa rede cooperativa, cujos pressupostos podem ser utilizados não apenas no CFSd PM, mas nos demais processos formativos da PMBA.

É desse ponto que outras oportunidades de aprofundar o tema se desdobram, de modo a ampliar o entendimento de formação que atue em perspectiva de redes, potencializadas pelo uso das TIC, aceitando o desafio de refletir sobre novas estratégias de atuação conjunta, cooperativa e integrada.

A associação à imagem de uma rede é inevitável, até porque está presente em nosso cotidiano de forma marcante. Ainda que se pretenda evitar ou limitar, é quase impossível fugir do movimento que (inter)liga pessoas sem reconhecer limites geográficos e temporais. Por isso, é preciso observar as oportunidades e criar estratégias para otimizar a utilização da rede de maneira a extrair bons frutos nessa empreitada.

Afinal, o que se pretende, a seguir, é formar nós para unir pessoas.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Trad. Roberto Raposo. 12^o ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

BARLEY, Stephen R. "Technology, Power and the Social Organization of Work". In: BARDACH, S. (ed.). **Research in the Sociology of Organizations**, vol. 6. Greenwich, Conn., JAL, 1988.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura. A sociedade em rede**. v. 1. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. 1^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

GAIO, Roberta (org.). **Metodologia da pesquisa e produção do conhecimento**. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2008.

GALEFFI, Dante Augusto. **O que é isto – a fenomenologia de Husserl**. Ideação, Feira de Santana, n. 5, p. 13-36, jan. / jun. 2000.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1^a ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo 1: racionalidade da ação e racionalização social**. Trad. Paulo Astor; revisão da tradução Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

_____. **Teoria do agir comunicativo 2: sobre a crítica da razão funcionalista**. Trad. Paulo Astor. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.

HETKOWSKI, Tânia Maria. **Políticas Públicas: Tecnologias da Informação e Comunicação e Novas Práticas Pedagógicas**. Tese (Doutorado) – Doutorado em Educação (FACED/UFBA), Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

HUSSERL, Edmund. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica: introdução geral à fenomenologia pura**. Tradução: Márcio Suzuki. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 3a. ed. rev. e ampliada. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

KUNSCH, Margarida M. K. A dimensão humana da comunicação organizacional. In: KUNSCH, Margarida M. K. (Org.). **A comunicação como fator de humanização das organizações**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2010.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA JR, Arnaud S. de. **A escola no contexto das tecnologias de comunicação e informação: do dialético ao virtual**. Salvador: EDUNEB, 2007.

_____. **O dinamismo do sujeito na ciência**. In: LIMA JR, Arnaud S. de (Org.). **Educação e Contemporaneidade: contextos e singularidades**. Salvador, EDUFBA: EDUNEB, 2012.

_____. **Tecnologias inteligentes e educação: currículo hipertextual**. Rio de Janeiro: Quartet; Juazeiro, BA: FUNDEF, 2005.

LIMA JR., Arnaud S. de.; HETKOWSKI, Tânia M. Educação e contemporaneidade: por uma abordagem histórico-antropológica da tecnologia e da práxis humana como fundamentos dos processos formativos e educacionais. In: _____ (Org). **Educação e Contemporaneidade: desafios para a pesquisa e a pós-graduação**. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

LIMA JR., Arnaud S. de.; NOVAES, Ivan Luiz; HETKOWSKI, Tânia Maria. Gestão educacional e tecnologias da informação e comunicação. In: NOVAES, Ivan Luiz; HETKOWSKI, Tânia Maria (Orgs). **Gestão, tecnologias e educação: construindo redes sociais**. Salvador: EDUNEB, 2012.

LIMA JR, Arnaud S. de; SALES, Katia, M. B. Difusão social de conhecimento e modelagem cognitiva: o lugar fundamental do dinamismo do sujeito epistêmico e subjetivo. In: LIMA JR, Arnaud S. de (Org.). **Educação e Contemporaneidade: contextos e singularidades**. Salvador, EDUFBA: EDUNEB, 2012.

LUDKE, Menga e ANDRE, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo. E.P.U., 2012.

MANNING, Peter K. As Tecnologias de Informação e a Polícia. In: TONRY, M.; MORRIS, N. (Org.). **Policiamento Moderno**. Trad. Jacy Cardia Ghirotti. São Paulo: Edusp, 2003.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões humanas**. São Paulo: Cultrix, 1974.

PONCIONI, P. **O Modelo Policial Profissional e a formação profissional do futuro policial nas Academias de Polícia do Estado do Rio de Janeiro**. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 20, nº 3, set/dez, 2005, p. 585-610.

_____. **Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil.** Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v. 1, n. 1, 2007, p. 22-31.

SALES, Mary Valda Souza. **Tessituras entre mediação e autoria nas práticas de currículo na formação a distância: a construção do conhecimento no contexto universitário** 281f. 2013. Tese (Doutorado) – Doutorado em Educação (FACED/UFBA), Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

SCHAFF, Adam. **A Sociedade Informática: as consequências sociais da segunda revolução industrial.** Tradução de Carlos Eduardo Jordão Machado e Luiz Arturo Obojes. 4ª edição. São Paulo: Editora da UNESP: Brasiliense, 1995.

YIN, Robert K. **Estudos de caso: planejamento e métodos.** Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário de Pesquisa



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO - PPG
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEDC/CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE
- PPGEDUC**

PESQUISA - FORMAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA E AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Este questionário é um instrumento de pesquisa que objetiva coletar dados e informações com os Instrutores-Chefe do Curso de Formação de Soldados PM (CFSd PM), edição 2014, para a construção de dissertação exigida como requisito para a conclusão do Mestrado de Educação e Contemporaneidade, realizado na Universidade do Estado da Bahia. Tem como pesquisadora a Cap PM Maria da Soledade Cardoso Landim Batista, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Mary Valda Souza Sales; e tema da pesquisa “FORMAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA E AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA PMBA”.

Assim, contamos com a colaboração de todos, no sentido de contribuir com o desenvolvimento desta pesquisa, respondendo as questões a seguir:

OBS.: Para responder este questionário, deve ser marcada, prioritariamente, apenas uma opção de resposta para cada pergunta. O respondente SÓ poderá marcar mais de uma opção de resposta, NAS QUESTÕES SINALIZADAS.

*Obrigatório

Aceita participar da pesquisa como voluntário? *

- SIM
 NÃO

DADOS BÁSICOS

Aqui serão levantados os dados para compor o perfil dos Instrutores-Chefes que atuaram no acompanhamento do CFSd PM/ 2014

Faixa Etária *

- Até 20 anos
- 21 a 30 anos
- 31 a 40 anos
- 41 a 50 anos
- Acima de 50 anos

Sexo *

- Masculino
- Feminino

Escolaridade *

- Ensino médio completo
- Ensino Superior incompleto
- Ensino Superior completo
- Pós-graduação (Especialização) incompleto
- Pós-graduação (Especialização) completo
- Pós-graduação (Mestrado) incompleto
- Pós-graduação (Mestrado) completo
- Pós-graduação (Doutorado) incompleto
- Pós-graduação (Doutorado) completo

Nome do Curso Superior (graduação) *

Tempo de serviço na corporação policial-militar *

- Até 10 anos
- Entre 10 e 15 anos
- Entre 15 e 20 anos
- Entre 20 e 25 anos
- Acima de 25 anos

Você acumula as funções de Instrutor-Chefe com outras atribuições em sua Unidade? *

- SIM
- NÃO

Você já atuou como Instrutor-Chefe em edições anteriores do CFSd? *

- SIM
- NÃO

Qual a natureza da OPM onde você trabalha *

- Operacional
- Administrativa
- Ensino

Seu Núcleo de Ensino já sediou edições anteriores do CFSd PM *

- SIM
- NÃO

PROCESSO FORMATIVO

Neste tópico constam as informações necessárias para a compreensão da estrutura e funcionamento do Sistema de Ensino da Polícia Militar da Bahia, com ênfase no processo de acompanhamento e desenvolvimento do Curso de Formação de Soldados PM

A cada início de uma edição do Curso de Formação de Soldados é feito o planejamento das ações educacionais. *

- Concorda plenamente
- Concorda parcialmente
- Discorda parcialmente
- Discorda plenamente
- Não sabe opinar

O planejamento das ações educacionais do Curso de Formação de Soldados é feito, prioritariamente, em atividades presenciais (Jornada ou Oficinas Pedagógicas) *

- Concorda plenamente
- Concorda parcialmente
- Discorda parcialmente
- Discorda plenamente
- Não sabe opinar

Os Instrutores-Chefes participam do planejamento das ações educacionais do Curso de Formação de Soldados*

- Concorda plenamente
- Concorda parcialmente
- Discorda parcialmente
- Discorda plenamente
- Não sabe opinar

Como são repassadas as determinações e orientações para o desenvolvimento das funções de Instrutor-Chefe? *

PODERÁ SER ESCOLHIDA MAIS DE UMA OPÇÃO

- Internet/ Intranet
- Blog/ Redes Sociais
- Email
- Videoconferência
- Por telefone
- Através de documentos oficiais por escrito
- Em reuniões
- Visitas técnicas
- Encontros formativos
- Outros:

A avaliação do Curso de Formação de Soldados é realizada de forma presencial*

- Concorda plenamente
- Concorda parcialmente
- Discorda parcialmente
- Discorda plenamente
- Não sabe opinar

A avaliação da aprendizagem é discutida entre a equipe de gestão/supervisão, instrutores-chefes, professores do Curso de Formação de Soldados*

- Concorda plenamente
- Concorda parcialmente
- Discorda parcialmente
- Discorda plenamente
- Não sabe opinar

Os resultados das avaliações são utilizados no planejamento do Curso de Formação de Soldados*

- Concorda plenamente
- Concorda parcialmente
- Discorda parcialmente
- Discorda plenamente
- Não sabe opinar

SOBRE AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

As questões a seguir buscam obter informações referentes ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação na realização das funções/ atribuições dos Instrutores-Chefe do CFSd PM

Quais dos recursos tecnológicos listados a seguir você usa com mais frequência? *

PODERÁ SER ESCOLHIDA MAIS DE UMA OPÇÃO

- Computador
- TV
- DVD
- Smarthphone
- Internet, Intranet
- Ambiente Virtual de Aprendizagem
- Email
- Redes Sociais
- Videoconferência
- Oralidade e escrita
- Outros:

Quais dos recursos tecnológicos citados na questão anterior são utilizados no acompanhamento e desenvolvimento do Curso de Formação de Soldados? *

Para quê?*

SOBRE O PROCESSO COMUNICATIVO

Nesta etapa, as perguntas têm por finalidade básica analisar/desenhar como se processa o fluxo de informações entre os órgãos envolvidos no desenvolvimento do CFSd PM

Durante o exercício de suas funções como Instrutor-Chefe, você se comunica geralmente com quais Unidades?*

PODE ESCOLHER MAIS DE UMA OPÇÃO

- Subcomando Geral (SCG)
- Comando de Operações Policiais Militares (COPPM)
- Comando de Policiamento Regional (CPR)
- Instituto de Ensino e Pesquisa (IEP)
- Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP)
- Núcleos de Ensino (NE)
- Outros:

Em uma situação que exige prioridade máxima de solução, qual é a sua primeira opção de consulta?*

- Subcomando Geral (SCG)
- Comando de Operações Policiais Militares (COPPM)

- Comando de Policiamento Regional (CPR)
- Instituto de Ensino e Pesquisa (IEP)
- Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP)
- Outros Núcleos de Ensino (NE)
- Comandante imediato ou outros policiais de sua própria Unidade
- Outros:

Como é feita a comunicação com outras Unidades no desenvolvimento de suas funções como Instrutor-Chefe do CFSd PM?*

PODE ESCOLHER MAIS DE UMA OPÇÃO

- Ofício
- Fax
- Intranet
- Email
- Ligação telefônica
- Ligação telefônica
- Redes sociais
- Contato presencial
- Outros:

O processo comunicativo entre as Unidades responsáveis pela realização do Curso de Formação de Soldados é satisfatório e atende às demandas administrativas e educacionais*

- Concorda plenamente
- Concorda parcialmente
- Discorda parcialmente
- Discorda plenamente
- Não sabe opinar

O retorno de informações solicitadas a outras Unidades no desenvolvimento de suas funções de Instrutor-Chefe do Curso de Formação de Soldados é imediato*

- Concorda plenamente
- Concorda parcialmente
- Discorda parcialmente
- Discorda plenamente
- Não sabe opinar

As formas de comunicação entre os órgãos responsáveis pela realização do Curso de Formação de Soldados poderiam ser ampliadas*

- Concorda plenamente
- Concorda parcialmente
- Discorda parcialmente
- Discorda plenamente
- Não sabe opinar

REDE DE COOPERAÇÃO

A estrutura de funcionamento do Curso de Formação de Soldados permite o compartilhamento de experiências e informações entre os órgãos responsáveis pelo seu desenvolvimento*

- Concorda plenamente
- Concorda parcialmente
- Discorda parcialmente
- Discorda plenamente
- Não sabe opinar

Os Instrutores-Chefe compartilham entre si informações e experiências referentes ao Curso de Formação de Soldados PM*Obrigatória

- Concorda plenamente

- Concorda parcialmente
- Discorda parcialmente
- Discorda plenamente
- Não sabe opinar

A troca de experiências e informações entre os Núcleos de Ensino contribui para o processo de acompanhamento e desenvolvimento do Curso de Formação de Soldados*Obrigatória

- Concorda plenamente
- Concorda parcialmente
- Discorda parcialmente
- Discorda plenamente
- Não sabe opinar

O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação auxilia na troca de informações e experiências vividas durante a realização do Curso de Formação de Soldados *Obrigatória

- Concorda plenamente
- Concorda parcialmente
- Discorda parcialmente
- Discorda plenamente
- Não sabe opinar

SUGESTÕES PARA MELHORIA DOS PROCESSOS COMUNICATIVOS ENTRE OS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS NA REALIZAÇÃO DO CFSD*
